

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Programa de Pós-graduação de Serviço Social

MICHELLE NEVES CAPUCHINHO

**A centralidade da Luta por moradia para a  
classe trabalhadora e a ocupação Vila Barroso em Juiz de Fora/MG**

Juiz de Fora, MG  
Setembro de 2012

**A centralidade da Luta por moradia para a  
classe trabalhadora e a ocupação Vila Barroso em Juiz de Fora/MG**

MICHELLE NEVES CAPUCHINHO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Serviço Social no programa de pós-graduação em Serviço Social, na área de concentração sujeitos sociais e serviço social.

Juiz de Fora, 2012

Capuchinho, Michelle Neves

A centralidade da Luta por moradia para a classe trabalhadora e a ocupação Vila Barroso em Juiz de Fora/ Michelle Neves Capuchinho – 2012.

135 f.

Dissertação ( Mestrado em serviço social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – 2012.

1. Propriedade Privada. 2. Moradia. 3. Movimentos sociais. II. Título

MICHELLE NEVES CAPUCHINHO

**A centralidade da luta por moradia para a  
classe trabalhadora e a ocupação Vila Barroso em Juiz de Fora/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Para aprovação setembro de 2012

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Maria Aparecida Tardin Cassab (Orientadora)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dra. Marina Barbosa Pinto  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Profa. Dr. Vantuil Pereira  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

## RESUMO

Esse trabalho tem o objetivo de fazer um estudo sobre a questão da habitação no município de Juiz de Fora/Minas Gerais, resgatando a experiência de movimentos sociais urbanos que fazem a luta por moradia, centrando o debate em uma área de ocupação específica denominada Vila Barroso. Para realizar tal estudo foi necessário compreender a estrutura do capitalismo e o processo de urbanização que se centra na concentração da propriedade privada. O déficit habitacional brasileiro se apresenta como um problema histórico, sendo um bem quase inacessível à classe trabalhadora, tanto pelo valor quanto pelas questões políticas e sociais. Esse problema tem se agravado cada vez mais por diversos fatores, dentre os quais podem ser citados: a crescente urbanização da população, as falhas nas políticas habitacionais, a falta de recursos para investimentos e os baixos salários pagos a classe trabalhadora que não tem condições de adquirir moradias próprias. Além de habitações adequadas é necessário também vários equipamentos sociais e políticas sociais que garantam condições mínimas para os trabalhadores. Dessa forma, acredita-se na centralidade da luta por moradia e a necessidade de um aprofundamento analítico em torno dessa questão.

Palavras-Chaves: Propriedade privada, Moradia e Movimentos Sociais.

## Abstract

The aim of this work is to study the habitational deficit in the city of Juiz de Fora (Minas Gerais State - Brazil). A rescue of the urban social movements' experience that fights for habitations made, focusing on the Vila Barroso occupation. The dynamics of capitalism and the urbanization process - which is centered on the private sector - were the starting points of the present study. The Brazilian habitational deficit is an historical problem that involves political choices which blocks the access of poverty families to a place to live. This problem have been increased by these factors: 1) the growing unregulated urbanization 2) wrong habitational policies 3) absence of resources to invest and 4) the low wages that the working class receives. Beyond the adequate habitations, it's necessary also to build social equipment and social policies that guarantee good conditions for the workers. In this sense, the struggle for habitation is a central issue that must be deeply analyzed.

Keywords: Private Property, housing and Social Movements.

## **SIGLAS**

**BIRD** BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

**CDDH** CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

**CNBB** CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

**COHABS** COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO

**CUT** CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

**EMCASA** EMPRESA REGIONAL de HABITAÇÃO S/A

**FGTS** FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

**FHC** FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

**FMI** FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

**LOAS** LEI ORGÂNICA DE ASSISTENCIA SOCIAL

**MAB** MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM

**MMC** MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS

**MNLM** MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA

**MOM** MOVIMENTO PELA MORADIA

**MST** MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA

**MSU** MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

**MTD** MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS

**PAC** PLANO ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO

**PAR** PLANO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL

**PND** PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

**SUAS** SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL

**SUS** SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

**UFJF** UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

## AGRACECIMENTOS

É com muita felicidade que chego ao final de mais essa etapa na minha vida acadêmica, sabendo que foram momentos difíceis para conseguir terminar esse trabalho.

Gostaria de agradecer a minha orientadora Maria Aparecida Tardin Cassab, que sempre esteve presente no processo de elaboração dessa dissertação, com muita paciência. Ela sabe o quanto eu sou preocupada em realizar um bom trabalho. Também gostaria de agradecer aos professores presentes na minha banca examinadora, por terem feito contribuições importantes no sentido de saber para onde meu trabalho poderia caminhar e pelas falas incentivadoras feitas até então. Obrigada professora Marina Barbosa, e ao querido professor Vantuil Pereira, que me apresentou autores que eu me apaixonei, e que desde minha graduação são referência para meus estudos.

Também gostaria de agradecer aos meus pais, pela paciência com meu nervosismo e minha eterna falta de tempo, mas vocês foram essenciais nessa caminhada, sempre me dando força, mesmo sem saber direito o que ando fazendo. Em especial, ao meu irmão, que em algumas vezes mais me atrapalhava do que ajudava, mas sempre está pronto para fazer observações e me ouvir em momentos que eu já não sabia mais o que fazer, irmãozinho, Te Amo.

Meu agradecimento ao meu companheiro, que sempre me incentivou durante o meu trabalho, me ajudando quando podia sempre querendo saber como andavam as coisas e o mais importante sempre acreditando em mim. Te amo, meu jardim!

Por fim, gostaria de agradecer aos companheiros da Consulta Popular, do MTD, do MST e do MNLM, por me ajudar e sempre estarem me apoiando na elaboração desse trabalho. Realmente espero que essa dissertação possa contribuir para o desenvolvimento do trabalho de vocês.

*Pátria Livre! Venceremos!*



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 - QUESTÃO SOCIAL E A FORMAÇÃO DAS CLASSES NO TERRITÓRIO.....</b>	<b>13</b>
1.1- A URBANIZAÇÃO E A QUESTÃO SOCIAL.....	13
1.2- O CONCEITO DE CLASSES SOCIAIS E O DEBATE SOBRE A CATEGORIA TERRITÓRIO.....	24
1.3 - A RENDA DA TERRA E A CENTRALIDADE DA LUTA POR MORADIA.....	29
<b>CAPÍTULO 2 - PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL E O DEBATE SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....</b>	<b>42</b>
2.1 – ELEMENTOS DA FORMAÇÃO SOCIAL DA AMÉRICA LATINA E BRASIL: ESTADO, CIDADE E AS CLASSES SOCIAIS.....	43
2.2 – OS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES: OS SUJEITOS DESSE PROCESSO DE LUTA POR MORADIA.....	64
<b>CAPÍTULO 3 - CIDADES MÉDIAS E A SITUAÇÃO DE JUIZ DE FORA.....</b>	<b>85</b>
3.1- AS CIDADES MÉDIAS E SUA FORMAÇÃO.....	85
3.2 - A SITUAÇÃO DA POLÍTICA DE MORADIA EM JUIZ DE FORA.....	91
3.3 - OS SUJEITOS SOCIAIS NA CENA EM JUIZ DE FORA.....	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>144</b>

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como objetivo fazer um estudo sobre a questão da habitação no município de Juiz de Fora/Minas Gerais, resgatando a experiência de movimentos sociais urbanos que fazem a luta por moradia, dando enfoque sobre quem são esses sujeitos? Quais são as questões centrais que determinam a falta de moradia nos espaços urbanos e como estão organizados. A vontade de pesquisar sobre a temática parte da experiência concreta de organização de áreas de ocupação espontâneas, focado no caso de Vila Barroso, uma ocupação que, com mais de 10 anos, já passou por diversos processos de organização e mobilização.

Hoje, existem na cidade dois movimentos que têm como pautas centrais a luta por moradia, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), ambos atuam na mesma comunidade, possuem grandes diferenças de concepção e na forma de construir o processo organizativo do movimento no município. O MTD enfrenta dificuldades por ser um movimento recente na área, e por estar estruturando sua organicidade nacional. O movimento vem desenvolvendo ações qualificadas com o objetivo de formar jovens para se inserir em sua organicidade e o MNLN, que já está há muito tempo na cidade, vive um processo de estagnação em que não consegue realizar um acompanhamento efetivo da área.

O déficit habitacional brasileiro é histórico e tem se agravado cada vez mais por diversos fatores, dentre os quais podem ser citados: a crescente urbanização da população, as falhas nas políticas habitacionais e a falta de recursos para investimentos. Segundos dados do IBGE, o déficit habitacional brasileiro, no ano de 2000, era então da ordem de 04 milhões de unidades (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006). Em razão de interesses políticos, dados anteriores apresentavam somas de 12 ou até mesmo 15 milhões de unidades, o que acarretava em um tratamento da questão habitacional como um problema insolúvel. A falta de habitação se caracteriza como insolúvel devido à estrutura do capitalismo e do processo de urbanização que se centra também na concentração da propriedade privada.

O problema habitacional não se limita apenas à falta de unidades habitacionais sociais, mas engloba também a falta de qualidade nos projetos e na execução das referidas obras. O acesso à casa própria foi historicamente negado a classe trabalhadora, sendo um bem quase inacessível, tanto pelo valor quanto pela condição de possuidores da uma propriedade, apesar de ser um dos direitos básicos assegurados na Constituição Brasileira de 1988. É válido

destacar, ainda, que a classe trabalhadora necessita das mínimas condições para viver, requer além de uma habitação adequada, uma estrutura de loteamento com vários equipamentos sociais e políticas sociais que garantam o mínimo para os trabalhadores.

É necessário que ocorra uma avaliação por parte do poder público, e uma maior organização dos movimentos sociais que lutam por moradia para reivindicar os direitos dos trabalhadores junto aos governos. No que se refere à elaboração e à construção de conjuntos habitacionais de moradias para as rendas mais baixas, é necessário um maior diálogo entre a sociedade civil e o poder público para que a construção de moradias populares realmente atenda às necessidades dos trabalhadores.

O caminho realizado para analisar o desenvolvimento da luta por moradia em Juiz de fora/ MG, e a centralidade dessa reivindicação para os trabalhadores, partiu de uma investigação sobre o processo de formação social na América Latina que caracteriza de forma específica o Brasil. Sendo necessário compreender como as classes sociais se formaram no Brasil, e como o processo de formação das classes sociais influenciou no processo de formação de sujeitos políticos, para assim, entender em que contexto que se insere a luta por moradia. As características do Estado e a própria dinâmica da luta de classes, elementos centrais para compreender a centralidade da questão habitacional. Os trabalhadores nunca foram vistos como sujeitos de direitos, suas reivindicações são tratadas essencialmente através da coerção, vinda tanto diretamente da elite brasileira quanto do Estado.

Esses elementos caracterizam a formação social e marcam de forma profunda o processo de urbanização e industrialização brasileira. Como os trabalhadores nunca foram vistos como sujeitos de direitos, o luta por melhores condições de salários, para que a classe trabalhadora tenha condições de se reproduzir, também sempre foi reprimida de forma dura. Os direitos básicos são negados, assim se instaurando uma situação de pobreza para uma grande parcela da classe trabalhadora. O processo de territorialização das classes foi demarcado por uma divisão social, em que fica claro quais são os espaços destinados a classe trabalhadora nos espaços urbanos, e os espaços da classe burguesa.

Também foram estudadas algumas categorias centrais da econômica política, para descrever a centralidade da luta por moradia na sociedade capitalista, assim demonstrando como essa pauta pode aglutinar trabalhadores no espaço urbano, partindo da renda da terra e do valor desse meio de produção e de reprodução social. Outra questão desencadeada pelo processo de concentração da propriedade privada nas mãos de uma pequena parcela da população é a especulação imobiliária que é utilizada para garantir uma taxa de lucro elevada.

Para entender as contradições vividas no espaço urbano, foi feito um estudo sobre a

categoria território, sobre o processo de urbanização e industrialização, para compreender como se deu a formação das cidades no Brasil e de que forma essa formação influencia a luta por moradia.

A partir dessa realidade descrita, foi feito um estudo sobre os movimentos sociais, seu surgimento no Brasil e a conjuntura em que emerge a luta por moradia no país. Como o objetivo era realizar um estudo mais específico sobre a luta por moradia em Juiz de Fora, o presente trabalho se dedica a descrever o processo de luta por moradia no município, além de analisar os dados referentes ao déficit habitacional na cidade, resgatando as políticas sociais desenvolvidas no município e os limites destas. Como categoria central para compreender a realidade de Juiz de Fora, foi utilizada a categoria cidades médias, sendo necessário realizar uma breve discussão acerca dessa categoria, destacando a importância das cidades médias na atual estruturação da rede urbana da cidade.

A metodologia adotada para realizar a pesquisa de campo, consistiu na participação da experiência concreta de organização de 8 áreas de ocupação espontâneas da cidade de Juiz de Fora. Foram cedidos matérias de circulação interna dos movimentos sociais destacados MTD e MNLM, documentos referentes ao processo jurídico, atas de reuniões e fotos tiradas pelos próprios moradores e pelos militantes dos movimentos. Como os movimentos possuíam uma inserção concreta em apenas uma das 8 áreas, essa foi a área em que o trabalho foi desenvolvida. O processo de pesquisa foi realizado através de entrevistas que buscavam construir o histórico dos movimentos, a fim de resgatar o processo de luta desenvolvido pelos moradores de Vila Barroso, já que estão no local há mais de 10 anos. Várias das atividades desenvolvidas por ambos os movimentos foram acompanhadas, além de um contato direto com os moradores.

Hoje, a luta por moradia é uma reivindicação desvalorizada pelos movimentos sociais clássicos, e os novos movimentos sociais têm grandes dificuldade de construir ações unitárias em torno da pauta da habitação. Na busca de informações sobre os movimentos sociais que lutam por moradia, foi constatada uma baixa quantidade de pesquisas, sendo complicado ter acesso a materiais sobre essa temática, sendo ainda mais relevante trazer esse debate para o interior da academia. É necessário um esforço para garantir o aprofundamento de estudos sobre essa temática, na tentativa de ampliar o debate acerca da importância da questão da falta de moradia.

O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar as principais categorias para compreender a luta por moradia, além de apresentar o cenário em que se estruturou o capitalismo no Brasil. Assim, compreendemos as contradições que estão presentes na sua

formação social e no processo de urbanização e industrialização. É fundamental o processo histórico em que a América latina e o Brasil estão inscritos; muito sobre o processo de urbanização e a divisão territorial das classes sociais pode ser entendido a partir da compreensão do histórico de formação social. Para tanto, foi necessário aprofundar a discussão sobre as classes sociais, sobre a categoria território e sobre categorias da economia política.

O segundo capítulo caracteriza a formação das cidades no Brasil, aprofunda-se no debate sobre a urbanização e a industrialização, utilizando da categoria território para fazer essa análise. Foi feito um resgate histórico sobre a formação das cidades, como se estrutura e como se desenvolveu nos diferentes períodos históricos e, principalmente, como foi intensa a urbanização no Brasil.

A urbanização capitalista na América Latina resultou em um processo rápido de inchaço das cidades que na maioria das vezes não estavam preparadas para receber a quantidade de pessoas que migraram para os espaços urbanos. A partir desse cenário, foi analisado como os movimentos sociais se organizaram no Brasil, com um enfoque sobre os movimentos sociais que lutam por moradia. Para tanto, foi necessário aprofundar o debate acerca dos movimentos sociais dentro da sociologia, sobre os novos movimentos sociais e seu papel na luta de classe.

No terceiro capítulo, foi realizado um debate mais específico sobre a realidade de Juiz de Fora. Para tanto, foi feito um estudo sobre a formação das cidades médias no Brasil e suas características atuais, principalmente partindo do processo de mudanças que a urbanização vem vivenciando nos últimos anos. Foi feita uma análise histórica sobre as políticas sociais voltadas para habitação, com destaque para Juiz de Fora, descrevendo a atual situação da habitação no município. Por fim, foi realizado um resgate histórico sobre a organização da sociedade civil em torno da luta por moradia e sobre o quadro atual dos movimentos sociais que têm como pauta central a moradia no município.

## **CAPÍTULO 1 - QUESTÃO SOCIAL E A FORMAÇÃO DAS CLASSES NO TERRITÓRIO.**

O presente capítulo pretende apresentar algumas categorias centrais utilizadas ao longo do trabalho para a análise da importância da luta por moradia na sociedade capitalista. Vamos percorrer o processo de urbanização, que é marcado pela incidência da territorialização da pobreza, causada pelo conflito entre o capital e o trabalho.

No processo de busca para compreender como se deu o processo de urbanização brasileiro, foi importante utilizar categorias centrais dentro do processo contraditório que é a formação social brasileira. Foi necessário compreender o processo de formação das classes sociais, a partir da discussão teórica de diferentes autores e suas especificidades em relação à América Latina; além de trabalhar com a categoria território, para entender de que forma se expressam essas relações no espaço concreto.

Para finalizar, foram trabalhadas duas questões que perpassam a luta por moradia: uma, através da economia política, referente à questão da concentração da propriedade que impedia os trabalhadores de ter acesso a um bem essencial para sua reprodução como a moradia; e a outra, quando os trabalhadores tem acesso a essa “mercadoria”, suas condições e localização deles na cidade, e seu papel dentro da lógica de acumulação capitalista.

### **1.1 - A URBANIZAÇÃO E A QUESTÃO SOCIAL**

Em cada período histórico, o capitalismo assume características particulares que influenciam diretamente no cotidiano da vida social, a primeira fase do capitalismo é conhecida como comercial ou mercantil, período em que inicia a acumulação primitiva do capital, as manufaturas passam a existir e os comerciantes e os mercadores são os sujeitos deste momento. O segundo estágio é chamado de capitalismo concorrencial, é a fase de grandes transformações, momento em que a burguesia que já tinha o poder econômico e passa a ter o poder político, é a era das revoluções burguesas. As grandes indústrias surgem devido à revolução industrial que é determinante para sedimentação do modo de produção capitalista. As cidades são urbanizadas, sendo estas o espaço do capital que se organiza para atender à demanda do desenvolvimento industrial.

Com a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, intensifica-se o processo de desenvolvimento das forças produtivas. O capital assume a

tendência de concentração e centralização, construindo grandes monopólios que marcam o espaço com uma nova organização. As relações de produção e o espaço se alteram, assim como os sujeitos e o próprio processo de organização social; ao espaço são conferidas características peculiares, que dialogam com as necessidades do mercado, assumindo diferentes formas nos diversos períodos históricos.

As transformações do sistema capitalista se expressam através dos conflitos que se concentram sobre o ambiente construído. O poder monopolístico gera não apenas o poder de se apropriar da renda, confere também aos proprietários o controle de um monopólio “natural” do espaço; a produção ao mesmo tempo induz ao consumo e a um modo de consumo. O capital necessita produzir condições favoráveis à sua reprodução, o meio construído é organizado de forma a ser funcional às demandas da ordem do capital.

O capital em geral e aquela sua facção que produz o ambiente construído procuram definir a qualidade de vida para o trabalhador em termos daquelas mercadorias que eles podem produzir lucrativamente em certas localizações. Por outro lado, o trabalho define qualidade de vida apenas em termos de valores de uso. A produção para o lucro e a produção para o uso são frequentemente conflitantes. Portanto, a sobrevivência do capitalismo requer que o trabalho seja dominado pelo capital, não apenas no processo de trabalho mas também com respeito à própria definição de qualidade de vida na esfera do consumo. (HARVEY, 1982, p. 12)

A passagem do capitalismo comercial e bancário e da produção artesanal para a produção industrial e para o capitalismo concorrencial faz-se acompanhada por uma grande crise, no que tange à cidade e ao sistema urbano. Quando a industrialização inicia, surge o capitalismo concorrencial com a burguesia especialmente industrial, a industrialização caracteriza a sociedade moderna. A cidade, tal como a fábrica, permite a concentração dos meios de produção num pequeno espaço: ferramentas, matérias-primas, mão-de-obra, os espaços da cidade articulam as diferentes áreas, para possibilitar a produção, circulação e reprodução das relações sociais e econômicas. O processo de urbanização se dá através da concentração de um núcleo de povoamento, as funções urbanas também se concentram, o processo de industrialização acontece de forma subordinada. O próprio espaço das cidades se transforma em mercadoria que são consumidas pelas diferentes classes sociais.

Ocorre uma decomposição da estrutura agrária devido à conservação de modelos de produção, de outros modelos de sociedade que persistem dentro das novas condições econômicas. Assim ocorre uma primazia dos grandes aglomerados, situação que contribui para o desequilíbrio cidade/campo que resulta em uma aceleração na concentração da

população no espaço urbano, “a cidade e seu território estabelecem relações estreitas e assimétricas: a cidade gera e consome o que o campo produz.” (CASTELLS, 1983: 79) <sup>1</sup>.

A industrialização fornece o ponto de partida da reflexão sobre nossa época. Ora, a Cidade preexiste à industrialização. Esta é uma observação em si mesma banal, mas cujas implicações não foram obras mais ‘belas’ da vida urbana (“belas”, como geralmente se dizia, porque são antes obras do que produtos”) datam de épocas anteriores á industrialização (LEFEBVRE, 2001, p. 11).

As concentrações urbanas são seguidas das concentrações de capitais no sentido que Marx desenvolve. Desde então, a indústria deveria produzir seus próprios centros urbanos, cidades, aglomerações industriais ora pequenas, ora grandes conglomerados. Existe, historicamente, um conflito entre a realidade urbana e a realidade industrial. A complexidade do processo de concentração urbana revela-se cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos. (LEFEBVRE, 2001).

De acordo com Castells (1983), urbanização é uma categoria que se caracteriza pela difusão do sistema de valor, atitudes, padrões e comportamentos denominado “cultura urbana”, pela concentração espacial de uma população, considerando alguns limites de densidade, ao se referir à urbanização, as formas espaciais são elementos e produtos sociais desse processo. “O espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social” (CASTELLS, 1983: 147).

No cerne desta problemática, a noção ideológica de urbanização refere-se ao processo de uma quantidade relativa de pessoas que se concentra em um espaço específico, “onde se constituem aglomerados funcional e socialmente interdependentes do ponto de vista interno, e numa relação de articulação hierarquizada (rede urbana)” (CASTELLS, 1983: 28).

O essencial é perceber a ligação estreita dos processos urbanos e da estrutura social, e romper com o esquema ideológico de uma sociedade dualista rural/urbana, agrícola/industrial, tradicional/moderna. Pois, se este esquema responder a uma certa realidade social nas formas de relação e nas expressões culturais, esta realidade é simplesmente o reflexo de uma

---

<sup>1</sup> Não há significação construir uma dicotomia entre o rural e o urbano, pois deixaria de se pensar em termos de diferentes formas espaciais historicamente dadas, além de perder a perspectiva de totalidade.



estrutura única, na qual os efeitos num dos pólos são produzidos pelo tipo particular e determinado de sua articulação com o outro polo (CASTELLS, 1983: 64).

A formação das cidades e do espaço urbano se constitui como um novo sistema social, que está ligado à estrutura rural, tanto a formação das cidades como o espaço urbano estão intimamente ligados, devido ao processo de produção que constrói as formas sociais, mesmo que estas formas sejam marcadas por situações diferentes que configuram realidades específicas. As cidades se formam como centros religiosos, administrativos, políticos, só podendo existir com a base do excedente produzido pelo trabalho na terra, desse modo as cidades podem ser consideradas a expressão e produto do trabalho coletivo de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação do trabalho.

A articulação do sistema político-institucional no espaço organiza-se em torno das duas relações essenciais definindo este sistema (relação de dominação-regulação e relação de integração-repressão) e dos locais assim determinados. A expressão espacial do sistema institucional é, por um lado, a divisão do espaço (por exemplo, as comunas, os aglomerados, etc.) por outro lado, é a ação sobre a organização econômica do espaço, através da regulação-domação que as instituições exercem sobre os elementos do sistema econômico, aí entendidos na sua tradução espacial (processo de gestão) (CASTELLS, 1983: 161).

A fase imperialista do capitalismo é chamada de estágio do capital monopolista, momento que ocorre a concentração da produção em grandes monopólios e a fusão do capital bancário com o capital industrial formando o chamado capital financeiro. Outra característica desse período é a corrida das grandes potências capitalistas em dividirem o mundo entre si, são vivenciadas mudanças intensas pelos países subdesenvolvidos que para atender as necessidades do capital internacional tem sua cultura, sua soberania e sua produção dominadas pelos países imperialistas. A formação brasileira, assim como de toda a América Latina, assume características peculiares no século XX. O processo de urbanização e industrialização é determinado por essa conjuntura internacional, a dependência marca profundamente a formação social, que tem na sua história uma sucessão de tentativas frustradas de emancipação, isto é, de superação do subdesenvolvimento.

Como elemento que reforça a tese da dependência, temos os regimes militares que foram implantados na América do Sul como manifestações de um processo maior de dominação. Estes, por sua vez, cumpriram o papel de interromper diversas tentativas de modalidades de superação do subdesenvolvimento experimentadas no continente. Até mesmo a ditadura militar implantada no Brasil acreditou poder superar o subdesenvolvimento pelo simples crescimento da economia, entretanto, foi derrotada, entre outras decisivas razões, pela

irrupção de crônicas mazelas do subdesenvolvimento e da dependência. Superar o processo de dependência nunca foi um projeto da classe burguesa brasileira, pois esta sempre se manteve aliada aos interesses da burguesia internacional.

A expansão monopolista no Brasil é realizada mantendo a dominação imperialista articulada com a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Desta forma, as diferenças econômicas, sociais e regionais são aprofundadas, assim, contribuindo para a concentração social, regional e racial, de renda e poder. Também pode-se destacar o papel crucial que o Estado adquire na efetivação da dominação política, garantindo os interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade.

O Estado se mantém separado dos interesses das classes subalternas, “o povo se sente estrangeiro em seu próprio país e emigra para dentro de si mesmo apesar das fórmulas político-jurídicas liberais estabelecidas nas constituições republicanas” (IAMAMOTO, 2007, p. 132). A transformação capitalista no Brasil teve como elemento sócio-histórico a supressão forçada das forças populares de qualquer processo de decisão política, sendo utilizada a coerção e a intervenção do Estado na economia para garantir os interesses da classe dominante e suas frações de classe. A postura da elite dominante no Brasil sempre foi de não admitir qualquer processo autônomo de organização dos trabalhadores, respondendo com uma extrema intolerância em relação à utilização do conflito como um instrumento legítimo de luta política.

A urbanização brasileira envolve dois processos combinados: a atração de capitais para as cidades que exercem influência sobre a população do campo e a inexistência de uma divisão social do trabalho entre o campo e a cidade. Considerando que o Estado tem um papel central de articulador do novo modelo de acumulação, assumindo um papel de indutor do processo de acumulação do capital. A distribuição e o uso do espaço vinculam-se cada vez mais à reprodução ampliada do capital e dão-se de modo desigual e combinando. O moderno e o atrasado, como expressões de uma unidade que é contraditória, têm por base a racionalidade da busca do lucro, conservam modelos de produção arcaicos articulados com processos que envolvem alta tecnologia.

O processo de urbanização brasileira ocorre de forma desigual e combinada, sendo esses os pilares do processo de subdesenvolvimento do país. Nos últimos séculos, pode-se perceber que a urbanização brasileira se dá cada vez mais associada a expansão da pobreza e com a modernização no campo, os pobres acabam sendo expulsos e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos.

Francisco de Oliveira (2000) denomina esse processo de modernização conservadora

que se sustenta em dois grandes pilares: na concentração da propriedade e na desvalorização do trabalho. O Estado não supera seu caráter autoritário, mantém o alto índice de violência como resposta à luta de classes. Desta forma, enfraquece os espaços de disputa política contribuindo para criação de espaços de negociação entre as classes na tentativa de conciliar interesses inconciliáveis. Resulta deste processo uma classe burguesa incompleta assim como a classe trabalhadora, e um Estado com o papel de desenvolver as condições de infraestrutura para o desenvolvimento econômico.

Uma reforma agrária que efetivasse o processo de abolição, no sentido democrático e popular não perpassaria os anseios do Estado ou mesmo da classe burguesa em formação, isso significaria o rompimento com as relações de mandonismo e de dominação que foram conservadas pela elite brasileira em seu processo de transposição para burguesia nacional. A ordem republicana imposta no Brasil buscou, essencialmente garantir os direitos individuais, os direitos à propriedade privada, elementos que garantem a manutenção do poder concentrado em uma pequena parcela da população brasileira. Assim, de acordo com Martins (2002) aprofundam-se as marcas da desigualdade social, com o quadro geral de uma modernização incompleta, seletiva e desigual que se constitui no Brasil, que é ainda mais reforçada quando se considera a urbanização brasileira.

Pode-se afirmar que a burguesia brasileira tem em suas raízes as bases do poder oligárquico, vínculo que deixa marcas incidentes na formação política e cultural da burguesia nacional que apresenta traços profundos de um forte conservadorismo sociocultural e político oriundos do mandonismo oligárquico. “O novo pela mediação do passado, transformado recriado e criado em novas formas nos processos sociais do presente, a modernização das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações no trabalho, radicalizando a questão social” (IAMAMOTO, 2007: 128).

O núcleo dessa originalidade histórica configura-se na recorrente debilidade, incompletude, assimetria, heterogeneidade, desigualdade de nosso desenvolvimento social trata-se, no essencial, de reconhecer a formação social brasileira como travada por uma precariedade estrutural de que resultarão tanto a permanente interdição de direitos sociais básicos para parcela significativa da população, quanto a recorrente convicção do Estado como instrumento autoritário configurando o que poder-se-ia dizer, a partir de Florestan Fernandes, uma ‘ contra-revolução recorrente (MARTINS, 2002, p.18).

Desde o século XIX, teve início no Brasil, a formação do mercado interno capitalista e suas instituições centrais – o mercado de terras, o mercado de trabalho e o mercado de dinheiro, o país mantém um alto grau de dependência em relação ao capital estrangeiro. A

explicação para o subdesenvolvimento do Brasil não advém apenas do relativo atraso em relação a inserção da modernidade, mas antes ao processo imposto pelos países coloniais e posteriormente a relação de dependência internacional que o Brasil mantém. Mais pertinente é buscar entender o desenvolvimento capitalista no Brasil como tendo determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais internos e externos; determinantes estes que se transformam no tempo, que são redefinidos permanentemente por mudanças ocorridas no conjunto do capitalismo, por sua vez essas mudanças afetam a luta de classes no interior do país.

Ocorre uma modernização sem mudança, são apropriadas certas características da modernização capitalista em curso e conserva-se no essencial a velha ordem oligárquica, a herança do período colonial e seus aspectos centrais: a economia voltada para a exportação de produtos primários; a concentração da renda e da riqueza; a débil capacidade de gerar progresso tecnológico e aumentos de produtividade e o mercado interno restrito. A modernização incompleta ainda se expressa tanto pela presença de um conjunto de déficits sociais e democráticos quanto pela permanência de uma economia dependente que também se configura na industrialização brasileira.

A formação social brasileira se deu de maneira integrada aos interesses do capitalismo mundial, historicamente estando submetida ao capital. Desde o início da colonização, o Brasil é expressão de uma modalidade específica de desenvolvimento capitalista dependente e subordinado. Desta forma, as reformas de base representam uma ameaça à manutenção do subdesenvolvimento e a própria ordem capitalista e aos interesses do grande capital internacional instituído.

Trata-se nesse sentido, de ver as reformas de base como um perigo para a ordem burguesa, em aspectos distintos: primeiro, para o grande capital estrangeiro, as reformas de base discutidas em 1964 teriam o significado de realizar a redução dos lucros extraordinários decorrentes da condição periférica da economia brasileira. Em segundo, para as classes dominantes brasileiras as reformas de base representam uma ameaça efetiva, não só porque questionavam os velhos privilégios oligárquicos e as velhas estruturas fundiárias, mas, “sobretudo, porque eram o resultado de ampla mobilização político-social, com forte conteúdo popular que tendia a escapar do controle de qualquer tentativa de conciliação-manipulação, viesse de onde viesse” (IANNI, 2004, p. 29).

Desde o final do século XIX, o Brasil vem implementando uma modernização em sua estrutura urbana através da expansão de oferta de serviços essenciais tais como: água, iluminação, transporte coletivos dentre outros. No entanto, desde então, a marca preponderante da urbanização é sua divisão territorial da pobreza, “a partir de 1903 consistia

em expulsar as populações pobres do centro da cidade, configurando um padrão que permanece até hoje, a cidade segmentada e privatizada, onde os espaços públicos migraram ao mesmo tempo em que se locupleta o capital imobiliário” (IANNI, 2004, p. 21).

São muitas as dificuldades econômicas em expandir o capital na última década - como pode ser notado na queda da taxa de crescimento - enquanto ocorreu um aumento da população, articulada a fatores referidos à cena política constituída pelo urbano brasileiro. “O novo urbano chega antes da modernização rural, da modernização dos transportes e da modernização do consumo e, de modo mais geral, da modernização do país” (SANTOS, 2005, p. 62).

A urbanização da sociedade brasileira possui profundos vínculos com interpretações da vida coletiva e com anseios sociais da classe trabalhadora em conseguir ser incorporada nas decisões políticas do país. As grandes áreas urbanas condensadoras de recursos públicos e privados é também espaço de concentração de muita pobreza e violência constituem, no caso brasileiro, a preservação da desigualdade reproduzida pela modernização foi uma das principais expressões do processo de formação do território brasileiro. A modernização da sociedade brasileira foi altamente marcada por lutas pela terra e por desenraizamentos da população, com caráter socialmente seletivo. A análise do urbano deve ser feita sempre tendo a preocupação em não perder de vista a totalidade concreta. A dinâmica globalizante não apaga restos do passado, mas modifica seu significado e acrescenta ao já existente, novos objetos e novas ações características do novo tempo.

De acordo com Ribeiro (2003), o desenvolvimento brasileiro expressa um hibridismo entre as formas e práticas sociais que reproduzem os padrões internacionais de consumo exacerbado. As condições materiais e sociais são elementos determinantes na qualidade da vida urbana, podendo aí serem apreendidas as incongruências históricas do desenvolvimento brasileiro.

Os limites ideológicos existentes na discussão sobre o processo de urbanização do Brasil e até mesmo da América Latina são construídos pelo economicismo e pela divulgação de hierarquias de países, regiões e cidades definidas a partir da lógica do lucro e, assim, da geopolítica dos Estados centrais e das corporações transnacionais. A ordem urbana pode ser analisada como uma particularidade na concretização da ordem dominante, por imprimir no cotidiano as marcas do domínio praticado ao longo da história brasileira, por diferentes frações da classe hegemônica, em suas alianças com segmentos das camadas médias, da burguesia comercial e dos atuais financistas.

A força da dimensão material das contradições sociais condensada na rede urbana e os desafios enfrentados por qualquer projeto voltado à redução das desigualdades sociais. Essa dimensão da realidade conjuga o trabalho morto cristalizado na cidade a determinantes jurídicos da ordem dominante. A matéria urbana, ao articular essas e outras distâncias sociais, emite diretrizes para a sociabilidade que reforça a marginalização, justifica a indiferença e banaliza a violência. (RIBEIRO, 2003, p. 28).

As relações entre o desenvolvimento do espaço urbano e o Estado podem ser analisadas de diferentes ângulos: através da divisão social do trabalho e da divisão do espaço entre campo e cidade<sup>2</sup>. Para o desenvolvimento urbano brasileiro, o Estado cumpriu papel fundamental, muitas vezes sendo o responsável pelo desenvolvimento das relações sociais de produção necessárias para o processo de urbanização.

Também se percebe que, através das políticas urbanas, o poder público intervém na dinâmica da economia da cidade, a partir de diversos setores, desde a criação de empregos, até intervenções relacionadas à queda da taxa de lucro. O Estado desenvolve ações que objetivam minimizar as contradições que são agravadas de modo contundente com a crise estrutural do capitalismo internacional. Ainda sobre as políticas públicas, é preciso considerar que essas são fruto de lutas sociais desenvolvidas pelos trabalhadores. É uma das formas que o capitalismo encontrou para responder a necessidade da socialização das forças produtivas que o processo de contradição produz.

Devido a concentração inerente ao sistema capitalista, é necessária a intervenção do Estado de forma mais elaborada, através de mediações para manter o mínimo de equilíbrio na co-relação de forças entre as classes fundamentais. As políticas públicas são as formas mais sofisticadas que os capitalistas encontram para dar respostas às refrações da questão social,

as formas e os conteúdos das políticas urbanas não são de fato idênticos, se provêm do estágio monopolista ou do estágio clássico do capitalismo. Assim, como já indicamos, o financiamento público dominante da habitação – próprio ao Capitalismo monopolista de mercado – opõe-se ao financiamento direto pelas grandes empresas monopolistas – financiamento característico do capitalismo monopolista simples; também o papel atual assumido pelo capital privado no financiamento do setor imobiliário, longe de questionar a separação entre financiamento da acumulação monopolista e financiamento dos meios de consumo coletivos, só faz refletir a ampliação da esfera de produção capitalista – onde a intervenção do capital público permanece determinante, mesmo se for mais indireta (LOJKINE, 1981: 170).

---

<sup>2</sup> Sobre a cidade o Estado utiliza mecanismos de produção e reprodução do urbano para acelerar a formação de espaços que atenda as necessidades do capital. Enquanto no campo a ação Estatal é menos percebida, menos visível.

Quando o capital intervém nas lutas sociais que ocorrem no ambiente construído, as faz por intermédio do Estado. “O Estado aparece não mais como um organismo externo às relações de produção, mas bem, e entre a socialização do processo de trabalho e a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho.” (LOJKINE, 1981: 85). O Estado atua em diferentes tipos de aglomeração, normalmente havendo uma grande diferenciação na quantidade dos investimentos públicos. O que se vê é um investimento muito mais voltado em atender as necessidades dos meios de produção, como os serviços rodoviários e a construção de estruturas sociais, em detrimento do financiamento da aglomeração dos meios de reprodução social como áreas de lazer coletivas, transporte público de qualidade e a construção de moradias.

Tal processo de urbanização foi analisado por Lefebvre através de três períodos: o primeiro, o desenvolvimento do processo de industrialização que saqueia a realidade urbana até destruí-la pela prática e pela ideologia, até extirpá-la da realidade e da consciência; no segundo, período em que a urbanização se amplia e a realidade urbana e por si própria gera destruição, faz-se reconhecer como realidade sócio-econômica está alterando as relações sociais e no terceiro, reencontra-se a realidade urbana, tenta-se restituir a centralidade e a realidade urbana. O urbano consegue “concentrar as condições, se reúnem assim para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço” (LEFEBVRE, 2001, p. 33).

Lefebvre descreve como é complexo analisar as cidades e o processo de urbanização por serem muito diferentes, variando de acordo com cada região do mundo, havendo vários condicionantes sócio-históricos. As características das cidades estão diretamente ligadas ao processo de desenvolvimento de cada região e ao momento histórico. “A sociedade ‘moderna’ surge sendo pouco capaz de fornecer soluções para a problemática urbana e de agir de outra forma que não através de pequenas medidas técnicas que prolongam o estado atual das coisas” (LEFEBVRE, 2001, p. 80).

A urbanização pode estar presente tanto no campo quanto na cidade, a diferença é a função social que cada território ocupa na divisão social no trabalho, sendo a construção de antagonismo entre ambos, fruto da alienação do modo de produção capitalista que produz ou fetichiza a realidade. Lefebvre descreve o desenvolvimento histórico das cidades colocando as diferentes características das cidades nos diversos modos de produção. Esmiúça o processo de acumulação primitiva como sendo o momento em que a produção agrícola recua diante da importância da produção artesanal e industrial do mercado, do valor de troca e do capitalismo

nascente.

A forma urbana traz em si a contradição de dispersar e concentrar ao mesmo tempo os sujeitos. A essência para compreender a forma urbana está na ideia de conteúdo e forma que nunca podem se apresentar dissociados, destacando-se três aspectos simultâneos que marcam o processo de urbanização de acordo com Lefebvre: a divisão territorial pode ser focalizada com aspectos ora sucessivos, ora simultâneos espontâneos (provenientes das rendas e das ideologias); voluntário (estabelecendo espaços separados) e programado (sob o pretexto de arrumação e de plano).

A urbanização contribui para uma redução dos custos dos processos de produção, circulação e consumo de diferentes mercadorias. É inerente ao sistema capitalista estimular o crescimento dos aglomerados urbanos, viabilizando, assim, uma diminuição no tempo de produção, uma rapidez na circulação do capital, bem como uma maior integração entre os agentes do processo produtivo, sendo essa, parte de sua dinâmica. “A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas também, do modelo espacial” (SANTOS, 2005, p. 10). As grandes cidades se tornam grandes polos de pobreza, lugares com capacidade de atrair e manter pessoas cada vez mais pobres, muitas vezes em condições sub-humanas.

O urbano enquanto processo que resulta num ambiente construído é representado por uma infra-estrutura material e física, a produção, circulação, troca e consumo e o produto da interação de diversas forças que assumem perspectivas divergentes e antagônicas, isto é, é modelado pela luta de classes, gerando interesses e conflitos nos locais de trabalho com ampliação para outros setores da convivência social do trabalhador (PINTO, 2008, p. 59).

Uma das principais expressões da ampliação das desigualdades sociais é o processo periférico e excludente de urbanização, que se caracteriza por áreas urbanas superconcentradas e pelo deslocamento da população pobre para áreas cada vez mais periféricas.

No Brasil, a questão agrária é central para compreender as formas históricas que o Estado assume. Devido a formação das classes sociais, em que a classe dominante é composta por latifundiários, oligarcas que possuem interesses na concentração da propriedade de terras, a elite conserva seus privilégios para manter a dominação, sendo esses elementos fundamentais na composição política do poder. “Salientar o papel da propriedade territorial não significa subestimar a interferência do grande capital e da renda da terra, tenderam a se



fundir numa única e mesma figura, metamorfoseando o proprietário de terras em capitalista e vice-versa” (IAMAMOTO, 2007, p. 137).

A oligarquia agrária se recompõe, faz alianças para se manter no bloco do poder, moderniza-se economicamente para fazer frente à crise do poder burguês. A burguesia realiza uma recomposição de suas frações internas, resguardando a aliança com os grandes proprietários, e uma consistente união com o grande capital internacional, tendo no Estado o eixo da recomposição ao poder burguês, separado do conjunto de nação. Os aspectos modernizantes presentes na abolição da escravatura e na instauração da república brasileira cumpriram na verdade uma função de adequar o Brasil às necessidades do capitalismo mundial dentro do quadro de globalização da produção que já vinha se desenhando.

As relações de trabalho desenvolvidas combinavam diferentes relações como escravidão e servidão, relações que garantiram a apropriação da riqueza colonial. A formação das classes sociais se dá de forma inseparável de como as mulheres e os homens constroem as relações de produção, de acordo como experimentam as relações sociais. Assim, modelando as experiências nas formas culturais, Thompson (1987) - um teórico que se debruçou a compreender a formação da classe operária inglesa - classe não pode ser entendida como “categoria”, ou como uma “estrutura”, mas como uma realidade que pode ser evidenciada nas relações humanas.

Dentro desse processo, devemos pensar a construção das relações sociais no Brasil. Nossa história é profundamente marcada pela superexploração do trabalho, por sucessivas tentativas da classe trabalhadora de se articular para lutar por seus direitos, enquanto a classe burguesa se formava conservando características de dominação de modos de produção anteriores ao capitalista, situação que atribui para um processo de urbanização com características peculiares. Ocorre um acirramento nas contradições do sistema capitalista com o processo de urbanização, tem-se a concentração de meios de produção, as forças produtivas são elementos que valorizam o território, assim é fundamental compreender a divisão social e territorial da sociedade.

## 1.2 - O CONCEITO DE CLASSES SOCIAIS E O DEBATE SOBRE A CATEGORIA TERRITÓRIO

O processo de ocupação do ambiente expressa o conflito de classes inerente à condição da existência do modo de produção capitalista, dessa maneira, para compreender as relações sociais é fundamental a concepção de classe. O conceito de classes sociais se refere

ao campo teórico marxista, a ponte entre a estrutura social e o sujeito, sendo anterior e independente do sujeito, consiste em uma unidade de contrários. O movimento das classes é interno às estruturas, tendo caráter antagônico, sendo a base da possibilidade de transformação do modo de produção.

O conceito de classes sociais se apresenta em disputa dentro da tradição marxista, tendo esta o papel de fazer a ligação entre a produção da vida material e o movimento dos sujeitos, sendo a mediação entre ambos. Quando se fala em classes sociais, tem que se pensar em relações sociais, nas quais as classes se formam em antagonismo com a outra. A classe é o lugar da singularidade, ponto de inflexão dos processos coletivos.

As classes não se constituem em si, nem mesmo para si, mas para as outras. A grande polêmica a propósito da ‘consciência de classe não pode em nenhum caso ser corretamente interpretada enquanto ‘autoconsciência’, pois são as consciências recíprocas das classes e entre elas que irão, em definitivo, desaguar na consciência de classe. E este movimento de reconhecimento é, sem dúvida, o espaço da política (OLIVEIRA, 2003, p.18).

Através da concepção de classes, o movimento complexo de produção e reprodução das relações sociais são historicamente determinados e apreendidos. O movimento da subjetividade ou da subjetivação da objetividade constitui a trama insubstituível das mediações. Os trabalhadores conseguem se reconhecer, se entender enquanto trabalhadores por partir do real e da relação de antagonismo que está colocada na sociedade capitalista, através da consciência do real. Aqui entra uma questão importante para a formação da classe: “pode-se falar de uma vasta classe de assalariados, posto que a clivagem da propriedade dos meios de produção permanece, no plano da ilusão a classe não se completa e é inadequado falar de uma expansão exponencial da ‘classe dos assalariados’” (OLIVEIRA, 2000, p.15).

A sociedade de classes possui uma estratificação típica, na qual a situação econômica regula o privilegiamento positivo ou negativo dos diferentes estratos sociais, condicionando assim, direta ou indiretamente, tanto os processos de concentração social da riqueza, do prestígio social e do poder (inclusive do poder político institucionalizado e, portanto, do poder de monopolizar o controle do Estado e de suas funções), quanto os mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudança sociais. (FERNANDES, 1975, p.173)

As relações sociais dão-se a partir de conflitos de classes, nas mais diversas esferas da vida social, especialmente na dimensão territorial, pondo o debate acerca das funções exercidas no território no centro da análise. A partir dos preceitos de classes sociais também pode-se analisar o Estado, espaço que regula e organiza as relações políticas na formação

social capitalista.

Para compreender o Estado é central entender a formação da própria sociedade, destacando-se níveis de análise: a existência de duas classes fundamentais, portanto, a classe trabalhadora e a classe burguesa que representa os interesses do capital - o processo de produção que diferencia os agentes produtores de mais-valia, dos agentes que se apropriam dela e ainda; a dissociação entre os que possuem meios de produção e os que guardam apenas sua força de trabalho.

Para reforçar um ponto importante sobre a relação entre a formação do território e das classes sociais antagônicas é preciso refletir como o modo de produção capitalista se apropria da dimensão espacial para a materialização e efetivação da extração de mais-valia, e como transforma a divisão social e territorial do trabalho a favor desta exploração da força de trabalho.

É importante pensar no conceito de habitat para discutir sobre a localização espacial dos sujeitos, este conceito pode ser entendido como uma forma de expressar e compreender os indivíduos que compõem espaços marcados por formas que identificam grupos, categorias e a própria classe social. Por exemplo, quando o Estado racionaliza espaços, como na construção de um novo conjunto habitacional de forma completamente alheia à realidade das pessoas que vão morar ali, determinando como o espaço vai ser conformado, sendo está mais uma forma de coerção. Quando o processo de construção ocorre alheio a realidade ali presente, tudo é alterado criando um novo ambiente, deixa de ser um habitat para ser apenas o habitat.

A teoria que se poderia legitimamente chamar de ‘urbanismo’, que se reuniria às significações da velha prática chamada ‘habitar’, que acrescentaria a esses fatos parciais uma teoria geral dos tempos-espaços urbanos, que indicaria uma nova prática decorrente dessa elaboração, este urbanismo existe virtualmente (LEFEBVRE, 2001, p. 111).

Ressalta-se que a discussão sobre território é fundamental para conseguir compreender o processo de urbanização e seus impactos sobre o espaço, o território é profundamente marcado por desigualdade e por contradições, afirma Milton Santos (2003) que “a cultura é sinônimo de território”. Desta forma, o espaço urbano possui uma cultura específica, variando de espaço de acordo com quais classes sociais ocupam o território. Milton Santos (2003) ainda complementa que, território é “um campo de forças, como lugar do exercício de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos”, e é nesse espaço que se dá a ação política, exprimindo todo o complexo da assimetria de classes.

Utiliza-se do conceito de território para pensar a configuração do espaço urbano e rural, as relações sociais dão-se de forma contraditória e conflituosa. Pode-se entender como o modo de produção está expresso no espaço, e como o espaço é importante para compreender o modo de produção capitalista e os conflitos de classe. As cidades capitalistas destacam-se com características específicas como a concentração de serviços públicos que possuem valor de uso coletivo, situação que contribui para criar um modo de vida nos espaços urbanos, além de gerar conglomerados populacionais que concentram os meios do capital e a força de trabalho que precisa se reproduzir (sobreviver).

O território é uma dimensão tão importante quanto espaço e tempo, no qual são considerados os espaços reais, sendo o território uma dimensão relevante na produção e reprodução das relações sociais entre as classes sociais. O conflito de classes perpassa as desigualdades regionais diferenciando segmentos de classes em espaços diferentes, sendo dimensões que devem ser vinculadas aos processos nos diferentes espaços geográficos. O território não é apenas condição da ação tática e estratégica, manifesta, ao contrário, outras dimensões da experiência humana, envolvidas no propósito teórico-político de apreensão da totalidade concreta.

Este território está encerrado num tecido urbano cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem ampliação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades. Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação) (...) (...) Mais do que um tecido jogado sobre o território, essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras. (LEFEBVRE, 2001, p. 18)

O modo de produção capitalista cria um espaço marcado por uma divisão espacial, que gera efeitos contraditórios. A questão central para o capital com a ocupação do espaço é o valor de troca. O processo de divisão social e territorial não produz um processo de “exclusão social”, mas sim uma ocupação determinada e funcional com o processo de desenvolvimento capitalista. O capital precisa desenvolver formas de manutenção da ordem e de apropriação cada vez maior do território que são entendidos como mercadorias. Os conflitos de classe são cada vez mais naturalizados diante de um processo de alienação que encobre as desigualdades e maqueia a pobreza.

Como já afirmado, a classe trabalhadora dentro da disputa pelo território é destinada aos lugares de menor interesse para o capital, ou áreas que atendam as necessidades dos donos

dos meios de produção. Como a moradia é um bem necessário para a reprodução da classe trabalhadora e muitas vezes as condições de habitação são muito precarizadas, torna-se uma luta central para os trabalhadores, o direito ao uso coletivo do solo, a circulação pela cidade.

A efetivação da conquista de direitos distancia-se da realidade da classe trabalhadora, tornando-se até mesmo desconhecidos para o conjunto da sociedade. Os direitos como valores e regras de convivência não são construídos dentro da cotidianidade dos sujeitos. A realidade poderia ser alterada se os direitos fizessem parte da prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. “Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc.)” (LEFEBVRE, 2001, p. 139).

As grandes cidades constroem um novo padrão de sociabilidade, sendo o capitalismo responsável por um processo de socialização da produção que faz com que cada vez mais as relações sejam dependentes do trabalho coletivo, apesar de ser uma sociedade essencialmente individualista. O espaço é construído e distribuído de acordo com a renda, status profissional, geração, nível de formação, questão étnica seguindo as leis gerais da distribuição dos produtos, opera-se de acordo com reagrupamentos em função da capacidade dos indivíduos. A questão da apropriação do espaço está diretamente ligada ao não atendimento da demanda, havendo uma estratificação no consumo que pode ser quantificada através da capacidade de aquisição dessa mercadoria.

Ora, o desenvolvimento do modo de produção capitalista caracteriza-se por um duplo processo, ou antes pela interação de dois processos: a socialização dos processos de produção e de circulação (da divisão social e técnica nesse processo); a concentração do capital, concentração que chega, no estágio supremo chamado de “putrefação” do capitalismo, à formação de uma nova fração cuja autonomia não tem mais nada a ver com a das frações do segundo nível. Fato ainda mais importante: essa nova fração nascida do processo de socialização – acumulação do capital perturba o conjunto das relações que existam entre as frações da classe capitalista, como entre as dos trabalhadores assalariados (LOJKINE, 1981: 107)

Na constituição do espaço urbano, observamos aspectos importantes do traço capitalista no território, no qual há uma forte determinação da divisão social e territorial do trabalho, em que as funções são meticulosamente divididas e distribuídas, os horários são precisos e rigorosos. A exploração capitalista ocorre tanto durante o dia quanto a noite, sempre numa velocidade incessante graças à introdução, cada vez maior, de novas tecnologias

de produção e do modo de vida acelerado que é imposto pelo desenvolvimento das forças produtivas.

O espaço urbano, considerado em sua totalidade, insere-se na realidade histórica, econômica, social e política do processo ampliado de produção capitalista, abrangendo as estruturas e os meios da produção imediata e dos demais momentos desse processo. Além disso, participa em certa medida de todos os ciclos da metamorfose do capital, fundamentalmente do processo de reprodução da força do trabalho na luta por equipamentos e serviços coletivos, no que se refere aos organismos do Estado em âmbito local (RAMOS, 2003, p. 133).

As transformações no espaço são constantes e são sentidas em menos tempo. O efêmero no urbano é algo constantemente percebido e presenciado, a paisagem muda com muita frequência. É possível perceber no espaço urbano as diversas fases do capital, suas metamorfoses se materializam no território, que também é marcado pela divisão social do trabalho e pela diferenciação das funções desenvolvidas, tanto na esfera da produção, como da reprodução e do consumo. Assim, é central uma análise da totalidade dos fenômenos para compreender as múltiplas dimensões do real e o conjunto de elementos responsáveis pela reprodução do capital.

O financiamento público dos meios de comunicação e dos meios de consumo é fundamental para o desenvolvimento político, econômico e ideológico da produção. Em geral, os meios de consumo são usados como forma de dominação econômica e ideológica pelo capital. A transformação do território de acordo com as necessidades do modo de produção capitalista ocorre de forma violenta e descontrolada. Avançando na análise da relação político/econômico é necessário afirmar que todo território é permeado pelo enfrentamento das classes, decorrente do desenvolvimento do capitalismo.

### 1.3 - A RENDA DA TERRA E A CENTRALIDADE DA LUTA POR MORADIA

Uma das bases do modo de produção capitalista é a propriedade privada dos meios de produção, no caso analisado, a propriedade privada do solo tem como consequência a concentração nas mãos de poucos, situação que faz com que a maioria da classe trabalhadora não tenha a menor possibilidade de ter acesso a esse bem. A renda da terra está associada à

sua capacidade produtiva, tanto o capital agrícola quanto o capital industrial geram produto excedente e uma correspondente mais-valia.

O lucro excedente que a renda fundiária produz está atrelado a um processo histórico em que as relações sociais e econômicas possibilitam a existência da mesma. A produção no campo contribui para elevar a renda da terra, assim como a construção de equipamentos e condições de produção, circulação e consumo também fazem com que a renda da terra seja acrescida, permitindo entender os diferentes tipos de solo que cumprem funções diversas, de acordo com as relações construídas no espaço.

O modo de produção determina as relações econômicas e sociais, submete a produtividade da terra e até mesmo o trabalho agrícola. Marx utiliza da expressão “viveiro de arrendatários capitalistas” (Marx, 2008: 1055), para se referir aos antigos possuidores da terra que a cultivavam. O desenvolvimento geral da produção capitalista ocorre de forma mais ampla, expandindo a dominação do capital, principalmente por ultrapassar os limites do campo.

Conforme ocorria antes com a renda em trabalho, a renda fundiária aí é a forma normal da mais-valia e por conseguinte do trabalho excedente, isto é, de toda a sobra em trabalho que o produtor imediato deve fornecer de graça, ou seja, coercitivamente – embora a coerção não se exerça mais com a brutalidade antiga – ao proprietário do meio de trabalho mais essencial, a terra (Marx, 2008: 1052).

Dessa forma, o preço pago pelo terreno é determinado por condições econômicas, políticas e sociais expressas no território, que pode ser entendido como um tecido que é costurado pelas relações sociais, pelos sujeitos. Como preço da terra, pode-se entender a renda capitalizada estabelecida, que parece em alguns momentos ter existência própria, indiferente de qualquer diversidade na fertilidade do solo “o pior terreno não paga renda, pois a renda absoluta supõe que, além do preço de produção, se realize um excedente do valor do produto, ou que um preço de monopólio ultrapasse o valor do produto” (Marx, 2008: 1062).

A terra é renda capitalizada, a aplicação efetiva de capital através da renda da terra é considerada juros do capital obtido pelo proprietário, o juro pago ao hipotecário se torna um limite, este juro é pago através de parte do excedente produzido. Nos termos capitalistas, pode-se pensar em lucro. O processo de circulação da terra tem como consequência prática de maneira geral transformar em mercadoria os produtos e os instrumentos de produção.

A renda por antecipação determinada no preço da terra e no correspondente juro que se paga, só pode ser parte do trabalho excedente dos camponeses, o trabalho que ultrapassa o indispensável à própria subsistência, sem que esse

trabalho excedente se realize em valor igual à totalidade do lucro médio, e muito menos em suplemento acima do trabalho excedente representado pelo lucro médio, isto é, em lucro suplementar. A renda pode ser tirada do lucro médio ou dele ser a única parte que se realiza. (Marx, 2008: 1063)

Todos os recursos naturais são objetos de monopólio, minas de água, quedas d'água, terrenos bem localizados, dentre outros. Estes contribuem para garantir ao proprietário dos meios de produção a exploração de um lucro suplementar, esse lucro suplementar pode ser entendido como renda subtraída do capital ativo. Com a junção do capital industrial com a propriedade fundiária, o poder dos capitalistas se torna imenso, dificultando “praticamente de residir neste planeta os trabalhadores na luta pelo salário” (Marx, 2008: 1026).

O preço da terra se altera, aumentando ou diminuindo de acordo com a renda que ela pode produzir, assim o preço do produto agrícola também pode elevar-se. Um solo cultivado pode gerar uma renda diferencial grande, pequena ou mesmo inexistente, parte se convertendo em produto suplementar excedente. A totalidade da renda de um país pode aumentar com a elevação da quantidade das terras cultivadas, propriamente não é necessário o aumento ou a queda da taxa de renda. Em alguns casos é possível que terrenos particulares passem por quedas em sua renda e mesmo assim ocorra um aumento da renda do país. O que determina o seu aumento efetivamente é a capacidade produtiva do solo.

Concorrem para elevar necessariamente a renda fundiária relativa as construções, o aumento da população, a necessidade crescente de habitações daí resultante e o desenvolvimento da capital fixo, que se incorpora à terra ou nela lança raízes ou sobre ela repousa, como todos os edifícios industriais, ferrovias, armazéns, estabelecimentos fabris, docas etc.( Marx, 2008: 1026)

Como já afirmado anteriormente, é possível encontrar no mercado produtos acima do preço de produção, isto se torna possível através de dois mecanismos: quando o solo possui uma qualidade ruim, assim saindo da concorrência, mas se elevando devido a renda diferencial que influencia no conjunto dos solos mesmo os mais desvalorizados; em segundo seriam os terrenos de pior qualidade, o preço de produção se manifesta em massa maior do que o produto, devido ao aumento da produtividade do trabalho, “bem ao contrário, quanto mais produtivo o trabalho, tanto mais barata cada parte alíquota do produto, pois tanto maior a massa de valores-de-uso em que se configura a mesma quantidade de trabalho, o mesmo valor por tanto. (Marx, 2008: 1038)”

Como afirmado anteriormente, existem diferentes tipos de solo, no caso vamos nos deter a questão do solo urbano, especificamente, quando a prioridade se refere às



“necessidades” do capital de se reproduzir de forma mais intensa, pois o capital necessita de grandes aglomerações dos meios de produção para garantir sua reprodução ampliada, sem buscar realizar uma dissociação, ou qualquer tipo de hierarquização, uma vez que os diferentes tipos de solo cumprem funções específicas que se complementam dentro do processo de produção capitalista. A organização do espaço constrói em alguns locais certa homogeneidade social interna e em outros uma intensa disparidade social, assim uma segregação urbana, uma disparidade e uma hierarquia entre os diferentes espaços que compõem o urbano.

No processo de circulação e de consumo de mercadoria, muitas foram negadas à classe trabalhadora principalmente bens essenciais como a moradia que é uma mercadoria fundamental para a reprodução da força de trabalho. A moradia como as demais mercadorias, é determinada pela relação entre a oferta e a demanda. A especulação imobiliária é mais uma forma que o capital encontra para ampliar seu processo de acumulação, justamente porque a questão da moradia não provém diretamente de uma relação de exploração, e sim de um mecanismo de distribuição de bens apropriado de forma particular. Dessa relação emerge a relevância da especulação e da dependência da questão da moradia em relação as leis econômicas que regulam o mercado.

Se partirmos da ideia de que, no mercado imobiliário privado, a moradia é um bem produzido para ser vendido, quer dizer para obter um lucro, é preciso questionar quais são as características específicas de realização da mais-valia, que determinam uma maior incapacidade da indústria privada em subvencionar as necessidades elementares neste domínio, mais ainda do que nos outros itens do consumo individual. A produção da moradia resulta da articulação dos três elementos incorporados na construção e a reconstrução do imóvel propriamente dita, a saber, a aplicação da força de trabalho numa dada organização, sobre as matérias da base, para produzir a habitação (CASTELLS, 1983: 190).

A escassez de moradia deve-se à estrutura do capitalismo, visto que como a propriedade privada é um dos pilares desse modelo, e a concentração dessa mercadoria é uma forma de acumular mais capital, sendo ainda mais rentável com a especulação imobiliária que permiti acumular mais lucro. São vários os elementos que provocam a escassez desta mercadoria devido à dependência em relação aos proprietários fundiários que buscam por taxas de lucro elevadas em curto prazo, contribuindo para que os aluguéis sejam cada vez mais elevados. Acima da demanda solvível, devido a um desequilíbrio recorrente entre a oferta e a procura, há uma incapacidade de atender a demanda não-solvível, sendo este um gargalo de estrangulamento na reprodução da força de trabalho. Assim, a moradia torna-se

uma das grandes reivindicações populares, “a questão da moradia revela-se assim como estando no centro da dialética conflitual para a apropriação social do produto do trabalho (CASTELLS, 1983: 210)”.

O essencial do mercado imobiliário nas grandes cidades, é controlado por organismos financeiros sempre presentes. Na base desta estratégia estão dois fatores: primeiro a penúria das moradias, que assegura a possibilidade de moradias (e portanto de terrenos) se acentuar; segundo a demanda que privilegia certas localizações socialmente valorizadas e/ou funcionalmente desejáveis. (CASTELLS, 1983: 190)

O Estado é obrigado a intervir desenvolvendo políticas públicas, que sempre estão muito aquém das necessidades reais da classe trabalhadora. Podemos afirmar que as políticas da assistência voltadas para atender a demanda por moradia são voltadas para atender apenas casos de extrema pobreza, em situações precárias, casos muito graves, em que é necessário a intervenção do Estado. As respostas são políticas sociais como: auxílios para a locação de moradias que ajudam famílias que não tem condições de pagar alugueis, por serem muito altos. Em outros casos, trata-se de uma política de obtenção de créditos para a compra de apartamentos, o que podemos chamar de habitações populares. Como é muito difícil encontrar produção privada de moradia “social”, muitas vezes a rentabilidade dos capitais com a produção de moradia costuma ser menor que nas outras indústrias, chegando em algumas situações a desmotivar os capitalistas a investirem nesse setor, assim torna-se ainda mais central a intervenção pública para garantir o lucro dos mesmos<sup>3</sup>.

Ao se pensar em políticas de habitação, um primeiro grande obstáculo a ser derrotado é a especulação imobiliária, muitas vezes acaba sugando todos os recursos orçamentários disponibilizados, assim garantindo uma enorme defasagem entre a necessidade de moradia e a capacidade de construção das mesmas. Outra questão que deve ser destacada refere-se a oferta e procura em relação a moradia, a especulação se diferencia de acordo com as diferentes regiões das cidades. As zonas de periferia, o centro da cidade e as áreas nobres sofrem impactos distintos, as razões fundamentais dessa diferenciação são justificadas pelo próprio processo de produção.

---

<sup>3</sup> Na atualidade podemos ver no Brasil uma grande iniciativa do governo dentro da construção civil na produção de moradias populares, situação que inaugura um novo período para a construção civil. Através de análise de processos anterior, podemos evidenciar que historicamente foi difícil encontrar indústrias que buscassem produzir moradias populares, que fabricassem bens de consumo destinados à todas as faixas de renda. Apenas com o grande investimento realizado pelo governo brasileiro que está sendo possível o fomento desse setor, apesar de uma grande parcela da população ainda se manter distante do sonho de possuir uma casa própria, devido as critérios seletistas e focalizada das políticas do governo.

Assim, no que concerne ao status da moradia, é claro que, dado que o aluguel é uma renda de situação, que significa pagar um preço superior a seu valor de troca pelo uso de um bem que não possuímos, haverá uma tendência geral das pessoas a tornarem-se proprietárias. Mas este status será limitado pelo mecanismo de produção da moradia. A distribuição dos papéis de proprietário, co-proprietário, locatário, hóspede, sem título, segue as regras da distribuição social dos bens". (CASTELLS, 1983: 207)

Através da concentração da propriedade privada, o capital garante a situação de escassez de moradias. Considerando que a moradia é um bem indispensável para a reprodução da força de trabalho, a luta por essa mercadoria assume um patamar relevante dentro da correlação de forças entre a burguesia e a classe trabalhadora, contradição que se intensifica com a concentração urbana, que é o espaço que os trabalhadores se aglutinam para vender a sua força de trabalho em torno das empresas instaladas nas cidades.

A divisão social e espacial criada nas cidades acentua as formas de territorialização da pobreza, em uma análise simplificada com a fusão do capital industrial e do capital bancário forma-se o capital financeiro, assim, assimilando a questão fundiária como um dos elementos centrais, transformando a especulação em uma questão determinante. Todo trabalhador busca possuir uma casa própria e a forma que o capitalismo se estrutura faz com que a luta por moradia, seja feita de forma distinta a luta por salário, assim através da ideologia integradora, o capital deseja que cada operário no espaço do cotidiano se enxergue como um proprietário.

Com o acirramento da luta por moradia, o Estado se torna o principal ator de mediação da relação entre os trabalhadores e os proprietários de imóveis, sendo indispensável sua ação muitas vezes através de medidas como o congelamento de aluguéis, questão que ameaça o lucro dos capitais. Em outras situações, a indenização de pequenos proprietários nas zonas de avanço do capital para a industrialização de determinadas regiões, pode ser entendida como uma verdadeira transferência de mais-valia social. É importante destacar que apesar de toda ação que o Estado tenha desenvolvido sobre a questão da moradia, sempre se apresentam de forma muito fraca e incipiente, pois uma ação incisiva equivaleria a uma redistribuição de renda e de riqueza.

É possível afirmar que, em outro momento, a função de construção de moradias entrava em uma economia de mercado e hoje é função pública (mas não deixa de ter uma economia de mercado), assim, incide na lógica de acumulação de capital sem dúvida, mas nem por isso a habitação se torna um serviço público. Por assim dizer, o direito à moradia aflora na consciência social.

Convém notar que a análise do Estado supõe a análise das classes sociais, vem, no plano de Marx, logo após a do crédito. Ora, vimos que é justamente

na análise do crédito que aparecia pela primeira vez a determinação social do Estado como forma mesma – a mais desenvolvida- da produção capitalista, concentração e condensação do conjunto das relações de produção. Levar em conta a urbanização permite enriquecer a determinação social do Estado como aparelho territorial e agente da socialização espacial das relações de produção. (LOJKINE, 1981: 91)

O Estado, através de sua intervenção no espaço urbano, tem a capacidade de resolver muitos problemas insolúveis para os agentes capitalistas individuais, ainda em tempo mais reduzido, consegue diminuir processos de expansão e de construções urbanas de forma completamente anárquicos. Apesar de não conseguir evitar a crise de urbanização capitalista, que tem como pontos centrais: a relação que os agentes da urbanização estabelecem, a falta de financiamento para os equipamentos públicos que são cada vez mais desvalorizados. A especulação imobiliária faz com que o valor do solo seja cada vez mais elevado, sendo rentável a concentração das terras no espaço urbano. Na disputa por mais capital, os proprietários fundiários, os investidores, produtores concorrem entre si acirrando a disputa promovida pelo capital.

Pode-se destacar duas relações importantes que o Estado intervém: a relação propriedade privada e a casa própria para o trabalhador. A necessidade por moradia é a forma que o trabalhador consegue visualizar a questão da propriedade privada, mas a luta do trabalhador contra a propriedade privada não pode ser facilmente confinada à arena da habitação, mas pode ser mediada por essa demanda. Se a disputa por moradia não for mantida sob controle, pode colocar em xeque um dos fundamentos do sistema do capital que é a propriedade privada.

A forma pela qual o trabalho se relaciona com a demanda por moradia gera efeitos externos, porque o mercado habitacional é de longe, em termos quantitativos, o mercado mais importante quando se analisa qualquer outro elemento individual do ambiente construído. É importante considerar que a conquista da casa própria pode comprometer parte da classe trabalhadora com o princípio da propriedade privada, assim, contribuindo para o processo de apropriação do valor de outras partes da classe trabalhadora questão central para a luta de classes na sociedade capitalista.

A outra relação que podemos destacar é entre o custo de vida e a taxa de salário, estes possuem relação direta, o valor das mercadorias corresponde a parte do valor necessário para reproduzir a força de trabalho. Um aumento excessivo na apropriação da renda pelos proprietários da terra eleva o valor do custo de vida da força de trabalho, interfere nas demandas por aumento de salários, que se forem atendidas rebaixam a taxa de acumulação do

capital. Desta forma, em certos momentos, o capital pode se colocar em apoio à luta contra o aumento do custo da habitação por serem diretamente afetados. Com o interesse de se manter mínimo o custo de reprodução da força de trabalho, a classe capitalista como um todo pode procurar meios coletivos para intervir nos processos de investimento e de apropriação no meio construído.

A própria conquista da casa própria pode se transformar em um instrumento de fortalecimento de valores como o individualismo e a propriedade privada, um dos pilares da dominação da classe burguesa, assim, negando princípios de construção do socialismo como o fim da propriedade privada. O capital demanda a construção de um modo de vida adaptado as necessidades da acumulação. Os trabalhadores são formatados dentro dos moldes que o capital demanda, para assim, garantir que os trabalhadores permaneçam consumindo, o local de vida adequa os indivíduos para as exigências do local de trabalho.

Um dos elementos centrais para a reprodução da classe trabalhadora é a moradia. Em um processo de crise de produção, a moradia pode representar mais uma forma de estrangulamento do sistema. A apropriação dessa mercadoria segue as leis tendências do capital de centralização e concentração, que determinam a forma de concentração e distribuição dos trabalhadores no espaço.

Assim, a penúria das moradias, as falhas de equipamentos e de salubridade do espaço residencial resultam do aumento brusco da concentração urbana, num processo dominado na maioria das vezes pela lógica da industrialização. Os espaços para a classe trabalhadora morar são cada vez mais reduzidos, começa a ocorrer um conflito entre a necessidade da classe trabalhadora e os interesses dos donos dos meios de produção e o próprio Estado.

À classe dominante são reservadas as melhores áreas e a classe trabalhadora às áreas de menor valor, normalmente com solos já prejudicados, devastados e sem infraestrutura, muitas vezes sendo acostamentos, brejos, altos de morro, espaços que a especulação imobiliária tem pouco interesse, isto ocorre porque a produção do espaço é monopolizada pela burguesia.

A formação espacial é construída a partir de um desequilíbrio na relação de consumo e produção, não são as necessidades coletivas que determinam a produção, mas sim a demanda do mercado, que determina o consumo resultando em transformações da estrutura urbana. Para o processo de produção tem-se que ter clareza que as mercadorias não obedecem a nenhum planejamento, o processo ocorre de acordo com a concorrência entre os produtores, cada qual interessado em obter mais lucros. Para obter condições vantajosas de produção e venda, é necessário que a circulação seja um dos elementos fundamentais desse processo, com

a desorganização do conjunto da produção criam-se graves problemas para a reprodução da própria sociedade.

A população necessita de espaço para morar, para viver e esse é um dos elementos que criam um entrave para o capitalismo. A urbanização e a industrialização necessitam que o espaço se transforme, demandando que sejam produzidos locais para que a classe trabalhadora possa se reproduzir. Por isso os aglomerados urbanos são os primeiros lugares a vivenciar uma crise de moradia.

Com a necessidade da concentração da propriedade privada, ocorre a exclusão dos pobres da propriedade fundiária, pois quem detém o domínio do território é a classe dominante, uma vez que a classe dominante se apropria, modela e fragmenta o espaço de acordo com seus interesses. São gerados espaços que são de alto valor, voltados para atender às demandas das classes privilegiadas, e os espaços menos valorizados que são destinados à classe trabalhadora.

Observa-se um processo de segmentação do espaço com o desenvolvimento das forças produtivas, construindo novas necessidades de produção para continuar a acumulação de capital. A crise estrutural do capital que vai se acirrando a partir da década de 1970, demanda uma nova estruturação da lógica do capital para que este possa retomar as taxas de lucro.

O capital já vivencia uma crise estrutural tendo dificuldades de encontrar mais territórios para se expandir, desenvolve formas cada vez mais aprimoradas para superexplorar a força de trabalho, passa a migrar para áreas que a força de trabalho é cada vez mais passível de ser explorada. A produção dá-se de uma forma totalmente globalizada, este movimento pode ser compreendido como uma forma do capital buscar espaço para conseguir seguir a sua tendência de acumulação.

É cada vez mais notório os espaços urbanos sem estrutura, áreas periféricas das grandes cidades ocupadas por aqueles que não têm para onde ir, muitas vezes por falta de emprego ou por terem uma ocupação ou relação de trabalho que não lhes dá condição suficiente para outras opções de moradia.

O fenômeno da expansão destas áreas de ocupação urbana vem extrapolando os grandes centros urbanos do Brasil, passando também a se concentrar nas cidades médias<sup>4</sup>. Estas vão recebendo grandes indústrias transnacionais em seus territórios, atraindo um contingente de trabalhadores das pequenas cidades que estão na sua periferia, aumentando seu nível populacional.

Utiliza-se do ambiente construído como parte de uma estratégia geral para inculcar

---

<sup>4</sup> Categoria utiliza no capítulo 3 para realizar o debate mais específico sobre a luta por moradia em Juiz de Fora.

valores burgueses e disciplinar o trabalho industrial. No ambiente construído o controle e a administração se dão de forma coletiva, portanto, é possível que ele se torne um campo importante na disputa entre o capital e o trabalho, em torno do que é bom para a acumulação e do que é bom para as pessoas.

Os conflitos expressos no local de vida são tidos como meros reflexos de tensões subjacentes entre o capital e o trabalho. A classe dominante que se apropria da renda da terra, da construção civil, e o Estado é o responsável por mediar as formas de conflito; o Estado e as relações juridicamente legítimas se erguem entre o capital e o trabalho e, por isso, escondem da vista a verdadeira fonte da tensão. Constroem uma aparência superficial dos conflitos em torno do ambiente construído, as lutas contra o proprietário da terra ou contra a renovação urbana disfarçam uma essência oculta que é, nada mais nada menos, que a luta entre o capital e o trabalho.

As formas ostensivas de conflito em torno do ambiente construído dependem, portanto, do desfecho de uma luta ideológica mais profunda e frequentemente oculta, luta essa que tem por objetivo a consciência dos contendores. Essa luta mais profunda entre consciência e posicionamentos individuais, comunitários e de classe oferece o contexto no qual ocorrem as lutas do dia-a-dia sobre os problemas do dia-a-dia (HARVEY, 1982, p.34).

O espaço urbano passa então a ser o local onde se materializam os conflitos de classe, gerados a partir de sua produção capitalista e das contradições desse sistema. Assim, encontram-se nas cidades sujeitos capazes de desvelar a aparência que está construída sob a realidade social materializada no espaço, e suas contradições sociais determinantes, são expressões desse processo de desvelar a realidade, a luta pelo direito à moradia, à saúde, ao trabalho, à educação, ao lazer, enfim direito à cidade.

Assim, compreendendo de forma desvelada a realidade social, compreende-se como se dá o modo de produção capitalista. Para tanto, iremos abordar como se dá a divisão social e territorial do trabalho, já que é através do trabalho que podemos perceber a realidade social como criação do homem, num ato de transformar a natureza e a si mesmo. Estas relações sociais formam a totalidade das relações de produção na estrutura econômica da sociedade, “a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política (...). O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político espiritual” (Marx *apud* MENEGAT, 2006), assim modifica o processo de produção e reprodução do espaço nos territórios.

O processo de transformação do capital é realizado com o advento da revolução

industrial e da revolução burguesa e faz com que a vida privada seja separada da vida pública. O espaço de produção é o espaço da fábrica, compreende as necessidades da reprodução da força de trabalho e o espaço da vida privada é o espaço do consumo, que gera as demandas de consumo que fomentam o mercado. As demandas de trabalho e de consumo variam de acordo com o momento histórico, do ponto de vista do capital, já a acumulação requer uma constante expansão do mercado de mercadorias, isso significa a criação de novos desejos e necessidades sociais.

A separação dos locais de trabalhar e de viver divide as lutas dos trabalhadores, enquanto o trabalhador faz luta no espaço de trabalho por salários, por melhores condições de trabalho, luta que incide no poder aquisitivo do trabalhador que vai potencializar seu consumo; também trava outra luta que é realizada no local de viver, contra formas secundárias de exploração e apropriação, como a propriedade fundiária, as relações comerciais e setor de serviços. Essa imagem de separação dos espaços públicos e dos espaços privados é fruto de uma imagem gerada pelo capital de forma intencional.

Tanto o capital quanto a força de trabalho necessitam do espaço para viver, portanto, a terra é uma condição de vida para a força de trabalho e para o capital. A propriedade privada exclui o trabalhador da terra como condição de produção e também serve para excluir o trabalhador da terra como condição de vida. O trabalhador demanda equipamentos públicos e privados para sua reprodução, as necessidades desses elementos colocam o trabalhador em posição antagônica aos interesses dos proprietários fundiários e aos que se apropriam da renda da terra, assim como os interesses daqueles que vivem do lucro da construção civil. O custo e a qualidade desses elementos afetam o padrão de vida da força de trabalho.

A sacralização da propriedade privada é uma questão fundamental para compreender o processo de formação social no Brasil, sendo um elemento conservado de outros momentos históricos que se mantém enraizado através de instituições, concepções e valores nas relações. A propriedade privada cumpre um papel relevante para a manutenção da dominação de classe. Os componentes não capitalistas nas relações de produção e nas formas de propriedade são redimensionados e incorporados à expansão capitalista. O modo de produção agrícola, se desenvolve completamente subordinado aos interesses exportadores, gradualmente as grandes propriedades territoriais modernizam-se, assim gerando vantagens da apropriação da renda fundiária.

Categorias importantes para compreender a divisão territorial do capital são o Estado e as empresas imobiliárias, os donos da terra urbana e a população trabalhadora. Pode-se destacar dois elementos que explicam a falta de acesso à moradia, para a classe trabalhadora:



a apropriação monopólica da terra e a superexploração da classe trabalhadora.

Marx discutindo sobre a renda fundiária, compreende a terra, originalmente como um bem natural não-mercantil, adquire valor de troca na medida em que incorpora trabalho social existente também decorrente dos investimentos públicos. A terra é ao mesmo tempo condição de produção do capital e condição de vida da classe trabalhadora, a contradição presente no uso da terra se relaciona com as formas das relações de produção, dos bens materiais e as relações sociais. A especificidade do monopólio da terra urbana está no fato de que, apesar de não poder ser reproduzida no e pelo processo de produção e circulação de mercadoria, a terra permite “ao dono da propriedade tributar a produção e circulação de mercadoria, concorrendo para a distribuição da mais-valia sem concorrer para sua geração e realização” (PINTO, 2005, p. 66).

A superexploração da classe trabalhadora como uma expressão intrínseca da nova configuração capitalista revela o modo mais cruel na privação econômica, social, política e cultural a que está submetida a maioria da população, enquanto o desenvolvimento econômico, tecnológico e científico proporciona condições excelentes de bem-estar a poucos indivíduos. Ainda o capital se utiliza das formas mais variadas para fetichizar a realidade, garante o consumo através do endividamento da classe trabalhadora, que é levada a consumir cada vez mais, ampliando assim a alienação sobre a produção, o trabalho e o consumo. Partimos da constatação de que a questão habitacional para ser resolvida, nos marcos do sistema capitalista, precisa enfrentar a propriedade privada da terra e os limites do mercado consumidor.

A habitação guarda particularidades que a diferencia das outras mercadorias de consumo privado, ela envolve produção e circulação e requer um investimento de capital e tempo. Acaba por distanciar em muito, o custo do valor dos salários de boa parte dos trabalhadores, na ordem estabelecida, a questão habitacional é uma expressão da seletividade social que se amplia na organização da cidade (PINTO, 2005). No debate sobre habitação, pode-se destacar que o capital se desresponsabiliza de custear um bem fundamental para a reprodução da força de trabalho, acarretando uma sobrecarga no trabalhador; além de deslocar o conflito para o âmbito do mercado.

Compreender a problemática que envolve a habitação, não apenas em seu valor de uso, mas também o valor de troca é fundamental para a caracterização desta como mercadoria. Sendo um objeto de consumo, uma mercadoria, a habitação, culturalmente é definida como o lugar onde se desenvolvem as atividades cotidianas necessárias à sobrevivência de cada um, também é o espaço da reprodução da força de trabalho.

Fica claro, segundo Engels, que a intenção da classe dominante não é resolver o problema habitacional e sim pressionar a classe trabalhadora para seguir vendendo sua força de trabalho a valores baixos. No caso, para poder ter acesso à moradia e também ter controle dessa força de trabalho foi necessário o próprio patronato construir moradias.

Uma das fundamentais expressões da ampliação das desigualdades sociais é o processo periférico e excludente de urbanização brasileiro, caracterizado por áreas urbanas superconcentradas e pelo deslocamento da população pobre para áreas cada vez mais periféricas. “A moradia torna-se então a reivindicação que dá a singularidade desse movimento, pois é a questão única e particular que em sua especificidade unifica diferentes pessoas e famílias” (PINTO, 2005, p. 174).

Pensar a luta por moradia é compreender os elementos primordiais para a reprodução do sistema capitalista. A propriedade privada segue sendo um dos pilares para se manter o processo de acumulação de capital e a concentração de poder em uma determinada classe social, além da propriedade privada, tem-se a exploração do trabalho, única forma de gerar valor. Esse valor pago pela força de trabalho empregada em uma atividade específica é quantificado através de valores necessários para a força de trabalho se reproduzir. Assim sendo, a questão da moradia também se torna um elemento central dentro do conflito entre as classes sociais.

Com o processo de urbanização os conflitos tendem a se acirrar, o espaço urbano se configura como um local de excelência para a reprodução do capital, por conseguir aglutinar os diversos equipamentos sociais necessários tanto para a produção quanto para a reprodução do capital e do trabalho. Todas as expressões do modo de produção se materializam no território que é profundamente marcado pela estrutura capitalista, o qual transforma o espaço de acordo com as necessidades do capital.

Os diferentes sujeitos estão dispostos nesse espaço contraditório, e sua ação é determinante para o processo de conquista de direitos, para a classe trabalhadora obter melhores condições de viver. É necessária a organização da classe trabalhadora para haver conquistas de direitos, mesmo para direitos básicos, que são centrais para sua reprodução como a moradia. Como a formação da classe trabalhadora no Brasil e em toda a América Latina é marcada pela sua superexploração, não receber salários compatíveis para sua sobrevivência. Compreender seu processo de organização é central para entender a luta por moradia. O próximo capítulo tem como debate central a urbanização na América Latina e a formação dos movimentos sociais, elementos determinantes do processo dentro do debate apresentado.

## **CAPÍTULO 2 - PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL E O DEBATE SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS.**

Esse capítulo tem a intenção de descrever o processo de urbanização e de formação social na América Latina e no Brasil, caracterizando como se deu a formação das cidades dentro do processo de colonização, e como a forma de colonização foi fundamental dentro do processo de urbanização. O foco principal é mostrar através do processo histórico da formação das cidades brasileiras, o reflexo da urbanização e da industrialização descompassada. Ao desvelar a relação de dependência e de desigualdade estabelecida na América Latina pode-se compreender como as relações sociais foram sendo construídas, portanto sendo determinante na forma como os sujeitos se expressam dentro desse processo histórico.

No primeiro momento, vamos descrever como se deu a formação social da América Latina e a constituição das cidades brasileiras, quais foram as características assumidas tanto pela elite dominante, altamente conservadora e reacionária, que de certa forma optou por conservar formas de concentração de poder em detrimento da construção de um projeto de nação que se consolide uma sociedade democrática, quanto pela classe trabalhadora que sempre foi usurpada de seu direito a participação na política. Mesmo nos marcos de uma democracia burguesa, a elite brasileira sempre operou, diretamente ou via Estado, formas violentas para se conservar no poder, impedindo que os trabalhadores se organizassem para lutar por direitos.

Em um segundo momento, será descrito o processo histórico de construção dos movimentos sociais no Brasil, centrando o debate nos movimentos que lutaram e que lutam por moradia. É importante destacar, que existe uma grande discussão no campo marxista sobre a compreensão a cerca dos movimentos sociais, especialmente quando se fala nos novos movimentos sociais. Principalmente por extrapolar o pensamento marxista, inclusive outras concepções realizam profundas críticas sobre a leitura marxista sobre os novos movimentos sociais.

## 2.1 – ELEMENTOS DA FORMAÇÃO SOCIAL DA AMÉRICA LATINA E BRASIL: ESTADO, CIDADE E AS CLASSES SOCIAIS.

Na busca de compreender o desenvolvimento urbano brasileiro é fundamental entender o processo de formação das classes sociais no Brasil, identificando que se assemelha com a formação dos demais países da América Latina. Para desvelar a realidade e suas contradições, é fundamental ter como base três elementos centrais dentro do processo de formação das classes sociais na América Latina: primeiro, refere-se aos espaços de desenvolvimento e crescimento do capital, inicialmente pouco dinâmico e quantitativamente reduzido; segundo, as poucas classes sociais parciais se superpõem a outras categorias sociais de agrupamento, não se veem como classe, “nega-se a existência das classes sociais enquanto representantes de interesses antagônicos, bem como o jogo econômico, social e político imposto pelos interesses de classe dominante” (FERNANDES, 1975, p. 175) e o terceiro, consiste no reconhecimento da existência das classes sociais, muitas vezes sua estrutura baseada na preservação de privilégios internos conjugado com a garantia dos interesses de agentes externos.

É relevante considerar as especificidades da formação da América Latina, sua singularidade teórica e suas grandes diferenças internas, apesar de haver uma estrutura que garante uma certa identidade nacional entre os países do continente a questão da dependência marca de forma profunda a história. “Com efeito, as formações sociais existentes na América Latina antes da penetração colonialista ibérica, foram praticamente destruídas, e, em todo caso, desintegradas socialmente durante a conquista” (CASTELLS, 1983: 66).

As ‘classes’ são identificadas com a herança colonial; com tradição de estilo de vida, com o orgulho e o paternalismo ibérico, com a apatia e o conformismo das massas etc. perde-se de vista o essencial; como a emergência de novas realidades econômicas, sociais e políticas, vinculadas à expropriação capitalista, permitiram a revitalização de atitudes, valores e comportamentos estamentais (FERNANDES, 1975, p. 178).

O processo de ocupação do território na América Latina foi determinante para o aprofundamento da dependência vivenciado até os dias de hoje. O capitalismo e a sociedade de classes não são produtos de uma evolução interna, são fruto do modelo de colonização realizado no continente. Na América Latina, o capitalismo evoluiu sem condições de crescimento autônomo, tendo como um de seus pilares a dependência externa. “Em consequência, as classes carecem de dimensões estruturais e de dinamismos societários que são essenciais para a integração, a estabilidade e a transformação equilibrada da ordem social

inerente à sociedade de classes” (FERNANDES, 1975, p. 175).

As classes sociais não ‘são diferentes’ na América Latina, o que é diferente é o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se irradia historicamente como força social. Para analisar o desenvolvimento capitalista na América Latina, deve-se pensar nas características do capitalismo desenvolvido no continente. Consiste em um capitalismo que se baseia na super-exploração do trabalho, que só objetiva a produção a custos cada vez mais baixos expondo os trabalhadores à condição de superexplorados - situação que coloca o desenvolvimento econômico acima de qualquer outra relação.

O dinamismo da sociedade é a forma como as classes se constroem historicamente. As classes são as formas determinadas pelo capitalismo e pelos processos de formação, evolução e desintegração da ordem social competitiva na sociedade de classes. A elite presente no continente não reconhecia os trabalhadores como classe, principalmente devido a maioria ser negra, ou indígena, sempre foram tratados como seres inferiores que não merecem nem mesmo respeito, isso determinou também um tratamento moral dado a classe trabalhadora em formação.

Ao contrário do ódio, da rivalidade explícita ou do temor diante do adversário que ameaça privar-nos do que julgamos fundamental para nossas vidas, o alheamento, na qual a hostilidade ou o vivido persecutório são substituídos pela desqualificação do sujeito como ser moral. Desqualificar moralmente o outro significa não vê-lo como um agente autônomo e criador potencial de normas éticas, ou como um parceiro na obediência à leis partilhadas e consentidas, ou, por fim, como alguém que deve ser respeitado em sua integridade física e moral.(COSTA, SD, p.70).

É preciso colocar em seu lugar o modelo de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual suas raízes estão na crise do antigo sistema colonial, que extraiu seus dinamismos organizatórios e evolutivos, da incorporação econômica, tecnológica e institucional das sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. O modelo colonial realizado na América Latina tinha como base a exploração do território, visava única e exclusivamente a garantia da acumulação de capitais para os países que colonizaram o continente. O sistema de produção e os mercados foram cuidadosamente controlados para garantir que não influenciassem o processo de exploração da colonização.

Florestan Fernandes (1975) chama a classe dominante formada na América Latina de plutocracia, constitui uma burguesia composta, pela tradicional oligarquia que se transforma em burguesia. A formação plutocrática garante os interesses externos, além de garantir os

interesses da burguesia internacional e da velha oligarquia agrária que se soma a burguesia industrial em formação. A burguesia, por sua condição débil, necessita garantir mecanismos de manutenção de seus privilégios econômicos, como se associa aos interesses da burguesia internacional, para manter seu padrão de acumulação carece explorar ainda mais a classe trabalhadora.

A burguesia nacional “prefere” permanecer mantendo as antigas relações de opressão, exploração onde o poder está ligado a relações de mandonismo e subserviência, assim garantindo seus antigos privilégios. Em detrimento de sua afirmação enquanto classe burguesa, que historicamente foi a força motriz para a construção da democracia nos países capitalistas clássicos, romper com os antigos laços do modelo anterior significava diminuir a concentração do poder. Desta forma, a classe dominante se alia ao capital internacional, elegem marginalizar os setores que estão fora da ordem social competitiva, condenam-se à impotência diante das ameaças mais fortes.

A aristocracia se aburguesa e o burguês se aristocratiza: dois processos convergentes que ajudam a dissimular a realidade e a ocultar o que era a burguesia nascente (uma plutocracia fundada no ‘poder do dinheiro’ e na associação direta com os emissários e representantes estrangeiros dos interesses externos (FERNANDES, 1975, p. 198).

A transformação do mercado e dos sistemas de produção na América Latina só se alterou quando o próprio capitalismo nos países centrais passou por mudanças, incorporando um novo padrão econômico, sociocultural e político, este novo padrão demandava um mercado consumidor nascente nos países coloniais. Fomentou o desenvolvimento de centros urbanos, com certo grau de desenvolvimento tecnológico, estimulando a reorganização quantitativa e qualitativa do consumo, quanto à formação gradual de um sistema de produção propriamente capitalista. Com amadurecimento do capitalismo na América Latina, ocorre ao mesmo tempo uma ruptura e uma conciliação com o ‘antigo regime’. A manutenção de elementos coloniais é necessária para a modernização, contribui significativamente para a acumulação de capital que não seria possível com a descolonização do continente.

A junção de dinamismos econômicos externos e internos cria uma realidade econômica que só varia no sentido de reproduzir-se através de novas condições ou de novas combinações. O padrão de acumulação de capital, inerente à associação dependente, promove ao mesmo tempo a intensificação da dependência e a redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento. (FERNANDES, 1975, p. 192).

O moderno dá-se através da mediação do atraso. Há uma recriação permanente e atualizada da herança patrimonialista, escravista do Brasil. Um processo de atualização das marcas persistentes, representações do passado somado ao capital financeiro causando os novos processos de exploração, esses ocorrem sem romper com os traços sócio-históricos. As marcas históricas da dependência, do colonialismo, sob hegemonia da nova forma de dominação permanecem convivendo e sendo funcionais ao capital. As particularidades do momento atual do capitalismo convivem com formas antigas de dominação, como o patriarcalismo, o autoritarismo e o patrimonialismo. Por esses motivos podemos considerar a urbanização da América Latina como um processo social dentro de um esquema de dependência, analisado a partir das especificações históricas e regionais.

A América Latina tem sua história de desenvolvimento econômico e social e sua relação com o espaço, marcada por diversos tipos e formas de dependência que se articulam com outros modelos de sociedade, o que complexifica ainda mais a leitura da realidade concreta. A formação urbana e sua conjuntura refletem além da relação de dependência do momento, as relações remanescentes de outros sistemas de dependência, que se articulam com o modelo de desenvolvimento adotado pelo capital, reforçando formas mais aprofundadas e complexas de subserviência entre as classes sociais.

A formação das sociedades latinoamericanas e suas bases de estruturação urbana em grande parte refletem a forma de dominação implementada com a colonização espanhola e portuguesa. De acordo com Castells (1983), as cidades coloniais portuguesas no Brasil buscavam essencialmente a rentabilidade na troca de produtos e na exploração intensiva das regiões próximas aos portos. Enquanto as cidades coloniais espanholas garantiam duas funções centrais: a primeira refere-se a reforçar a dominação política através do povoamento, constituindo-se como o centro de administração dos territórios conquistados; em segundo, como centro de comércio com as cidades vizinhas, bem como com a metrópole. Em suma maioria, as cidades espanholas tinham a função central de garantir um governo que correspondesse a política mercantilista da Coroa Espanhola.

A urbanização latino-americana caracteriza-se então traços seguintes: população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano; grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, conseqüentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo (CASTELLS, 1983: 77).

O autor Sérgio Buarque de Holanda (1997) afirmou que o processo de formação das

idades seria antinatural por se opor a vontade da natureza, sendo que para muitos países colonizadores essa foi a forma que definiu o processo de dominação realizado, expressando os objetivos de cada nação colonizadora com o território dominado, além de contribuir para a construção de marcas que determinariam o processo de desenvolvimento das colônias, construindo relações que vão deixariam profundas cicatrizes em nossa história.

O continente Latino Americano é caracterizado essencialmente por duas formas de colonização, a portuguesa e a espanhola, estas possuem características distintas que determinaram o processo de formação do Estado, da economia e da sociedade civil. No caso da colonização espanhola, se caracterizou por grande investimento no setor militar, econômico e político para garantir o domínio das terras conquistadas pela metrópole, assim foram criados grandes núcleos de povoação bem ordenados e com certa estabilidade. Foram elaboradas várias leis com o intuito de prevenir o processo de formação de núcleos urbanos pelos descendentes dos castelhanos, nas palavras de Holanda (1997),

Os dispositivos das leis das índias que devem reger a fundação das cidades na América, exibem aquele mesmo senso burocrático das minúcias, que orientam os casuitas e do tempo, ocupados em enumerar, definir, e apresentar os complicados casos de consciência para edificação para o governo dos padres confessores (HOLANDA, 1997: 96).

A formação das cidades colonizadas pela coroa espanhola seguiu um traço retilíneo, com a intenção de simplesmente triunfar no anseio de ordenar e dominar o mundo conquistado. Muito influenciados pela organização da igreja, a ideia que era possível construir o espaço das cidades de forma orientada emerge com grande destaque e assim foram construídas as cidades.

O processo de colonização realizado pela coroa lusitana na América portuguesa se distingue profundamente do processo realizado pelos castelhanos. A formação das cidades realizada pelos portugueses é marcada principalmente pelo seu caráter de exploração comercial, muitas vezes se assemelhando ao processo de colonização realizado na antiguidade, não se pensava em ocupar o território para povoação, apenas para exploração. Os portugueses desenvolveram formas para dificultar o processo de expansão dentro do território brasileiro, limitando o povoamento ao litoral. Nas palavras de Holanda (1997),

A influência dessa colonização litorânea, que praticavam de preferência, os portugueses, ainda persiste até nossos dias. Quando hoje se fala em “interior” pensa-se como no século XVI, em regiões escassamente povoada e apenas atingida pela cultura urbana. A obra das bandeiras paulistas não pode ser bem compreendida em toda a sua extensão, se a não destacarmos um



pouco do esforço português, como um empreendimento que encontra em si mesmo sua explicação, embora ainda não ouse desfazer-se de seus vínculos com a metrópole européia, e que, desafiando todas as leis e perigos, vai dar ao Brasil sua atual silhueta geográfica (HOLANDA, 1997: 101).

A exploração litorânea realizada pelos portugueses no Brasil obteve maior êxito devido a ter se deparado com a costa habitada por apenas uma única família indígena hegemonicamente, que falava a mesma língua. Diante dessas condições, o processo de apropriação da linguagem e domesticação dos nativos deu-se de forma mais simples. De acordo com Holanda, a migração para outras extensões no território brasileiro deu-se posterior ao processo de migração realizado pelos povos tupis, essa foi a marca de todo processo colonial. Não se construía nada que pudesse gerar qualquer tipo de ônus para a coroa portuguesa, nenhuma obra que não vislumbrasse benefícios imediatos. A lógica era se a construção gerasse despesas ou possibilidade de prejuízos para a metrópole ela não seria realizada.

A ausência de projeto, de dedicação permanente, e a busca da riqueza fácil, expressivas no tipo aventureiro descrito por Holanda (1999), caracterizou a colonização portuguesa em um nítido aspecto de exploração comercial; de "feitorização muito mais do que de colonização", que se exprime não apenas na ocupação restrita ao litoral, de fácil comunicação com a metrópole, como também no predomínio incontestado do rural sobre o urbano<sup>5</sup>.

Como visto, o processo de colonização espanhola deu-se de forma diferenciada da portuguesa, enquanto nas colônias espanholas a formação das cidades dava-se de forma organizada, havendo objetivos claros de povoamento, de desenvolver espaços que reproduzissem as condições da própria Espanha. Os portugueses tratavam a formação das cidades de forma desordenada, aleatória e sem controle, não havendo a preocupação com o território e nem com a própria formação das cidades, a exemplo:

Na própria Bahia, o maior centro urbano da colônia um viajante do século XVIII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular, de modo que a praça principal onde se erguia o palácio dos vice-reis parecia estar só por acaso no seu lugar. Ainda no primeiro século da colonização em São Vicente e Santos ficavam as casas em tal desalinho, que o primeiro governador-geral do Brasil se queixava de

---

<sup>5</sup> Mais do que uma imposição do meio, a força esmagadora do ruralismo é principalmente uma realização do esforço colonizador português. Daí a fraqueza das cidades, já que elas podem ser concebidas como uma habitação essencialmente antinatural. O meio urbano impõe planejamento, investimento e trabalho constantes para a manutenção de sua vitória sobre a natureza. Ele tem um caráter secundário, artificial, exigindo para si mais do que a pura e simples exploração da terra.

não poder murar as duas vilas, pois isso acarretaria grandes trabalhos e muitos danos aos moradores (HOLANDA, 1997: 109).

A cidade que os portugueses construíram na América foi marcada por um profundo processo de abandono, diferente do processo das colônias espanholas que foram construídas com objetivos pensados pelos colonizadores. No Brasil, a própria formação natural determinou a ocupação. Devido ao desamparo dentro do processo de organização, a formação social não implementou uma dinâmica que pudesse orientar um processo de povoamento organizado, a face mais presente da coroa era a violência, a coerção, que objetiva impedir a formação de um comércio interno, uma produção interna, sempre mantendo a nação em formação dependente tanto econômica, social como politicamente. Esses são elementos centrais para compreender a formação das classes sociais no Brasil e seu próprio desenvolvimento econômico, que historicamente é marcado pela dependência e pela submissão aos países colonizadores.

O modelo de desenvolvimento ocorrido na América Latina foi um elemento que influenciou a urbanização no continente, assim deixando profundas marcas de dependência do sistema capitalista mundial. Este modelo de desenvolvimento também influenciou o processo de “modernização” que expressa as relações sócio-espaciais que reforçaram as contradições inerentes ao modelo dependente construído no continente. O processo de urbanização da América Latina é marcado por um descompasso entre o ritmo de urbanização e o nível de industrialização. Com nitidez a industrialização ocorreu de forma muito mais lenta que a urbanização, ainda que os países mais urbanizados sejam também os mais industrializados. Não há imediata correspondência entre o ritmo desses dois processos analisando a realidade de cada país.

Se, para o conjunto da América Latina, a população urbana (aglomerado de mais de 2.000 habitantes) passou de 29,5% em 1925 a 46,1% em 1960, a porcentagem da população ativa empregada na manufatura ficou praticamente estável: de 13,7% em 1925 a 13,4% em 1960. À primeira vista, existe portanto uma disparidade entre industrialização e urbanização. Mas as coisas são mais complicadas, pois esta análise baseia-se num artifício estatístico: a fusão, sob a denominação global de “América Latina”, de conjunturas sociais muito diferentes (CASTELLS, 1983: 68).

Podemos perceber através da formação das cidades descrita tanto por Castells, quanto por Holanda, que as cidades diferentemente das cidades da Europa não se formaram em tamanho descompasso à industrialização. Na América Latina, o processo de formação das cidades é completamente diferente, a urbanização chega muito antes que a industrialização.

Devido a situação de dependência vivenciada na América Latina as estruturas sociais em nível econômico, ideológico e político manifestam-se de forma assimétrica, com formas diferentes de exploração e opressão, que se combinam garantindo a centralização do poder na classe dominante.

Sobre a particularização do processo de urbanização: a concentração em grandes aglomerados, sem integração numa rede urbana, o que obriga a distinguir nitidamente os superaglomerados dos países “subdesenvolvidos”, das regiões metropolitanas dos países industrializados, instrumentos de articulação econômica a nível de espaço, a ausência de um continuum na hierarquia urbana; a distância social e cultural entre os aglomerados urbanos e as comunidades rurais; a justaposição ecológica de suas cidades: a cidade-autóctone e a cidade ocidental, nos aglomerados herdados do colonialismo (CASTELLS, 1983: 58)

O processo de urbanização se desenvolveu dentro da lógica de produção e ocupação do território alicerçado no domínio da classe monopolista, tanto no que se referem ao espaço construído quanto nas atividades essenciais desenvolvidas no espaço urbano.

O fenômeno denominado mundialização<sup>6</sup> dá-se, apoiado na financeirização; a globalização traz a ideia do mundo sem fronteiras, o mundo igualmente global permite compreender que a economia se globalizou, podendo passar a imagem de igualdade entre os diferentes países. São formadas instituições de domínio mundial que regulam a economia mundial. A mundialização dá-nos possibilidade de compreender as heterogeneidades, como no caso do desenvolvimento da América Latina no qual se pode pensar em um desenvolvimento desigual e combinado, em que o consumo torna-se homogêneo e a produção heterogênea.

A noção de desenvolvimento desigual refere-se a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais capitalista. O desenvolvimento desigual e combinado contribui para reprodução ampliada da riqueza e das desigualdades sociais, assim crescendo a pobreza relativa, a concentração e centralização do capital. “Os tempos desiguais entre o movimento da realidade e as representações sociais que o expressam estabelece descompassos entre o ser e o aparecer. Atualiza fetichismos e mistificações que acobertam as desigualdades e sua reprodução social” (IAMAMOTO, 2007, p. 129).

O capitalismo dependente demanda e dirige a sociedade de classes a uma formação

---

<sup>6</sup> O termo mundialização utilizado, faz referência sobre a discussão de István Mészáros, que complementa as idéias de Chesnais sobre a nova etapa de desenvolvimento capitalista e a crise do sistema do capital no limiar do século XXI.

histórico-social típica. Ao regime de classes, o capitalismo dependente oferece uma base econômica que reproduz os níveis de organização da sociedade, da cultura e do poder, da realidade estrutural e histórica dependente. Não é a intenção realizar uma análise dualista, mas o subdesenvolvimento gera ao mesmo tempo um subdesenvolvimento econômico e social, cultural e político, faces do mesmo processo de desenvolvimento dependente do capitalismo. Em ambos os casos, o arcaico e o moderno suscitam seja “a arcaização do moderno seja a modernização do arcaico”. (FERNANDES, 1975)

O período de transição neocolonial baseia-se na modernização excessiva tanto na separação, quanto na intensificação do arcaico. A conservação de formas de trabalho que não condizem com as necessidades do capitalismo foram fundamentais para contribuir no processo de acumulação dos países centrais. Com as mudanças do capitalismo internacional a demanda por mercado consumidor se torna-se cada vez maior e o avanço para países que se mantêm dependentes se torna necessário para manter o rendimento do capital.

Desta forma, as relações de trabalho na periferia do capitalismo também vão se alterando, mesmo que seja apenas nos grandes pólos urbanos. A superexploração do trabalho sempre atua como um elemento central para esse processo, “como focos dependentes e subdesenvolvidos de uma economia nacional dependente e subdesenvolvida, eles sofrem a partir de dentro, descrito como sobre-espoliação e sobre-apropriação, através de agentes econômicos internos e externos” (FERNANDES, 1975, p. 196).

O que parecia arcaico é atualizado tendo funcionalidade ao moderno, formas sócio-econômicas misturam-se, a acumulação pré-capitalista com a acumulação especificamente capitalista. As sucessivas transformações geram um mercado e um sistema de produção que promove a convivência entre essas diferentes formas de estrutura socioeconômica. Além do subdesenvolvimento econômico e social promover estruturas econômicas arcaicas que se combinam com formas modernas, limitadas em todos os âmbitos das relações sociais, também contribui significativamente para o subdesenvolvimento social, cultural e político que são agravadas com as tensões do subdesenvolvimento econômico.

Os estratos sociais privilegiados contam com condições estruturais para resguardar e fortalecer seus interesses, posições e formas de solidariedade de classe, transferindo para as classes ‘baixas’ os custos diretos ou indiretos do privilegiamento de seus interesses, posições e formas de solidariedade de classe. A ordem social competitiva se estrutura, sob o capitalismo dependente, em função de padrões de extrema desigualdade econômica, sociocultural e política, aparentemente inconciliáveis com a organização em classes e com o próprio capitalismo. Contudo, são tais padrões de desigualdade estrutural que asseguraram não só a existência e a

continuidade, mas também o crescimento e o desenvolvimento da ordem social competitiva, que é possível sob o capitalismo dependente. (FERNANDES, 1975, p. 205).

O progresso do capitalismo não acarreta a redução da dependência, mas ao contrário, contribui para o crescente aperfeiçoamento das técnicas de desenvolvimento por associação dependente, de controle autoritário ou totalitário do poder e de exploração cruel da massa de trabalhadores e de despossuídos. A dependência colabora para um crescente aperfeiçoamento de uma ordem social competitiva capaz de combinar o desenvolvimento capitalista e as formas ultra-espoliativas de dominação econômica, tanto interna quanto externa e de exploração do trabalho.

O que é essencial ter-se em mente é que, nas condições da América Latina, por causa de suas origens coloniais e das implicações da transição neocolonial, o capitalismo moderno nasce, consolida-se e evolui repetindo o ‘típico’ de modo peculiar e criando a sua própria conexão histórica ‘particular’. A ordem social competitiva não deita suas raízes mais longínquas em um estamento burguês revolucionário; mas estamentos senhoriais que pretendiam usar suas posições-chaves no controle da economia e de Nações-Estados emergentes, como fonte de privilegiamento do poder senhorial, realizando assim a integração horizontal das estruturas de poder estamentais. (FERNANDES, 1975, p. 221)

O capital funcionaliza a fragilidade da má formação de classe da América Latina a seu favor, se apropriando dessa condição. Pode-se afirmar que a corrupção funciona como um instrumento na luta de classe, sendo uma forma de concentrar renda e poder. Nem sempre o burguês era o rico, mas dentro do processo de formação das classes fundamentais na América Latina, ocorre um “aburguesamento” das elites nacionais que preservam seus privilégios, baseados na absoluta concentração do poder financeiro e político. O poder dos ricos não vem apenas de um poder de classe, mas sim de um poder do dinheiro, do prestígio social construído culturalmente, além da conservação do poder político em pequenos círculos sociais da aristocracia nacional. A burguesia nacional em formação não possui projeto de classe, alia-se aos interesses da burguesia internacional para manter seus privilégios como já afirmado anteriormente.

Dentro da tradição marxista, a leitura sobre o papel que o Estado sempre exerceu partia em compreender a função do mesmo no processo de formação da sociedade capitalista. O Estado atuava como centro político de dominação da burguesia, responsável pela gestão e a manutenção da dominação de classe. Pode-se destacar uma dupla característica da gênese do Estado: a relação capitalista, que por sua vez é levada ao seu ápice, além de regular o processo

de produção garantindo as bases da industrialização, também regula as demais relações tanto sociais como políticas que influenciam o conjunto da sociedade e seu caráter mediador de conflitos sociais.

Na América Latina, o mestre Florestan Fernandes analisa o Estado através das características que ele desenvolve, devido ao processo de formação das classes sociais no continente. O Estado assume um caráter patrimonialista, plutocrata, que defende essencialmente os interesses da elite, não se constitui como um espaço público, portanto é um espaço dos ricos.

A própria burguesia não chega a se constituir enquanto classe, porque não assume o papel de romper com as estruturas existentes no período pré-capitalista, nem de democratizar os espaços da política. Ocorre a desvalorização do trabalho, desvalorização dos sujeitos políticos, a burguesia nacional ainda em formação se alia a burguesia internacional, situação que contribui para que a própria burguesia não se forme.

Dentro deste quadro descrito, deve-se pensar o papel histórico que o Estado assume, surge do cumprimento da função de regular a relação do capital com o trabalho, negando as liberdades tradicionais que são garantidas com a revolução burguesa clássica, em detrimento dos interesses da burguesia industrial em formação. O Estado controla algumas liberdades da oligarquia agrária, certos poderes de regulação da atividade econômica, mas sempre atuando para garantir os privilégios da classe dominante, transforma a ordem social competitiva em uma fonte exclusiva de privilégios da elite dominante, além de garantir a sacralização da propriedade privada. Na América Latina, não se pode pensar em um Estado que garanta a universalidade, como nas filosofias idealistas de Platão a Rousseau ou mesmo Hegel,

o fetichismo da moeda como o do estado “acima das classes” não passam, portanto, de dois aspectos da mesma relação dialética entre a base econômica e sua superestrutura, entre as relações de produção e as formas disfarçadas, autonomizadas e invertidas (formas políticas, jurídicas, filosóficas, religiosas, etc.) que geram e que reagem sobre a base (LOJKINE, 1981: 88)

O Estado está intimamente ligado pela contradição central do sistema capitalista, sendo a forma que corresponde a natureza das relações de produção, que segregam os proprietários dos meios de produção dos trabalhadores assalariados. Situação que ainda é agravada com o processo de conservação de poder através de privilégios da antiga aristocracia, ou mesmo construídos no período colonial que se perpetuam no Estado conservando elementos e estruturas de poder de modelos políticos econômicos anteriores ao capitalismo.

A forma de vida das elites no Brasil vem progressivamente apoiando-se nesse modelo de subjetivação ou individualização. Isto implica dizer que, da perspectiva desses indivíduos, os pobres e miseráveis são cada vez menos percebidos como pessoas morais, sem que essa atitude intencional seja informada por interesses utilitários de classe ou por cálculos racionais de opressão, como na violência diretamente repressiva e discriminatória. (COSTA, SD, p. 71).

Para compreender as relações sociais construídas na América Latina e principalmente no Brasil, devemos fazer um resgate histórico sobre o processo de formação das cidades, além de resgatar o papel que o continente possui dentro da divisão sócio-técnica do trabalho e no mercado mundial. A formação das cidades é fundamental para esclarecer as características da formação social brasileira e a relação entre urbanização e industrialização.

A cidade constituiu-se, então, como um lugar central para a materialização do capital, decisiva para as metamorfoses necessárias à consolidação e expansão do sistema capitalista. Também se tornou o lugar onde a habitação se transformava em uma mercadoria produzida sob as relações capitalistas e, portanto, destinadas a lucrar. A reorganização interna das cidades é resultado da ação de diferentes agentes que têm interesses diversos e, por vezes, antagônicos. Nessa formação, os conflitos de classe são cada vez mais naturalizados diante de um processo de alienação que encobre as desigualdades, naturalizando a pobreza.

A enorme expansão das cidades e das periferias prova que algo do processo de acumulação – não ele totalmente – já é, sobre tudo, um processo de reprodução do próprio capital. Mas em alguma medida ele continua a fundar-se nesse pé, como se estráisse sobreproduto dos trabalhadores urbanos, de forma a baratear diretamente o custo de reprodução da força de trabalho, o que ele também faz e continua a fazer (OLIVEIRA, 2006:69).

A industrialização nos países periféricos em sua maioria só é impulsionada a partir da segunda guerra mundial, momento que o capitalismo entra em crise e precisa se restabelecer. O Estado de bem estar social se desenvolve a partir da exploração do trabalho dos países periféricos, a partir de uma redefinição da divisão internacional do trabalho. Essa industrialização passa a ser um novo espaço de crescimento do capitalismo, um espaço privilegiado de expansão das empresas internacionais, das empresas capitalistas mais poderosas dos países centrais.

A pobreza dessa rede urbana é, em parte, determinada pelo próprio caráter autárquico das produções para exportação. Esse caráter autárquico embotava a divisão social do trabalho e, não dava lugar ao surgimento de novas

atividades cujo centro natural fosse evidentemente as cidades, por uma série de razões bastante conhecidas. (OLIVEIRA, SD, p. 40)

De acordo com Jurandir Freire

O desastre histórico dos regimes totalitários de esquerda reuniu povo e elite em torno das idéias neoliberais, fortemente defendidas e difundidas pelos meios de comunicação. As elites desfrutaram de uma tranqüilidade ideológica que não tinham antes. Livres da oposição política de esquerda, dos combates dos sindicalistas e da contestação de jovens e intelectuais, elas, por fim, respiram. Tudo parece em ordem, na paz do mercado e do consumo. O desemprego, a miséria, a decadência da vida urbana ou a situação do campo e dos sem-terra são definidos como etapas infelizes porém provisórias no inevitável e correto rumo do desenvolvimento (COSTA, SD, p. 72)

Essa situação nos faz refletir sobre o processo de inchaço que as cidades vivem hoje e o processo de empobrecimento de espaços específicos nas cidades brasileiras. Estamos afirmando que existe um processo acelerado de formação do mercado de trabalho, significa afirmar a peculiaridade que a industrialização brasileira vivenciou. Os trabalhadores foram “jogados dentro dos centros urbanos, sendo transformados em exércitos industrial de reserva, vindo direto do campo para as cidades sem terem o mínimo de experiência enquanto artesão, um processo forçado de formação da classe trabalhadora e do próprio exército industrial de reserva” (OLIVEIRA, SD, p. 43).

Para o processo de industrialização, era necessária a formação dos espaços urbanos considerando que a estrutura da sociedade brasileira era essencialmente agrária - como já afirmado anteriormente, dado pelo próprio processo de colonização. As cidades muitas das vezes não tinham as estruturas básicas para avançar na produção, e o processo de instauração do capitalismo ocorre de forma muito acelerada, gerando características específicas, que aprofundam a desigualdade de classe.

A industrialização, ao repousar ou ao sediar-se em cidades que eram apenas sede tanto do aparelho burocrático quanto do capital comercial, também não vai encontrar nas cidades uma divisão social do trabalho que desse lugar a unidades produtivas de pequeno porte (OLIVEIRA, SD, p.43)

As relações de trabalho, dentro desse desenvolvimento desigual e combinado, mesclam modelos econômicos diferenciados que contribuem para perpetuar mecanismos de reprodução de superexploração do trabalho, além de alijar os trabalhadores de qualquer processo político de tomada de decisões.



Na segunda metade do séc. XX iniciaram-se vários projetos de integração regional, combinando interesses de alguns setores sociais nacionais e internacionais. Associam-se agências governamentais e organizações bilaterais ou multilaterais, juntamente com empresas, corporações, conglomerados. Entretanto, em quase todos os casos, os projetos de integração são também orquestrados pelas empresas, corporações e conglomerados transnacionais. São experimentos e realizações que expressam projetos com frequência bastante articulados de expansão e consolidação de empreendimentos privados nacionais, internacionais e transnacionais. Ao contrário, estas polarizações continuam presentes, e podem até mesmo recriar-se, dependendo do jogo das forças sociais, econômicas, políticas e culturais (IANNI, 2004, p. 74).

O movimento de ampliação do assalariamento é outra face da privatização, a dimensão da privatização que estamos nos referindo ocorre através da apropriação cada vez maior do tempo do trabalhador, “acaba a distinção entre tempo público, o do contrato, e tempo privado, o do não trabalhador. O empregador, ou o Estado, tem o direito de invadir o tempo que era, antes, de fruição privada. A mais radical ampliação do trabalho e de sua privatização, mas não do assalariamento” (OLIVEIRA, 2000, p. 16).

A industrialização impõe um padrão de acumulação, que potencializa a urbanização, em muitos graus se demonstra superior ao próprio ritmo da industrialização. Como o processo de industrialização, se apresenta como o motor da expansão capitalista no Brasil, ela tem que ser simultânea à urbanização e tem que ser fundamentalmente urbana, porque não pode apoiar-se em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas, como a urbanização se dá descompassada a industrialização, o processo de expansão capitalista ocorre de forma desigual como a já afirmado anteriormente. A industrialização no Brasil ou seria urbana, ou teria poucas condições de nascer.

A chamada acumulação urbana é um múltiplo da acumulação industrial, vista do ponto estrito da produção da cada bem. Isso criava uma complexa divisão social do trabalho no interior da cada indústria e, do ponto de vista mais global, tornava a produtividade mais baixa e, portanto, mais lento o processo de acumulação (OLIVEIRA, SD, p. 44).

Particularizando o processo de desenvolvimento brasileiro, é importante inserir o país na divisão internacional do trabalho através de seu potencial de produção agrário. O campo historicamente é marcado por seu caráter agroexportador. Desta forma, Oliveira (S/D) chega a falar que “nunca o campo controlou realmente o Estado no Brasil”. As cidades brasileiras se formaram em torno do litoral e não apenas por motivos de facilitar a exportação, mas também

devido à divisão social do trabalho que o capital desde o início sempre teve controle. Os aparelhos de Estado se situavam nas cidades para garantir a ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias.

A formação sócio-histórica da América Latina nos ajuda a compreender o caráter da urbanização brasileira como o centro do capital comercial e de todas as atividades ligadas a ela. É difícil entender o fato de que a urbanização no Brasil, pois desde a colônia e principalmente no séc. XIX avançou a passos largos, portanto é comum afirmar que o processo de urbanização se combina ao processo de industrialização. Mas o processo de formação das cidades brasileiras inicialmente dá-se através do funcionamento destes espaços como sede dos aparelhos burocráticos do Estado e também como espaço privilegiado do capital comercial, passando a ser a sede do novo aparelho produtivo que é funcional a indústria.

O urbano, de certa forma, é hoje a expressão da forma de organização da atividade econômica, de um lado, que cria uma certa estrutura de classes, e, do lado do regime político, da falta de voz das classes populares, direcionando, portanto, os gastos do Estado, todo o seu poder, desse ponto de vista de investimento, para atender sobretudo aos reclamos advindos das demandas das classes médias. (OLIVEIRA, SD, p. 51)

Quando Francisco de Oliveira faz essa afirmação, não deixa de colocar a industrialização como momento central para o processo de urbanização. Destaca que ela já vinha sendo construída anteriormente, busca chamar atenção sobre o processo de divisão social da produção, demonstrando o papel que as cidades brasileiras e o Estado tiveram no processo de desenvolvimento do campo e da cidade.

No histórico de desenvolvimento econômico e social do Brasil, pode-se perceber que a organização urbana iniciou a partir de uma demanda do próprio desenvolvimento capitalista. O país sendo essencialmente agrário necessitava do espaço urbano para ser a sede do capital comercial, com a responsabilidade de fazer a ligação da produção agrária com a circulação internacional de mercadorias, sendo o Estado regulador dessa relação. Tendo em vista qual é o papel dessas cidades urbanizadas no Brasil, começa-se a criar uma série de contradições determinando este como um espaço de disputa.

O fenômeno de desenvolvimento das cidades no Brasil centra-se, em grandes conglomerados urbanos que cumprem a função de atender a demanda que a industrialização necessita. Devido à base da economia ser a monocultura para a agroexportação, é inviável pensar em unidades produtivas de pequeno porte. Produzir em latifúndios monocultores, pensar um processo diferente para o desenvolvimento das cidades urbanas, se torna inviável

porque prejudicaria a estrutura econômico-social do Brasil nesse período.

Tem-se a necessidade de entender o caráter central da urbanização. Muitos autores discutem que a urbanização no Brasil teve início com o processo de industrialização, mas perceber esse elemento desde sua origem, relacionando-a com o momento anterior, no qual o Brasil era um país essencialmente agrário se faz de fundamental importância para esclarecer a formação do território urbano no Brasil. Mesmo antes da industrialização, esse processo já vinha se estruturando diferente de muitos dos países da Europa que se urbanizam no capitalismo, as cidades brasileiras cumprem papéis sociais diferenciados.

O que traz argumentos para apoiar uma tese: a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 2001, p. 14)

O próprio modelo de produção voltado para exportação e não para o consumo interno contribuiu para o processo de urbanização se dar em função da circulação e da produção para o mercado externo. Em vez de se formar entorno das unidades produtivas de bens primários de exportação, gerou grandes cidades em termos relativos, evidentemente desde o princípio.

Esse duplo caráter, que é determinado, de um lado, pelas monoculturas de exportação e de outro abortando portanto uma rede urbana ou criando um padrão de urbanização muito pobre, gerou precisamente (tendo as cidades como o centro nevrálgico da relação da economia com a circulação internacional de mercadorias), desde o princípio, poucas mas grandes cidades no Brasil (OLIVEIRA, SD, p. 39)

Este padrão de urbanização e de utilização das cidades que permanece por muitos anos no Brasil, compreende o chamado ciclo do açúcar, o ciclo do café dentro outro. Formam-se poucas cidades que se destacam como centros que polarizam as ações, outras que possuem pobres redes urbanas que desempenham um papel de pouca importância para o capital. Também é fundamental destacar que muito desse processo está relacionado à principal relação de trabalho deste período: o trabalho escravo. Esta forma de trabalho não contribuiu para a formação das pequenas cidades e nem de mão-de-obra excedente para formação de mercado de trabalho.

Historicamente pode-se pensar que as cidades no Brasil antes de serem sede do aparelho produtivo, como já referido, eram sede do capital comercial, sendo fundamental para o processo de domínio e circulação da produção. Com a modificação da divisão social do

trabalho, o desenvolvimento industrial impulsiona o desenvolvimento capitalista interno. Podemos ver cidades que antes não tinham grande expressão despontando como grandes centros urbanos até mesmo de expressão na América Latina.

O processo de urbanização no Brasil de início é sobre tudo nas áreas litorâneas devido ao processo de colonização realizado no país e ao modelo de exploração realizado pela metrópole. Ao longo dos séculos de colonização, foi se ampliando o território de domínio até chegar ao que podemos considerar estabilidade no século XX, depois de se expandir para áreas como a bacia amazônica, bacia do Prata etc.

Depois de ser litorânea, antes mesmo da mecanização do território, a urbanização brasileira se tornou praticamente generalizada a partir do final do séc. XX sendo quase contemporânea a fase atual de macroubanização e metropolização. É importante destacar, que no período inicial da formação urbana ocorre a baixa utilização de técnicas para o desenvolvimento da produção.

A população urbana em crescimento e a evolução vertiginosa da cidade de São Paulo constituem também uma das bases do crescimento industrial, mas o que vai conferir força à atividade são as relações que as fábricas estabelecem umas com as outras, formando, desse modo, um denso tecido industrial do qual se vão valer as atividades comerciais, de serviços, de transporte, do governo e as próprias indústrias presentes ali e em outros pontos do Brasil, inclusive, em muitos casos, o próprio Rio de Janeiro. (SANTOS, 2001, p. 252).

Podem-se destacar três fases de organização do território brasileiro: primeiro de 1530 a 1570, período da fundação do Rio de Janeiro (1567), o segundo momento entre 1580 a 1640 com a existência de uma urbanização sistemática na costa norte em direção à Amazônia e o terceiro momento entre 1650 e 1720, ao final do período, a rede urbana estava constituída por um conjunto de 63 vilas e 8 cidades de acordo com estudos de Milton Santos em “ A Urbanização Brasileira”.

De modo geral é a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve, mas a urbanização atinge sua maturidade apenas no século XIX, o setor de serviços é o que mais cresce, em 1920 de 1.509 passa em 1940 para 3.412 pessoas. A população brasileira tem um crescimento acelerado, formam-se grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife.

Primeiro a industrialização se difunde em estreita relação com o tamanho das populações concentradas. É assim que ela está presente em diversos Estados, como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Deste modo, nas regiões onde é implantado um sistema de ferrovias e, depois, de estradas de rodagem, as indústrias ligadas ao consumo tendem a florescer, sobretudo onde a vida agrícola não é um obstáculo à distribuição da riqueza, e paralelamente a população urbana cresce de maneira mais rápida (SANTOS, 2001, p. 251).

Milton Santos se refere a dois grandes regimes que a urbanização brasileira teve como orientação inicialmente, as funções administrativas e após 1940 nexos crônicos ganham enorme relevo e as cidades passam a cumprir o papel de centralizar os processos de circulação e produção de mercadorias. Mais que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje no país, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). Desta forma, afirmar que existe uma divisão social do trabalho entre o campo e a cidade se torna cada vez mais difícil.

O Brasil foi durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação não sendo interdependentes (SANTOS, 1993: 26).

No primeiro momento, quando as funções das cidades eram essencialmente administrativas, os nexos essenciais eram sobretudo as atividades mais diretamente produtivas, mas há também paralelamente, uma certa involução metropolitana. O crescimento econômico das grandes cidades sendo menor que o das regiões agrícolas dinâmicas deixava poucas perspectivas de crescimento para as cidades regionais.

A partir de 1940- 1950, o termo mais adequado para se referir ao crescimento do espaço urbano é a industrialização, que passa a ser um elemento de desenvolvimento direto e indireto, tanto ocorre à inserção de máquinas como a transformação do espaço físico para atender as necessidades do capital. A industrialização no Brasil é alicerçada num mercado interno restrito, na ausência de mecanismos internos de geração de tecnologia, que resultarão baixos níveis de produtividade.

As cidades reproduziram no seu âmbito, os traços gerais da dependência que marcam nossas instituições políticas e sociais. Deste modo, o processo de industrialização no Brasil e no conjunto dos países periféricos, é marcada pela constante penalização do mundo do trabalho, que manifesta a precarização do trabalho, nos baixos salários e na ausência de instrumentos efetivos de proteção dos trabalhadores, aspectos do caráter dependente do desenvolvimento capitalista na periferia.

A existência de um Projeto Nacional mediante a instalação de uma política de desenvolvimento e, mais tarde, a construção de Brasília com suas interligações com o resto do território, juntamente com o Plano de Metas e as legislações destinadas a suprimir entraves ao intercâmbio entre Estados, tiveram um papel importante na criação de uma certa unidade nacional, devido à superposição entre unificação do território e unificação do mercado. (SANTOS, 2001, p. 253)

Entre 1960 e 1980, a população brasileira que vivia nas cidades conhece um aumento significativo que contava com cerca de novos cinquenta milhões de habitantes, isto é, um número quase igual à população total do país em 1950. Somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa de gente comparável ao que era à população total urbana de 1960.

No período entre meados dos anos 1970 e anos 1980, a politização da questão urbana ganhou, sem dúvida, grande visibilidade. Tratava-se da emergência, na conjuntura da redemocratização em que novas forças sociais denunciavam a desigualdade social, que foi radicalizado pelo modelo de crescimento econômico implementado durante período autoritário. De acordo com Santos (2005), entre 1980 e 1990 enquanto a população total teria crescido 26%, a população urbana teve o aumento em mais de 40%, isto é, perto de 30 milhões de pessoas.

A partir do anos 70 o processo de urbanização brasileira assume outro patamar, inicialmente podemos afirmar que o Brasil vive uma urbanização aglomerada e em seguida uma urbanização concentrada, posteriormente chegando no estágio da “metropolização” com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias, a partir dos anos 70 parece ser esse (100000) o patamar necessário para a identificação de cidades médias em boa parte do território nacional. A expansão e a diversificação do consumo a elevação dos níveis de renda e a difusão dos transportes modernos, junto a uma divisão do trabalho mais acentuada, fazem com que as funções de centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades (SANTOS, 1993, p. 73).

Entre os anos 1970 e os anos 1980, ocorre uma aceleração do desenvolvimento urbano, com um avanço disperso pelo território de indústrias dinâmicas, de um modelo de agricultura que tem o intuito de modernizar a produção no campo e do respectivo setor de serviços, essa divisão do trabalho mais estendida se consagra pelo território - o número de grandes cidades aumenta. De acordo com Santos (2001, p. 286), em 1980 havia sete cidades contando entre 400 mil e 1 milhão de habitantes; em 1996 elas eram 23, enquanto as cidades milionárias, que perfaziam seis em 1980 e eram 24 em 1996. Assistimos, assim, a fenômenos aparentemente contraditórios, mas na realidade complementares, isto é, o reforço da

metropolização.

A urbanização também aumenta porque cresce a quantidade de pessoas residentes nas cidades. As primeiras cidades brasileiras, na verdade, não nascem rurais, já surgem urbanas. Para alterar essa realidade de desigualdade e de empobrecimento acelerado nos grandes centros urbanos no Brasil, será necessário mais que mudanças nas relações sociais no âmbito político. Será necessário enfrentar a própria organização da cidade como meio e resultado do processo de acumulação e valorização de capital e do antagonismo entre as classes.

Sendo o espaço urbano moldado essencialmente para potencializar a acumulação do capital, sua formatação articula as diferentes esferas do capital, como: a produção, reprodução, circulação e consumo, nesta articulação entre industrialização e urbanização. Visto que as transformações no território estão diretamente relacionadas às mudanças na estrutura produtiva, mais especificamente na reestruturação do trabalho através do desenvolvimento das forças produtivas. Desta forma, Milton Santos afirma que para entendermos a articulação do processo de produção do espaço urbano na sociedade capitalista, é preciso entender a forma como atualmente se estrutura o território.

Quando se pensar no espaço da cidade deve-se pensar em sua organização, ele é o próprio espaço do capital funcional na produção das mercadorias, no consumo e também para a reprodução da força de trabalho. As pessoas organizam-se dentro da lógica do capitalismo, os próprios espaços das cidades transformam-se em mercadorias que são consumidas pelas diferentes classes sociais.

Assim, o capital constrói um modo de vida, adequando os indivíduos as suas necessidades, uma nova cultura que atinge tanto a objetividade quanto a subjetividade dos sujeitos. O trabalhador cada vez mais tem seu tempo capturado, sendo consumido dentro dos limites que o próprio capital criou, dentro da esfera da urbanização. O cotidiano do trabalhador é aprisionado na lógica capitalista, que regula todos os âmbitos da vida social.

A tendência é, pois, uma expansão e qualificação ainda maiores do processo de urbanização em todo o território. O mercado urbano unificado e segmentado leva a novo patamar a questão salarial, tanto no campo como na cidade “essas novas relações dentro do território brasileiro estão a nos indicar que o processo de metropolização vai prosseguir paralelamente a um processo de desmetropolização” (SANTOS, 1993, p. 122).

As cidades médias têm como papel, estabelecer a relação entre a produção agrícola regional e a relação política com o mercado global. “Em muitos casos, a atividade urbana acaba sendo claramente especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional”. (SANTOS, 2001, p. 281).

As cidades médias são responsáveis pelos aspectos técnicos da produção regional, deixando o fundamental dos aspectos políticos para aglomerações, na condução direta ou indireta da produção globalizada. A população urbana daí resultante é formada, de um lado, por trabalhadores agrícolas que são urbano-residentes e por pessoas empenhadas em construir a vida a partir da relação entre o campo e a cidade. Esta relação constitui um espaço permanente de questões, um espelho de contradições entre as preocupações associadas à produção, e as questões técnicas ligadas a orientações políticas.

Na verdade, o papel das cidades médias no processo político é não apenas limitado e incompleto, mas confusamente percebido. No entanto, essas cidades produzem idéias políticas derivadas do próprio processo da produção direta. Tais idéias são, de certa forma e sob a pressão da proximidade e da vizinhança, reveladas pela mídia local – imprensa, rádio, televisão -, cuja atividade põe em contraste, de um lado, as tendências para a unificação e a homogeneização que vêm de fora da região, por via as distribuição de notícias, da publicidade geral e da difusão de idéias modernizadoras, e, de outro, as pressões exercidas pelos atores locais. (SANTOS, 2001, p. 284).

Um dos motivos que contribuem para o elevado nível populacional das cidades médias a partir de 1990 é o fato, das novas necessidades de consumo, tanto das famílias, do governo, do sistema, quanto da própria atividade agrícola. Desta forma, é criado o que podemos chamar de reservatório de mão-de-obra, “talvez seja esse um dos motivos pelos quais, a partir de certo volume demográfico, tais localidades são capazes de atrair e reter um grande número de pobres. É o caso, sobretudo, das metrópoles e das grandes cidades.” (SANTOS, 2001, p. 280).

Como já afirmado anteriormente, um dos pilares do desenvolvimento capitalista no Brasil foi a superexploração da força de trabalho, situação que faz com que os salários não correspondessem às necessidades de reprodução da força de trabalho, questão que implica diretamente na situação de empobrecimento que os trabalhadores vivem, pois quando encontram emprego nas cidades, muitas vezes são informais ou subempregos.

Quanto mais intensa a divisão social do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras. Essa divisão social do trabalho ampliada, que leva a uma divisão territorial do trabalho ampliada, soma-se o fato de que as diferenciações regionais do trabalho também se ampliam. Quanto maior a divisão territorial do trabalho, maior a propensão a consumir e a produzir, maior a tendência ao movimento e a mais criação de riqueza.

A diferença entre as taxas de urbanização das diversas regiões, está diretamente associada à forma como a divisão social do trabalho ocorreu, além de ser reflexo do processo



de desenvolvimento desigual e combinado. Sucessivamente fluiu de maneira distinta, como a cada momento histórico, foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho.

De acordo com Santos (2001), a urbanização da sociedade é resultado da difusão de variáveis e nexos relativos ao processo de urbanização que são refletidos nas cidades. A urbanização do território é a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos “a quantidade de trabalho intelectual solicitado é enorme, mesmo porque a produção material diminui em benefício da produção não material. Tudo isso conduz à amplificação da tercerização (ou quaternização) que, nas condições brasileiras, quer dizer também urbanização (SANTOS, 2005, p. 49)”.

Através do processo histórico descrito da formação das cidades no Brasil é possível visualizar a forma como a dependência é uma marca profunda na formação social brasileira. As características da urbanização e da industrialização, aliada a divisão social da força de trabalho, acarretam vários desdobramentos, como exemplo a separação entre a cidade e o campo e a aparente oposição dos seus interesses. Fica claro que o desenvolvimento das cidades no Brasil não foi planejado, ocorreu de acordo com as necessidades do capital estrangeiro. Em um primeiro momento dependente da nação colonizadora, responsável pela formação territorial inicial e posteriormente dependente dos países desenvolvidos que viam o nosso país como um grande celeiro de força de trabalho barata e de fonte de exploração dos recursos naturais.

## 2.2 – OS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES: OS SUJEITOS DESSE PROCESSO DE LUTA POR MORADIA.

Falar sobre movimentos sociais até o início dos anos de 1960 significava referir-se aos sindicatos, partidos políticos socialistas ou comunistas, estando embutida a perspectiva de sujeito revolucionário, no caso o proletariado. Este é entendido como sujeito determinante dentro do processo de transformação social, por vivenciar o centro da contradição, sendo determinado pelas relações capitalistas de exploração do trabalho pelo capital. Até então, qualquer forma de organização que se distancia dessa determinação não era compreendida como movimento social. No máximo as pautas desses movimentos sociais eram reconhecidos como debates relevantes que deveriam ser feitos pela classe trabalhadora. Os novos movimentos sociais eram entendidos como movimentos pré-políticos e arcaicos.

De acordo com Doimo (1995: 39), falar em movimento social significava “acreditar em sua organização racional, isto é, diagnosticar claramente os movimentos baseados em

premissas científicas, metas previamente definidas, além de regras e normas dotadas de eficácia para o alcance dos objetivos táticos e estratégicos”. De acordo com Lopes in Pinto (2005), os movimentos sociais são relações sociais objetivas e subjetivas, determinadas pelas relações entre estrutura e superestrutura no movimento real, da totalidade social concreta de um determinado período histórico.

Nessa perspectiva, Lojkin (1981) afirma que para caracterizar os movimentos sociais, deve-se analisar a capacidade dos sujeitos que compõem a classe dominada de diferenciar os papéis e funções em relação à classe dominante. Através da relação de subordinação e dependência das classes dominadas e a relação com o sistema socioeconômico em vigor, é que podemos entender os movimentos sociais. O autor afirma que os movimentos sociais devem ser pensados como o local da decomposição da hegemonia dominante, em que emerge a nova hegemonia. Só adquirindo sentido efetivo através da capacidade de contrapor à classe dominante e todo o conjunto do sistema capitalista.

Dentro do processo de “pôr-se em movimento”, o grau de mobilidade é resultante do “volume” das “massas” colocadas em movimento e da capacidade de ampliação da participação das massas. O movimento social deve ser definido por ser exterior ao Estado e ao seu poder, e pela sua autonomia em relação às organizações partidárias, visto como o mais alto grau de expressão da luta de classe, o qual é levado até o fim, elaborando uma contra-hegemonia. Os sujeitos desse processo são essencialmente o proletariado e também os setores não-assalariados que não estão inseridos formalmente no trabalho, mas que também só possuem sua força de trabalho para viver.

Se procedêssemos agora a uma primeira síntese provisória de nossas observações, poderíamos definir o movimento social através da combinação que une: um processo de “pôr-se em movimento” de classes, frações de classe e camadas sociais. Esse primeiro processo define a intensidade e a extensão (o campo social) do movimento social pelo tipo de combinação que une a base social, e a organização do movimento social. Para retomar as categorias da física utilizadas por Marx e Engels (dinâmica, mecânica), chamaremos, portanto, força social a resultante social da ação da organização sobre uma dada base social (LOJKINE, 1981: 297).

A divisão social do trabalho tem um reflexo na distribuição espacial da população tendo um caráter socioeconômico. A exploração do trabalho é a forma que o capitalismo consegue ampliar o acúmulo de capital, ocorre essencialmente na esfera da produção, mas interfere nas demais esferas da vida social, correspondendo a vários outros processos, tanto no âmbito da moradia quanto no que se refere à qualidade de serviços, bens públicos e equipamentos sociais.

Com o acirramento do conflito entre o capital e o trabalho se torna evidente os processos acentuados de espoliação e de pauperização da classe trabalhadora, assim é destaque nas análises marxistas sobre os movimentos sociais, que eles não surgem de forma espontânea. O que ocorre é uma organização dos cidadãos, dos usuários de bens e serviços públicos, consumidores se mobilizando em torno de problemas decorrentes de interesses coletivos, mas no âmbito da cotidianidade, sendo fundamentais no processo de consciência social.

De acordo com Castells (1983), os movimentos sociais se caracterizam-se por terem em sua base de organização as pessoas que moravam nas cidades e que vivenciam as contradições urbanas de forma sistemática. O autor descrevia a existência dos movimentos sociais, a partir de três níveis fundamentais: a inserção na estrutura de classe social, a relação diferencial com as contradições (urbanas) e os diversos conflitos políticos.

Concretamente o espaço urbano se forma como um território de excelência para a reprodução da força de trabalho. A questão em torno da moradia e por melhores estruturas sociais, por mais equipamentos sociais que assume um grande destaque na luta política. A problemática dos movimentos sociais urbanos está intimamente associada a um duplo caráter, de um lado aos processos sociais que alteraram o modo de consumo coletivo, de outro as novas articulações entre as contradições sociais que emergem na sociedade capitalista tanto econômicas como políticas que se encontram na base da estrutura social.

É estabelecida uma cisão referente a esfera econômica da reprodução dos meios de produção, à esfera da reprodução e do consumo, em uma construção intencional do espaço urbano que busca diferenciar os espaços privados, dos espaços coletivos. Situação que compromete a estratégia e as táticas dos movimentos urbanos, dificultando a possibilidade da construção de enfrentamentos entre as classes referentes a estrutura econômica, mas também ao conjunto do modo de reprodução, tanto econômico quanto social.

M. Castells poderia retorquir com razão que limitamos sua problemática apenas ao seu lado “urbano”, enquanto ele tem o cuidado de definir o movimento social urbano num duplo plano: “Por um lado, enquanto análise dos processos sociais de mudança dos modos de consumo coletivo expressos na organização urbana; por outro, enquanto apreensão das formas de articulação entre as novas contradições sociais que aparecem nas sociedades industriais capitalistas e as contradições econômicas e políticas na base de sua estrutura social (LOJKINE, 1981: 302)

Lojkine polemiza com Castells quando afirma que a compreensão dos conflitos sócio-espaciais e o financiamento e distribuição dos bens de consumo coletivos teriam sua explicação na lógica monopolista do capital, recusando a dicotomia entre produção/

reprodução (consumo). Em uma fase mais madura de sua produção, Castells propõe alterações em sua análise inicial sobre os movimentos sociais urbanos, chega a afirmar que esses não são agentes de transformação social por possuírem limites políticos e técnicos, por estarem mais frágeis ao clientelismo político devido a suas pautas estarem ligadas a demandas imediatas e muitas vezes a questões específicas.

De acordo com Lojkin os movimentos sociais estão essencialmente sob o fluxo da lógica política, sendo consentidos pelas instituições, assim possuem profundos limites para a transformação do espaço urbano. Apesar de seguir afirmando que os movimentos sociais urbanos são fundamentais para uma gestão mais democrática da cidade, por serem “os verdadeiros diagnosticadores das necessidades coletivas” (GOHN, 1997: 193).

O sociólogo Alain Touraine, ao final dos anos 1970, afirma a morte do movimento operário de cunho socialista, concebe os movimentos sociais como conflitos de diferentes grupos inseridos em redes sociais e simbólicas. As lutas se travam em nome de coletividades que atuam valorizando os significados simbólicos e da subjetividade.

Os novos movimentos sociais que emergem na dita sociedade pós-industrial assumem as questões referentes ao gênero, ao meio ambiente, ao nacionalismo de caráter pacifista<sup>7</sup>. O autor rebate as análises que se centravam na primazia das relações econômicas e destaca como sujeitos prioritários das lutas sociais os novos movimentos sociais. Esses atuam essencialmente no campo da cultura, colocando-a como questão central, sendo este o principal motivo para a contestação e para a realização das lutas sociais.

Na maioria das vezes, a luta contra a opressão é colocada na esfera da cultura, não sendo relacionada a questão da exploração do trabalho. Também podemos destacar como exemplo o movimento antinuclear, que tem como principal pauta a defesa do equilíbrio ecológico e não o modelo energético mundial que é desenvolvido para atender às necessidades do mercado e não dos homens.

Apesar de toda sua crítica sobre os “velhos movimentos sociais” (movimento operário), Touraine faz uma crítica profunda a postura dos novos movimentos sociais que assumem um caráter muitas vezes hedonista até mesmo anárquico que segundo ele, expõem um “‘fascínio pelo presente’, uma autogestionária de simples recusa à tecnocracia. (DOIMO, 1995: 41)”.

---

<sup>7</sup> Podemos trazer como exemplo o movimento feminista, que tem sua pauta para além da questão do conflito entre o capital e o trabalho, devido ao patriarcado ser anterior ao sistema capitalista. Mesmo reconhecendo que o capitalismo se utiliza da opressão das mulheres para ampliar sua exploração sobre a classe trabalhadora; a questão central colocada não é o conflito das trabalhadoras com o capital, mas sim a questão da opressão do homem contra a mulher.

Assim, não obstante dê boas-vindas à heterogeneidade dos “novos” movimentos sociais em nome do combate à velha idéia da determinação econômica e da falência do movimento operário e socialista; e embora valorize a diversidade cultural e o pluralismo político em nome da democracia e do revigoramento da sociedade. Touraine não abre mão das organizações racionais e da busca de uma certa unidade que, superior a todos os particularismos corporativos ou insensatos, caracterizariam o genuíno movimento social: aquele que capta “as tendências centrais da cultura” e coloca-se na “luta face a face com a classe dirigente” (DOIMO, 1995: 42)

O reconhecido sociólogo Touraine partindo de suas conclusões, busca considerar a partir de seus princípios analíticos a formação dos movimentos sociais na América Latina, principalmente o caso brasileiro. Afirma que os movimentos sociais urbanos ou populares que surgiram na década de 1970 não passaram de joguetes nas mãos de determinadas correntes políticas de esquerda, não se constituindo propriamente como movimentos políticos. Destaca os limites dos sujeitos coletivos protagonistas nesse processo, colocando-os como incapazes de garantir uma organização social duradoura e sólida.

De acordo com a teoria sobre os movimentos sociais, pode-se destacar três elementos fundamentais definidores de todo movimento social: a questão da identidade (consciência de si e dos seus aliados); a posição (identificação do adversário); a totalidade (circunscrição da luta dentro do próprio campo).

Apesar de fazer parte do vocabulário comum dos analistas sociais, é preciso, pois, certo cuidado com a utilização da noção de novos movimentos sociais. Embora já se tenha consolidado uma quase unanimidade em torno do reconhecimento do caráter diverso, fragmentário e localizado das novas experiências participativas no mundo contemporâneo, não é rara a projeção, sobre este novo universo, de certa reelaboração mítica do velho desejo de unidade; aquele que, cunhado ainda no século XIX para designar a entrada da classe trabalhadora no cenário público, presumia o grande sujeito da grande transformação social (DOIMO, 1995: 45).

Há uma grande diferença entre as concepções sobre os movimentos sociais, suas características são diretamente formadas de acordo com a compreensão sobre o processo histórico de cada território. Tem-se que buscar o desenvolvimento da classe trabalhadora e suas formas organizativas construídas ao longo do processo histórico em cada realidade, apesar de haver questões elementares que perpassam a organização da sociedade capitalista. Deve-se analisar o processo de formação das classes sociais e as relações sociais para compreender a formação dos movimentos sociais.

As forças produtivas e as relações sociais são as bases da Questão Social, sendo esta a

forma de produzir e reproduzir a pobreza. No caso brasileiro, para pensar os movimentos sociais deve-se partir da compreensão da existência de um descompasso entre o desenvolvimento econômico e social. A propriedade da terra é o principal pilar para esse modelo de exploração, no qual as formas arcaicas são ressuscitadas e combinadas com formas modernas de exploração. A maioria dos autores utilizados traz a modernização conservadora como o marco da dominação do grande capital.

Dentro do processo de formação social do Brasil e da América Latina é fundamental recordar que não em um passado distante, houve várias experiências do nacional-populismo nos anos 40 e 50, também experiências revolucionárias, como a revolução Cubana<sup>8</sup>. Muitas dessas ações foram construídas tanto por partidos políticos de esquerda, quanto por segmentos de classe que insurgiram contra os governos, muitas vezes influenciados pelo pensamento foquista, advindo da guerrilha e, mesmo, a luta armada contra a ditadura nos anos 1960.

Nessa difícil conjuntura, as consequências para as organizações de esquerda foram muito penosas, deixando marcas profundas principalmente para as massas populares, que se formaram dentro de um espectro de autoritarismo, que centraliza o poder. Mesmo as iniciativas de esquerda, muitas vezes primavam ações construídas de cima para baixo, em vez de ser de baixo para cima, estando presentes na cotidianidade dos sujeitos. Os regimes implementados nunca propiciaram a construção das liberdades democráticas efetivamente, sempre coibiram as diversas formas de manifestação política, calando as expressões da vontade popular, utilizando da força bruta, da coerção para silenciar os que ousassem se levantar.

Tem-se que reconhecer que a história da formação dos sujeitos sociais no Brasil perpassa uma grande debilidade política e cultural no campo das relações sociais, as elites não souberam conviver com as pressões populares. O conflito entre o capital e o trabalho, condição inerente ao capitalismo, foi tratado como caso de polícia, cada vez que os conflitos acirravam, as elites respondiam de forma apelativa com um alto grau de repressão. Não tivemos transformações na estrutura da distribuição de terras e nem no modelo de produção que sempre esteve voltado para atender aos interesses do capital, nenhum dos modelos políticos adotados garantiu a participação política da maioria.

---

<sup>8</sup> A revolução Cubana ocorrida em 1959 influenciou o pensamento e as ações da esquerda na América Latina, por inovar nas formas de enfrentamento da luta de classe no continente, com muita ousadia enfrentando uma das maiores potências imperialistas do mundo, no caso os Estados Unidos. Foi uma revolução que rompeu com o eurocentrismo da esquerda latino americana. Trouxe novos elementos para a esquerda do continente, a partir de uma experiência concreta a possibilidade de uma revolução que dentro de seu próprio processo assume o caráter socialista, mesmo em um país atrasado, construindo estratégias de enfrentamento próprias que dialogaram com a formação histórica do país.

Nessas condições históricas, a capacidade para se alterar radicalmente essa construção social repousa nas mãos das classes populares, que têm como responsabilidade construir uma nova direção política e cultural para toda a sociedade. É algo que deve ser construído, de forma efetiva, através do acúmulo de força social, sem esperar um resultado imediato, mas de forma constante. Assim, renovando as possibilidades da existência de uma nação com a presença efetiva das forças populares na política.

De acordo com Moisés (1982), a única possibilidade de instaurar uma democracia efetiva, seria a formação de amplos movimentos políticos, que tivessem como base as massas populares das cidades e do campo, que pedagogicamente viessem se constituindo como sujeitos políticos autônomos e capazes de intervir na política de forma independente e por vontade própria.

É importante destacar que no Brasil ainda na década de 1950/1960, havia uma grande desconfiança em relação à atuação política no âmbito dos movimentos de bairro, devido a todas as críticas feitas pelo pensamento marxista dogmático, que apenas reconhecia como movimento os sindicatos, partidos políticos e os movimentos camponeses. Os temas destacados pela maioria dos estudiosos marxistas dos movimentos sociais têm como ponto de partida as questões estruturais (como já afirmado anteriormente), de forma a ter uma base para o entendimento dos conflitos sociais. Essa realidade marcou a posição da esquerda brasileira, apenas ao final da década de 1970, com a rearticulação da sociedade civil e a emergência de outros canais de participação foi revista a posição de alguns setores da esquerda nacional assumida no período anterior.

Mesmo recentemente, durante o auge da vigência dos regimes autoritários com tutela militar, essa aspiração não esteve ausente. Bastaria lembrar as formas de protesto social e político que emergiram em 1969 na Argentina, com o Cordobazo; no Brasil, em 1968 e, mais recentemente, durante as eleições de 1974 e 1978, cuja avalanche de votos de protesto abriu as conjunturas em que puderam se inscrever as recentes greves do ABC, São Paulo e Osasco, em 1979 e 80. Todos esses acontecimentos foram marcados pela emergência de um fenômeno novo: o surgimento de movimentos populares de base, locais ou setoriais, o que alude à possibilidade da formação de um novo ator histórico no processo de luta pela democracia. (MOISÉS, 1982: 30)

Do ponto de vista do autor, através das reivindicações apresentadas pelo movimento social e da análise de seu conteúdo ideológico e político, é possível definir o desafio real que os movimentos terão que enfrentar. As propostas e ações realizadas são determinantes para saber a capacidade de questionamento da hegemonia da classe (ou fração da classe)

dominante. É central destacar que nunca de forma espontânea a classe dominada será capaz de libertar-se da classe dominante e transformar a realidade, assim fugindo da situação de exploração e opressão. Apenas através da combinação da ação política organizada da classe, de forma independente, acumulando “experiência” será capaz de libertar-se tanto politicamente como ideologicamente.

Retomando a concepção elaborada por Lojkin (1981), ele ainda define os movimentos sociais a partir de dois processos sociais combinados: a capacidade de colocar em movimento os sujeitos envolvidos no processo de organização e sua análise do acúmulo de força em torno do poder político. Esses elementos contribuem para a possibilidade de transformação do sistema socioeconômico no qual emergiu o movimento.

A “extensão” social do movimento define logo, de certo modo, uma primeira relação com o espaço territorial tomado aqui como lugar de realização e de encerramento da hegemonia da classe dominante, delimitação da reprodução da formação social na qual se inscreve o movimento social. Dependendo do movimento ter uma dimensão “local” e/ou nacional, ele acarreta não apenas um “volume” diferente de “massas sociais” postas em movimento, mas sobretudo uma relação diferente com o poder de Estado, na medida em que este último se apóia, em última instância, na capacidade da classe dominante manter a coesão “nacional” do conjunto de uma formação social. É verdade que um movimento social “local” ou “regional” implica uma certa relação com o aparelho de Estado (por intermédio da comuna, do departamento ou da região), mas ele si visa diretamente o poder político da classe dominante se atacar o fundamento global, logo, nacional, de sua hegemonia. (LOJKINE, 1981: 297)

O período de 1960 e 1970 é marcado pelo surgimento de novos sujeitos sociais, com destaque de influência internacional, como movimentos da juventude, das mulheres, movimento negro. Estes emergem como uma novidade no cenário político contemporâneo, advêm essencialmente de carências provocadas pelo sistema capitalista e de regimes de opressão anteriores ao capitalismo, mas que são acirrados dentro do próprio processo de organização capitalista, que periodicamente entra em crise, escancarando suas contradições.

O Estado já não é capaz de conter esse processo de crise. De forma clássica os movimentos sociais se originam da esfera produtiva e reprodutiva, sendo essa a forma convencional de mediação com a política, mas o surgimento dos novos movimentos sociais está vinculado ao surgimento de problemas sociais.

Tal qual a literatura identifica os novos movimentos sociais no Brasil, como sendo aqueles que se originaram em fins da década de 1970. Tinham como característica central, a construção de uma nova cultura, baseada não mais na luta restrita ao enfrentamento direto das



classes sociais, mas também ao enfrentamento contra as opressões, em defesa da democracia e por melhores condições de vida. Entendendo-os como espaço de ‘fazer política’, compreendendo esta como a redefinição das relações sociais. A partir da construção de novos valores solidários, de uma consciência de classe, muitos dos movimentos contemporâneos estruturam-se por reivindicações que se dão na esfera da reprodução, mas que remetem a esfera da produção por serem dimensões de um mesmo processo.

Podemos destacar como características dos novos movimentos sociais: a luta por reivindicações específicas, a heterogeneidade social, a democracia no movimento e valores solidários nas formas de fazer política. No próprio campo da teoria marxista, ainda existem acirradas polêmicas em torno das concepções sobre a categoria movimentos sociais. As divergências teóricas alteram de forma significativa a leitura sobre o papel dos movimentos sociais na luta de classe, se diferenciam essencialmente no peso dado dentro do processo de análise das determinações econômicas e o papel destacado da cultura na formação dos sujeitos históricos. De acordo com PINTO (2005, p. 59), “O núcleo central desse paradigma está no deslocamento da contradição central das relações sociais do binômio capital e trabalho para Estado e sociedade civil”.

O urbano enquanto resultado de um ambiente construído, é concebido por uma infraestrutura material e física para a produção, circulação, troca e consumo. A relação de diversas forças que assumem posições divergentes e antagônicas, isto é, modelado pela luta de classes, suscita interesses e conflitos nos locais de trabalho com ampliação para outras esferas da convivência social do trabalhador.

Com a queda de regimes autoritários e a tentativa de instalação de democracias em governos municipais e nacionais, somados a crise estrutural do capital, que tem como elementos centrais a hiperinflação, desemprego, queda de produção dentre outros elementos. Sendo estas questões que caracterizam a conjuntura do surgimento dos movimentos sociais urbanos em países da América Latina.

No Brasil, é importante destacar que o surgimento dos novos movimentos sociais está ligado às questões de sobrevivência imediata, diferente do que ocorreu na Europa que teve a emergência dos movimentos através das questões ligadas ao meio ambiente, as necessidades estratégicas das mulheres e dos homossexuais etc. Essa situação causou uma diversidade interpretativa, polarizando as reflexões teóricas a partir das questões mais abrangentes como a natureza dos novos movimentos, sua capacidade de sobreviver e dar continuidade ao processo de enfrentamento de seus inimigos e de uma avaliação em relação à eficácia de suas práticas.

No campo teórico no Brasil, podemos destacar como corrente de pensamento

hegemônica acerca dos movimentos sociais a concepção estrutural-autonimista, que tem como características determinantes: a centralidade das contradições urbanas em compreender um potencial de acirrar os conflitos da sociedade capitalista; o caráter classista do Estado, assumindo a posição de priorizar a reprodução do capital em detrimento a garantia da reprodução da força de trabalho e a capacidade da sociedade civil de se organizar de forma autônoma contra a tradição política autoritária.

De repente, impulsionados por essas premissas, e em espontânea rebeldia contra tal carga autoritária, eis que surgem “novos movimentos sociais” para, como “novos sujeitos coletivos”, autônomos e independentes, protagonizarem a possibilidade de transformação das relações capitalistas de produção. Essa matriz teórica desenvolveu-se com tanta força que a própria ideia de movimentos sociais tornou-se corriqueiramente sinônimo de movimentos urbanos. (DOIMO, 1995: 47)

Outra concepção sobre os novos movimentos sociais que devemos destacar devido a sua expressão no campo teórico é a que tem como elemento central a questão da cultura como sendo espaço significativo dos conflitos sociais. Essa concepção emerge de uma própria crise do pensamento marxista, por haver várias divergências e leituras diferenciadas sobre os movimentos sociais, com uma crítica profunda ao marxismo reducionista e economicistas.

Podemos destacar cinco características gerais dos novos movimentos sociais: primeiro que os novos movimentos sociais são associados a um modelo teórico baseado em um conjunto fixo e predeterminado de valores e normas herdados do passado, assim ligados à cultura; em segundo a uma negação a tradição marxista ortodoxa clássica. Afirmavam que, o pensamento marxista já não era capaz de responder as necessidades explicativas do atual momento de desenvolvimento das relações sociais e das ações coletivas da sociedade contemporânea – é importante destacar que apesar de toda essa crítica ao pensamento marxista, categorias básicas de análise como ideologia, fundamentaram o conceito central sobre os novos movimentos sociais.

A terceira característica é o paradigma em que se elimina o sujeito histórico que antes era configurado pelas contradições do sistema capitalista. Os participantes das ações coletivas são agora, os atores sociais, não havendo mais um sujeito específico predeterminado; a quarta característica refere-se à centralidade assumida pela política que é completamente redefinida. São eliminadas as hierarquias e determinações devido à importância adquirida pela vida social que abarca todas as práticas sociais.

Por último, os atores sociais são analisados por suas ações coletivas e pela capacidade de criação de uma identidade coletiva desenvolvida ao longo do processo. É importante

destacar que a questão central não é mais a identidade social criada através das estruturais sociais, antes por uma identidade coletiva criada pelos grupos sociais. “Uma das contribuições da abordagem contemporânea dos novos movimentos sociais foi ter chamado a atenção para o significado das mudanças morfológicas na estrutura e na ação dos movimentos, relacionando-as com transformações estruturais na sociedade como um todo (GOHN, 1997:125)”.

Como já afirmado, no caso brasileiro o surgimento dos novos movimentos sociais se deu principalmente em torno de questões presentes no espaço urbano. Vamos nos centrar no debate sobre o movimento de luta por moradia que emerge ainda na ditadura militar, essencialmente no movimento de passagem do Estado autocrático para o democrático burguês. Amplia-se a participação popular institucional, tendo como contradição o maior controle do Estado sobre os movimentos, limita-se a autonomia e a independência dos mesmos. “A renúncia as formas de lutas mais determinadas provavelmente contribui para a perda de certas conquistas” (VERRI, 2008, p.39).

Desde o final dos anos 1960, a igreja já estava investindo na organização popular em torno do problema da moradia, havendo vários motivos religiosos inclusive para tal. Devido a moradia significar maior estabilidade territorial, assim impedindo uma mobilidade constante das pessoas. Também contribuía para uma relativa estabilidade nas relações familiares, na construção das relações nas comunidades, assim criando o habitat de reprodução de relações humanas com base nos valores religiosos.

O processo vivenciado pelas organizações populares e pelos movimentos sociais na década de 1970 no Brasil, foi de extrema relevância para a história da formação das classes sociais. Esse momento de grande crise econômica mundial, em que o capital vivenciava o que alguns autores chamam de expressões da crise estrutural, aprofunda as desigualdades, além de acirrar o conflito do capital/ trabalho. A crise da forma clássica dos movimentos sociais foi precedida pelo ciclo das mais violentas contra-revoluções na América Latina.

De acordo com o autor Moisés (1982), esse foi um momento em que a classe trabalhadora acumulou força real para construir alternativas advindas de um projeto popular para alterar a conjuntura. Foi um momento em que a classe passou de espectador para ator principal, tendo a força motriz de todo o processo revolucionário, o operariado como linha de frente. Também as massas populares estavam se (re)organizando através das diversas pautas urbanas, impressionado por essa conjuntura o autor analisa esse processo da seguinte forma,

Em realidade, a possibilidade da abertura de uma nova fase na história da América Latina – em que o fracasso dos regimes autoritários para obter o

consentimento ativo dos governados joga o seu próprio papel-, amplia as possibilidades da instauração de formas democráticas de convivência social e política no continente. Por isso, penso que, malgrado a continuidade das ditaduras que ainda sobrevivem, nunca na história da América Latina, a democracia teve tantas chances de vir a se constituir em uma alternativa histórica real para os seus povos (MOISÉS, 1982: 28)<sup>9</sup>.

No Brasil, o período de 1980, foi marcado por grandes movimentações populares que reivindicavam direitos políticos, democracia, participação dentre outros. É um momento em que muitos movimentos sociais hoje consolidados surgem. Ao mesmo tempo em escala mundial ocorre a queda do socialismo real, que coloca em cheque a proposta socialista de organização da sociedade. Pode-se afirmar que esse período marca o fim da disputa entre os capitalistas e socialistas, ainda com uma derrota política, econômica e ideológica para o conjunto da esquerda mundial. Essa conjuntura trouxe um grande conteúdo crítico e inúmeras consequências ideológicas para a esquerda de todo o mundo, inclusive uma crise do padrão clássico da luta de classe, como para a própria concepção de revolução.

Neste contexto, a esquerda brasileira estabelece uma relação entre democracia e justiça social, situação que contribui por optarem pela via de buscar mecanismos político-institucionais que pudessem incorporar demandas populares como direitos sociais. A centralidade do debate perpassava a luta por direitos políticos juntamente com a discussão de cidadania, os movimentos sociais buscam a conquista de direitos sociais, desta forma, a ampliação da participação democrática nas decisões do Estado.

De acordo com ZIBECHI (2005), os grandes movimentos sociais formados nesse momento tinham como base ética e cultural, três grandes correntes político-sociais: as comunidades eclesiais de base atreladas à teologia da libertação, o guevarismo inspirado na militância revolucionária e à concepção insurrecional imbuída de uma cosmovisão diferente da visão ocidental. Essa formação, sincrética garante características específicas e marcantes dentro da concepção dos estudiosos sobre movimentos sociais no Brasil e na América Latina. Isto implica nos movimentos, em suas perspectivas, sua estrutura interna, suas contradições, seus limites e possibilidades, suas relações com a cidade e com o Estado.

Quando se analisa o grau de democracia de uma sociedade pode se pensar no grau de autonomia dos grupos sociais. Os movimentos e as demais organizações da classe estabelecem relação entre o processo de luta por direitos e as suas aspirações políticas. Daí a

---

<sup>9</sup> É importante destacar o momento em que esse livro foi produzido, sua publicação data justamente o período de efervescência política vivido na década de 1980, o autor estava influenciado pela conjuntura de luta contra ditadura, momento das grandes greves do ABC paulista. As perspectivas do período eram promissoras e únicas na história brasileira, assim justifica-se o otimismo presente nas passagens do autor.

importância constante, de duas questões em um país como o Brasil: a formação política que é tão arraigadamente autoritária e cujas soluções históricas se constituem, quase sempre, em iniciativas provenientes das elites e dos detentores dos aparelhos do Estado e a questão da construção de grandes ações de massa que realmente coloquem os sujeitos políticos em movimento para experienciar ações concretas de mobilização.

A questão central que emerge do conjunto dessas formulações é que a construção de uma ordem democrática não poderia se limitar ao restabelecimento da livre competição política, mas deveria envolver também transformações substantivas nas práticas de governo em sua interação com as organizações e movimentos populares. (DURIGUETTO, 2007, p.197).

Os novos movimentos sociais da década de 1980 inauguram uma cultura, nas quais as reivindicações são assumidas como direitos, como já afirmado anteriormente, atingindo diretamente a cultura da benevolência e do clientelismo, característico do Estado brasileiro, muito condicionado pela formação sócio-histórica brasileira. Como exemplo, podemos destacar o movimento por reforma urbana que existe desde os anos 1980, fruto desse novo ciclo da esquerda brasileira. Este processo de organização da sociedade civil resultou no Estatuto da Cidade, com a luta pela reforma urbana, realmente foi possível ampliar ou iniciar o processo de democratização dos centros das grandes cidades. Enquanto a constituição reconhecia o direito à cidade regulamentando seu uso, as relações de trabalho estavam sofrendo profundas desregulamentações.

Os novos movimentos sociais emergem nessa conjuntura muito ligados às pautas urbanas, à questões como moradia, emprego, lazer, transporte, sendo essas as principais reivindicações dos movimentos sociais. Assim, muitas vezes dentro das análises sociológicas desse período, é recorrente encontrar autores que utilizam novos movimentos sociais como sinônimo de movimentos urbanos, não tinham grande expressão os movimentos feministas, ambientais ou mesmo raciais.

Uma das principais afirmações referentes aos novos movimentos sociais de acordo com GOHN (1997), é sobre a base dos movimentos, se os velhos movimentos sociais possuem uma clara base social classista formada por operários e camponeses, os novos movimentos não têm interesse direto sobre esses grupos. Na Europa, essa seria a grande diferença entre os velhos e novos movimentos sociais, enquanto na América Latina, os chamados novos movimentos sociais são os que não se envolveram no jogo da política populista, que tinha como prática a troca de favores e as relações clientelistas, o que ambos possuem de inovador é a forma de fazer política e a politização de novos temas.

A luta desses movimentos se caracteriza, fundamentalmente pelo estabelecimento de novas relações sociais em todos os níveis, seria necessário algo mais que mudanças sociais nas relações sociais do âmbito político. É relevante enfrentar a própria organização da cidade como meio e resultado do processo de acumulação e valorização de capital e do antagonismo entre as classes.

Os novos movimentos sociais se veiculavam, objetivamente a uma crítica profunda às condições de vida dadas e ainda propunham alterações nas relações sociais e políticas, implicitamente construindo um projeto de mudança como contraposição ao projeto burguês de sociedade. De acordo com DOIMO (1995), a base social desses novos movimentos sociais, no geral quando pensamos a América Latina, pode ser denominada como popular, no sentido de setores sociais que empobrecem com o modelo de desenvolvimento e foram excluídos do processo político. Guardada as particularidades quanto ao modo como se movimenta apresentando diversificações a partir das relações que constroem com o grupo a que se atrelam e com o seu lugar social.

A formação dos movimentos sociais no Brasil se deu em torno de pautas que perpassavam a realidade urbana, também devido ao grande crescimento urbano ocorrido na época, situação que fez acirrar as relações. “A manifestação de interesses comuns e a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração criam a possibilidade de uma consciência de classe. Quando as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe, desenvolvem uma ideologia própria de classe (GOHN, 1997:177)”. A questão central colocada nesse período denominado “democrático”, não se refere aos avanços conquistados em relação ao período anterior, refere essencialmente em aprofundar e construir espaços efetivos de intervenção popular.

A ideia de “povo como sujeito” surge no início dos anos 1970 a meados de 1980, protagonizados por setores da igreja Católica, especialmente os mais progressistas, além de diversos atores sociais. Podemos destacar o ecumenismo, por possuir um perfil muito ligado à ética do compromisso social; muitos intelectuais que estavam desiludidos com as formas clássicas de realizar o enfrentamento de classe, através de fórmulas violentas, estavam impedidos pela ditadura militar de lecionar nas universidades, fundam centros independentes de pesquisa, assim, também contribuíram para a difusão da ideia de povo.

Uma hipótese que podemos levantar é que com a ditadura militar o espaço do cotidiano passa a ser uma das únicas alternativas para a organização, considerando que todos os canais institucionais de participação estavam fechados. Com o final da ditadura esse processo de organização que atingia a vida “privada” dos trabalhadores se mantém e ganha

mais força. Se reproduzia no cotidiano dos trabalhadores, sendo muito potencializada na década de 1980, era

constantemente reforçado por inúmeras publicações que então procuravam mesclar categorias do materialismo histórico – como dialética, revolução e história – com questões das culturas locais, das relações interpessoais, das cenas do dia-a-dia e das redes de sociabilidade, numa espécie de antropologização dos conflitos sociais (DOIMO, 1995: 88).

Nesse momento, a igreja católica assume certa autonomia devido à orientação mais progressista dada pelo papa Paulo VI. É inegável o papel de destaque que a igreja possuía em relação ao trabalho junto as classes populares e na contribuição da organização dos movimentos sociais. Esse foi um período marcado por grandes encontros, entre os novos sujeitos que buscavam trocar experiências, salvaguardando uma “autonomia orgânica” frente a toda estrutura organizativa da igreja católica.

Neste período ocorre uma grande “explosão” das periferias dos grandes centros urbanos, a cidade se impõe como uma pauta central por possuir uma grande concentração de trabalhadores vivendo em situação muitas vezes precária, assim acirrando as contradições, sendo as periferias um espaço de ampla capacidade de mobilização.

De acordo com Doimo (1995), a ideia do povo como sujeito da sua própria história ganha cada vez mais força como nunca haviam ganhado em outro período. A proposta de participação popular assume significação positiva no bojo do pensamento de esquerda, “a dimensão da vida sócio-política prescindia dos canais convencionais de comunicabilidade política, expressando a capacidade de auto-organização popular no sentido de engendrar, por si mesma, os elementos portadores de futuro (Telles, 1987, 59)” (DOIMO, 1995: 86).

Resgatar a importância do conceito de povo brasileiro não significa negar a divisão da sociedade em classes sociais como elemento central do processo histórico. Ao contrário, no caso brasileiro significou reforçar a compreensão que a classe dominante sempre privilegiou associar e se manter subordinada as classes dominantes internacionais, assim conservando seus privilégios oriundos do próprio processo de colonização brasileira.

A classe dominante brasileira e a burguesia que se formou não tiveram o interesse em construir um projeto de nação efetivamente em que se busca a soberania nacional, o povo brasileiro historicamente contou apenas com sua força de trabalho e com a sua capacidade organizativa para lutar pelos seus direitos. “Parece que, no vácuo da falência do nacional-desenvolvimentismo – ideologia tecnocrática que dominou a geração dos anos 1954-64, finalmente se descobria que somente o povo poderia, ‘de baixo para cima’, produzir as necessárias transformações históricas. (DOIMO, 1995: 75)”

E isto, por uma razão muito simples: os movimentos sociais que deram vida a essa interação seletiva são suficientemente ambíguos para comportar interesses díspares. Tratam-se de movimentos reivindicativos de ação-direta e, enquanto tal, comportam uma dupla face: e expressivo-deruptiva e a integrativo-corporativa. Pela primeira, contesta-se o caráter excludente do Estado capitalista e elaboram-se perspectivas de transformação social – no que se catalisam os anseios da esquerda; pela segunda, porém, interpela-se o lado provedor do Estado e arquitetam-se possibilidades de maior integração social e de estabilidade dos grupos primários – no que se encontram os interesses institucionais da igreja. (DOIMO, 1995: 94)

Como exemplo podemos destacar os trabalhadores que se envolvem em movimentos que lutam por moradia, estes têm um perfil que demonstra claramente a condição de trabalhadores expulsos do mercado de trabalho que não possuem alternativa para sobreviver nas cidades. A constituição do grupo pela necessidade pressupõe uma solução imediata, o que iguala todos pela condição de trabalhadores. Ter moradia constitui-se em uma importante referência para poder conseguir trabalho e lutar por outros direitos, como bens de consumo coletivo. A síntese da concepção do movimento dos trabalhadores Sem-Teto, por exemplo, pode ser assim formulada para “A ocupação de terra, trabalho de organização popular, é a principal forma de ação do movimento. Quando ocupamos um latifúndio urbano ocioso, provamos que não é natural nascer, viver e morrer pobre e oprimido.” (site oficial do MSTs)

O limite desses novos movimentos sociais esbarrou na luta por necessidades imediatas pelo seu reconhecimento e viabilização de sua solução por meio da ação do Estado. É possível afirmarmos que seu limite se deu na luta pelo funcionamento do aparelho do Estado mais adequado aos interesses dos trabalhadores, sem afetar seu conteúdo de classe. O eixo era uma maior democratização dentro do sistema.

Em 70, sob o contexto de sociedades autoritárias (Brasil, Chile, Espanha etc.), os MSU representavam uma grande esperança, uma reviravolta, uma ação da sociedade civil reagindo contra o arrocho, a espoliação e a dilapidação de um capitalismo voraz. Mas as transformações preconizadas não ocorreram da forma proposta. Nem os movimentos preconizados não ocorreram da forma proposta. Nem os movimentos eram tão fortes, nem a sociedade civil tão organizada. A autonomia dos novos sujeitos históricos – como chegaram a ser exaltados – não se realizou. Não existem indicações neste sentido (GOHN, 1997: 193).

Através de todo o processo de mobilização realizado essencialmente pela igreja católica e por militantes sociais ligados à educação popular, são gerados espaços de formação e organização dos trabalhadores, processos organizativos que se desenvolvem e passam a ser grandes movimentos sociais. Dentro dessas experiências desenvolvidas, a pauta por moradia



adquire uma grande relevância. Ao final da década de 1980, o movimento por moradia assume uma dimensão nacional com pautas concretas construídas pela “base” que impulsiona esse processo.

Nesse momento, a luta centra-se na aprovação de projeto de lei com a proposta de criação de um Fundo Nacional de Moradia Popular, junto a instâncias institucionais como a elaboração de leis orgânicas em nível estadual e municipal e a elaboração de planos diretores, visando à possibilidade de alterações na legislação referentes ao solo urbano e à moradias populares.

Como exemplo, podemos tomar o todo processo vivenciado pelo MOM (Movimento por Moradia), em nível nacional e estadual, não contava com organicidade firme, tudo era muito localizado e descentralizado, também não possuía uma forma organizativa própria. O MOM contava com um pequeno centro aqui, uma pastoral social apoiadora ali, com coordenações dispersas, o que conseguia garantir uma mínima unidade nacional, o que interligava os espaços eram as relações que eram estabelecidas pelas organizações, em suma maioria eram organizações construídas no bojo da chamada Igreja popular.

Ao conseguir atravessar em alta toda a década de 1980, o MOM, diferentemente dos demais, entra na casa dos anos 1990 com bastante fôlego. Em março de 1991, depois de 16 meses de preparação e de consultas nas paróquias e comunidades, Assembleia Arquidiocesana de São Paulo, que reuniu 500 delegados – padres, freiras e leigos -, aprova a moradia como prioridade número 1 para a atuação da igreja. E, no ano de 1993, a CNBB definiu o problema da moradia como tema da Campanha da Fraternidade (DOIMO, 1995: 105).

No ano de 1993, como fruto de todo esse processo de mobilização e trabalho nas periferias em torno das pautas urbanas, cria-se a Central de Movimentos Populares. Um espaço com grandes limitações de âmbito político e teórico, com problemas de definição de pauta devido a sua pluralidade e por ser indefinida a estrutura da organização e ainda passar por dificuldade de construir o consenso entre os movimentos populares que edificaram esse espaço.

Extraordinariamente acalantadas e celebradas no final da década de 70, tais idéias ganharam corporeidade na visível pulverização de práticas reivindicativas pelas periferias dos grandes e médios centros urbanos do país, curiosamente portanto o mesmo teor discursivo. Tal foi o brado popular neste período, clamando autonomia e por direitos, que acreditou-se na possibilidade de uma “grande virada”. No entanto, em vez de transformações abruptas e profundas conduzidas por essas forças, deu-se, na passagem da década, uma transição conservadora rumo à democratização, através de um

pacto entre as elites políticas, em condições “fortemente favoráveis à continuidade de mecanismos e de orientações da velha ordem” (DOIMO, 1995: 48).

Essencialmente os novos movimentos sociais populares constituídos no Brasil, trabalham contra a “exclusão social”, a grande expressão dos movimentos sociais organizados a partir da década de 1990 são movimentos que lutam contra as mais diferentes formas de opressão como: o sexismo, a homofobia, as opressões étnicas e pelos direitos sociais dentre outros. A ampliação da participação popular através dos espaços abertos após a Constituição de 1988, como os fóruns temáticos de discussão, plenárias, conselhos gestores, conferências entendendo como uma maior abertura dentro do poder público e da legitimidade dos direitos políticos.

Pelo quadro descrito, a concepção de democracia que emerge das interpretações acerca dos movimentos sociais e organizações sociais, defende e representa os interesses dos setores populares. Essa Concepção não é identificada com uma concepção minimalista, mas sim os movimentos a concebem como modelo de “democracia participativa”.

A concepção marxiana desenvolve-se num momento que o capital vivenciava uma outra fase, mas essa concepção permanece atual para se pensar, nortear e analisar a conjuntura dos movimentos sociais hoje. Principalmente, para compreender o momento em que os movimentos populares estão, para onde devem caminhar e se realmente buscam a transformação social, atuando na direção da luta pela emancipação humana.

A perda dessa perspectiva de unidade, de uma práxis política coletiva e articulada, visando à construção de um novo projeto societário a partir, com e no pluralismo sócio-organizativo e político-cultural das classes subalternas presentes na sociedade civil, ajuda a contribuir para que as mesmas se dispersem ou se esgotem no particularismo, com o que acaba reforçando a hegemonia do projeto neoliberal-corporativo (DURIGUETTO, 2007, p.212).

As transformações no mundo do trabalho impactaram na organização da classe e a noção de classe promulga seu conteúdo crítico intimamente ligado a luta, por ser sua expressão crítica na sociedade capitalista. As transformações do sistema capitalista contribuem para o surgimento de outras formas de luta e de enfrentamento, além de alterar a forma que as classes subalternas se organizam, sendo fundamental para pensar e compreender os processos de organização do consenso, da dominação e dos conflitos sociais.

Para pensar os movimentos sociais, é importante fazer a ligação entre as mudanças no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva e a gestão do Estado neoliberal. O capitalismo vivencia a conjuntura de mundialização do capital na tentativa de recuperar as taxas de lucro.

As alterações na forma de produção, como a intensificação da exploração do trabalho, o desemprego estrutural são formas de ofensiva do Capital se apresenta, na tentativa de recuperar-se de mais uma de suas crises cíclicas.

O capitalismo altera suas formas de acumulação, sendo o momento da absoluta hegemonia do capital especulativo. “A reestruturação produtiva aparece sintonizada aos processos de mundialização do capital que marcam ‘ uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação” (CHESNAIS *apud* DURIGUETTO, 2010, p.06).

As organizações da classe trabalhadora sofrem impactos regressivos nas ações e nas suas organizações, situação que cria grandes obstáculos para o surgimento de grandes ações de massa. Os movimentos sociais que lutam por moradia, educação e saúde acabam tendo suas ações muito mais restritas aos espaços de democracia participativa como os conselhos e conferências. Os enfrentamentos de massa que, são formas de materializar a luta de classe, já não são a centralidade das ações desses movimentos. Estes têm dificuldades de construir lutas que pautem a transformação social, na perspectiva de conquista de direitos que realmente acumulem para emancipação humana.

Além dos impactos já citados que geraram uma perda na luta dos trabalhadores, contribuindo significativamente para a desmobilização da classe, também ocorre o crescimento do investimento do Estado em políticas de cooptação das lideranças sindicais e populares. Dentro dessa *cultura da crise* descrita por Duriguetto (2010), pode-se destacar a crise que as organizações sindicais vivenciam a partir de 1990 com um sindicalismo extremamente institucionalizado atuando em defesa do pacto social<sup>10</sup>.

Os movimentos sociais que se propõem a fazer um enfrentamento com o Estado e que fazem crítica a forma como as relações econômicas, sociais e políticas vêm se estruturando, são altamente criminalizados, tendo muitas vezes suas lideranças perseguidas ou presas. Suas “bandeiras de luta” são desqualificadas pela mídia que contribui significativamente para a

---

<sup>10</sup> Não é possível não fazer referências aos movimentos sociais no Brasil, sem falar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), surge ainda na década de 1980, se mantém firme em suas ações, assumindo o protagonismo nas lutas sociais que realmente incidem em questões centrais do sistema capitalista. Quando o MST levanta a bandeira da reforma agrária popular, lutando por direitos que só podem ser atendidos em outra forma de organização social, quando realiza ocupações de terra, de prédios públicos e grandes marchas, constrói ações que contribuem para o processo de consciência da classe trabalhadora.

Hoje além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, também destacam-se outros movimentos sociais como: o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), movimentos como estes podem ser considerados como pontos de resistência dentro da conjuntura atual.

opinião pública se voltar contra os movimentos sociais.

A realidade da maioria dos movimentos sociais e das organizações de esquerda que compõem a sociedade civil no Brasil é ter suas ações voltada para dentro da institucionalidade, deixando de lado as lutas de massa e ações de maior enfrentamento. Constroem o consenso de classe em torno de propostas de conciliação de interesses, que ainda hoje se demonstram inconciliáveis. São muitas as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora, principalmente no sentido organizativo, a classe trabalhadora é a única classe que pode fazer e que tem interesse em emancipar a humanidade já dizia Marx.

As lutas e os movimentos sociais dos trabalhadores estiveram inscritos, historicamente, em duas estratégias alternativas: a estratégia reformista da ordem existente, cuja demanda central é a defesa de direitos sob e no capitalismo ou a estratégia de transformá-la radicalmente (ARCARY, 2006). Ocorre que o reformismo contemporâneo – em função da época histórica da crise do capitalismo – é um reformismo de contra-reformas (COUTINHO, 2007), em que não se realiza concessões, ao contrário, o que temos é uma regressão nas concessões. (DURIGUETTO, 2010, p.20).

Em 1997, o movimento de luta por moradia desenvolve-se elaborando, ao mesmo tempo, as suas formas e sua estratégia de luta. Para isso, desloca a sua ação como modo de pressão sobre as autoridades em relação a uma política habitacional, o que implica na passagem do direito à moradia ao direito à cidade (VERRI, 2008: 38). Após alguns anos de experiência prática da democracia participativa - princípio que passou a modelar as relações sociais capitalistas - a participação popular se manteve restrita e não serviu para efetivar o acesso universal aos direitos sociais, tanto à formulação da política, quanto ao usufruto aos bens e serviços coletivos de consumo se mantiveram restritos.

Com a chegada do PT ao governo a situação se complica ainda mais. Os movimentos que tinham ligação direta com o Partido dos Trabalhadores vêm-se completamente sem referência e profundamente decepcionados com a condução do governo sobre a questão urbana.

Tudo isso conduz à desmobilização de certos movimentos, as quais preferem mantêm as suas bases na expectativa das decisões dos aparelhos. Por último, essas práticas influem tanto nas orientações dos movimentos, adequando-as às posições do partido, quanto nas formas de luta que eles passam a adotar, amenizando-as, para não contrariar o governo, cujo interesse é manter a paz social (VERRI, 2008, p. 40).

Hoje, o processo de organização dos movimentos sociais que lutam por moradia é de absoluta fragmentação, tem-se pequenos movimentos em vários locais, em suma maioria, têm

pouca expressividade e atuam essencialmente na institucionalidade. Mas recentemente vêm surgindo movimentos de moradia que estão realizando ocupações urbanas, em terrenos e prédios abandonados, mas ainda são muito frágeis e incipientes. Sofrem uma dura repressão do Estado que possui uma orientação muito clara quando se fala de ocupação de terras - tanto urbana quanto rural respondem rapidamente com a violência dos aparatos burocráticos do Estado, além de toda a criminalização implementada pelos meios de comunicação.

É fundamental resgatar o processo histórico em que a classe trabalhadora se forma e se compreende enquanto classe no Brasil. Através da formação social brasileira podemos perceber como a urbanização e a industrialização influenciaram na formação das cidades e como esses elementos são centrais para compreendermos a formação dos trabalhadores como sujeitos políticos. Os trabalhadores tiveram seus direitos negados, não se formando como sujeitos de direitos, o que torna muito mais complicado os trabalhadores desenvolverem ações políticas em defesa de direitos. O Estado sempre respondeu através da coerção, situação que imprimiu na história das lutas populares em nosso país marcas de intolerância da burguesia sobre qualquer processo organizativo da classe trabalhadora.

Deve-se resgatar a potencialidade dos movimentos sociais, como sujeitos que podem ser determinantes em um processo de lutas sociais, quando se pensa na quantidade de trabalhadores que não estão organizados nos movimentos clássicos se torna ainda mais relevante a existência dos novos movimentos populares no Brasil. Estes inseridos nas periferias urbanas tem uma grande capacidade de aglutinar força social. Assim deixar de enxergar a importância dos novos movimentos sociais, que são organizados essencialmente no espaço urbano e o trabalho de formação desses movimentos, contribui para não compreender os processos organizativos que acumulam para uma estratégia de transformação social.

Através desse quadro histórico da formação dos movimentos sociais no Brasil e o processo de urbanização e industrialização, podemos pensar as diferentes formações urbanas e compreender o desenvolvimento da luta por moradia. O próximo capítulo situa o debate a partir da realidade que foi analisada, a partir da referência de uma cidade média que possui determinantes específicos, garantindo características que devemos compreender melhor para discutir sobre a luta por moradia, no município de Juiz de Fora- MG, mais especificamente em uma determinada ocupação urbana.

### **CAPÍTULO 3 - CIDADES MÉDIAS E A SITUAÇÃO DE JUIZ DE FORA**

O presente capítulo discute e aprofunda a análise sobre a formação das cidades médias no Brasil, sua importância e suas funções na atual estrutura urbana brasileira, sendo essa a categoria central para compreender o caso específico de Juiz de Fora que é uma cidade média que exerce influência em todo o entorno da região da Zona da Mata de Minas Gerais e na conjuntura do estado como um todo. Através da análise dos fenômenos que vêm ocorrendo na atualidade nas cidades médias, pode-se entender como vem se materializando a luta por moradia no município e o porquê da centralidade dessa luta na atual conjuntura.

Dentro dessa realidade econômica e política de Juiz de Fora, será apresentado o histórico do processo de criação de políticas públicas voltadas para atender a demanda por moradia popular, descrevendo quais foram os programas desenvolvidos tanto em nível nacional como municipal. Serão apresentados dados que mostram o alto grau de deficiência do município quando se refere a políticas sociais voltadas para a construção de habitações, apesar de contar com uma considerável rede de infraestrutura. E quais os caminhos que a atual prefeitura de Juiz de Fora vem desenvolvendo ou não desenvolvendo para minimizar o déficit habitacional do município.

Com essa análise, das políticas sociais voltadas para moradia e a conjuntura municipal, será possível compreender o desenvolvimento dos movimentos sociais de luta por moradia no município. Para concluir vamos apresentar o histórico da luta por moradia no município, a partir essencialmente dos depoimentos de militantes dos movimentos sociais presentes na cidade, dando ênfase como estes organizam os moradores das áreas de ocupação e qual a proposta desses movimentos para os trabalhadores que residem nessas áreas.

#### **3.1. AS CIDADES MÉDIAS E SUA FORMAÇÃO**

É importante pensar o espaço para entender as relações dialéticas entre o social e o material, com variações e singularidades o espaço e tempo. “Utilizando o conceito das formações socioespaciais, consegue evidenciar como as formas geográficas são capazes de difundir o capital e modificar as estruturas sociais, enquanto elementos importantes no processo de diferenciação espacial” (SILVA, 2006: 72).

Nas cidades, a circulação do capital encontra sua forma excelente de se produzir e reproduzir e para tal tem a capacidade de destruir e reconstruir novas paisagens a partir da

lógica e dos valores capitalistas. O território é determinado pelo capital, a especulação imobiliária é uma das formas que o capital financeiro encontra para acelerar o processo de acumulação, se utilizando do território para esse processo acelerado. São inúmeras as estratégias encontradas pelo capital para se tornar cada vez mais hegemônico, as cidades dentro da economia globalizada passam a ser vistas como grandes empresas que incorporam processos de divisão de trabalho e diversificações de funções e de estilo de vida e valores. Uma das características dos países subdesenvolvidos é a organização da economia voltada para atender aos interesses dos países dominantes e às necessidades do mercado globalizado, assim o domínio do território pela elite brasileira, aliada aos interesses do grande capital internacional são marcas do processo de formação brasileiro.

Com cada processo de modernização o espaço se reorganiza e se reconfigura, abre novas frentes, novas zonas. Espaços antes considerados neutros passam a ser resignificados e integrados ao processo de desenvolvimento, sendo essas chaves para pensar a teoria espacial.

Milton Santos (1979), afirma que lugares que passam por grandes alterações, adaptações principalmente em suas atividades tradicionais, transformam as relações sociais construídas nas cidades e quem sofre os maiores impactos é a classe trabalhadora. Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um *continuum* no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão.

A disputa do poder se materializa através do conflito no território ao produzir espaços sociais desiguais - sendo essa uma necessidade dentro da lógica do Capital - os diversos agentes surgem, entram em conflito, que também está expresso no território. Uma das formas de resolver as tensões sociais é através do domínio do espaço concreto por agentes hegemônicos. Os espaços são construídos de acordo com seus interesses, as relações econômicas são priorizadas em detrimento da organização de território que atenda as necessidades dos sujeitos.

No sistema capitalista, todo o excedente tende a tomar a forma de lucro, sendo o processo de acumulação um dos elementos centrais na estrutura capitalista. O conflito territorial emerge a partir da diferenciação da produtividade nos diversos espaços. “Os lugares se distinguiram pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral) (SANTOS, 2001: 77)”.

De acordo com Santos e Silveira (2001), a partir do processo de globalização, o

mercado passa a ter novas exigências necessitando ampliar suas estruturas de engenharia. Para o capital se reestruturar de forma hegemônica é essencial a presença da tecnologia e da ciência, por isso foi preciso esse novo meio geográfico para a sua realização. A inserção do Brasil no processo de globalização, sobretudo a partir do final da década de 1960, é marcada por essa conjuntura, o espaço é construído para atender as necessidades de circulação, dentro dessa nova divisão internacional do trabalho que não se altera em sua essência, apenas é melhor lapidada para esse novo momento do desenvolvimento das forças produtivas.

O processo de produção é marcado pela divisibilidade espacial. As instâncias produtivas são cada vez mais segregadas na aparência, apesar de serem interligadas em sua essência. A especialização produtiva, a divisão territorial do trabalho e a dissociação geográfica da produção e do consumo são elementos que expressam essa divisibilidade. Podemos considerar que as diversas fases do processo de produção se interligam através da circulação, já o processo de acumulação possui diferentes esferas que são indissociáveis.

Santos (1985) utiliza de categorias como fixos que podem ser entendidos como a base material para garantir a fluidez. Os círculos espaciais são definidos pelos fluxos da matéria e os círculos de cooperação no espaço são definidos pelos fluxos imateriais como o capital. De acordo com a análise de Santos, são os fixos e fluxos que garantem as condições para a realização do capital e a regulação do processo produtivo. Dentro desse processo sempre há as empresas que são privilegiadas por estarem no comando, imprimindo seu próprio ritmo e dominando o processo. A leitura sobre a realidade a partir da compreensão dos círculos de produção contribui para perceber como o trabalho se organiza de forma coletiva, solidária e circular, “existem articulações entre produção local e consumo mundial, entre produção e consumo local, financiados por investimentos externos, entre produção e consumos mundiais dentre outros. Existem circuitos extremadamente dispersos, e outros altamente concentrados espacialmente (ARROYO, 2006: 80)”.

Quanto mais se desenvolvem fixos produtivos mais necessidade tem-se de desenvolver fluxos para a circulação, assim demandando mais fixos para orientar o próprio processo de movimentação de capitais nos espaços urbanos. Portanto, é a análise, através do movimento dialético que garante a compreensão de toda a construção da estrutura e da modernização das cidades. Uma das características da atual conjuntura é a constante necessidade de ampliar as condições de circulação, dos produtos, das mercadorias, das informações e dos homens.

Os países diferenciam-se em função das possibilidades abertas a essa fluidez, relação dos fixos com os fluxos. Na medida em que os fluxos se multiplicam, aumentam as possibilidades de circulação, assim incidindo na produção que se vê obrigada a se modernizar,



“os circuitos e os círculos estendem-se, alargam a dimensão dos contextos, organizam uma trama de relações além das fronteiras nacionais. Esse processo, por sua vez, impõe a procura de maior fluidez e porosidade territorial (ARROYO, 2006: 81)”.

Pretendem, assim, suprimir todo obstáculo à livre circulação das mercadorias, das informações e do dinheiro a partir de uma base material (de ordem técnica: portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias, armazenagens etc.) que sirva para viabilizar e acelerar os fluxos e de uma base normativa (de ordem política: impostos, medidas, regulamentos, protocolos, acordos, leis etc.) que sirva para regular as novas condições (ARROYO, 2006: 81).

Santos (1985) também trabalha com as categorias espaços luminosos e espaços opacos, o primeiro se refere à aqueles que possuem uma grande densidade técnica e informacional, assim potencializando as atividades com maior conteúdo em tecnologia, organização e capital. O segundo refere-se aos espaços que estão organizados de forma inversa, com baixa concentração de tecnologias, de técnicas e de condições para produção, entre ambos existe uma gama de situações: os espaços luminosos então seriam os espaços de maior interesse do capital, devido às condições de produção e reprodução serem maiores, estando mais inseridos dentro da lógica capitalista. Os espaços opacos podem ser considerados subespaços por terem as suas potencialidades mais limitadas.

A condição do Brasil de país dependente e subordinado tem como marca a grande “liberdade” para o comércio externo, mantendo grandes dívidas com os organismos financeiros internacionais, sempre necessitando de empréstimos e créditos, assim mantendo uma dependência econômica. O Estado brasileiro também foi um dos responsáveis de dotar partes do país de estruturas para ampliar a circulação, assim criando espaços luminosos, de forma determinada, atendendo aos interesses dos grandes empresários e das empresas que hegemonizam a economia, mas mantém grande parte de seu território marcado por espaços opacos, espaços abandonados pelo Estado, que não garante as mínimas condições da classe trabalhadora se reproduzir, sendo espaços de pouco interesse do capital.

Dentro da estrutura territorial construída nos grandes centros urbanos, são formados espaços de excelência para a reprodução do capital, são locais que concentram uma grande capacidade de circulação da produção e do consumo. Com o desenvolver das grandes cidades e a promessa por melhores condições de vida, os grandes aglomerados tornaram-se lugares que acabam atraindo uma grande quantidade de pessoas que vão em busca de trabalho. As grandes cidades acabam por receber uma grande quantidade de trabalhadores empobrecidos, que não conseguem ingressar no mercado formal. Com dificuldade no mercado informal, os

trabalhadores acabam aceitando os piores empregos e sujeitando-se a subempregos, situação que aumenta vertiginosamente a desigualdade social e a territorialização da pobreza.

As cidades continuam concentrando riqueza mantendo características de uma grande centralização de equipamentos sociais são geradas condições positivas para o livre desenvolvimento do capital, mas perde-se em qualidade de vida, devido ao aumento da criminalidade, da dificuldade de circulação e da quantidade reduzida de uma rede de fluxos e fixos que correspondam as necessidades das grandes metrópoles.

Com as transformações alavancadas no processo de globalização, os grandes centros assumem um papel de destaque dentro da urbanização brasileira. Apesar desse processo de polarização ocorrer centrado nos grandes aglomerados urbanos, a urbanização atinge um território superior ao esperado, coloca em evidência também as cidades médias, principalmente a partir de 1990.

Dessa forma, a grande novidade são as cidades médias que devido ao ritmo de crescimento, estão tornando-se lugares de grande concentração de trabalho intelectual e de desenvolvimento de técnicas, garantindo, por sua vez o desenvolvimento econômico de suas regiões. De acordo com Santos (1993) e Santos e Silveira (2001), as cidades médias estão se configurando como grandes receptoras de indivíduos que podemos considerar que compõem as classes médias. Estes estão na busca por uma melhor qualidade de vida, por locais de menor índice de criminalidade, mas que tenham acesso aos centros de consumo com facilidade.

As atividades produtivas passam a demandar uma crescente quantidade de trabalho intelectual, promovendo uma especialização do território e uma intensificação da divisão do trabalho, assim o processo de urbanização vai se regionalizando e chegando a lugares que possuíam índices de urbanização relativamente pequenos. Nesse contexto, o número de cidade com mais de 100.000 habitantes se multiplica rapidamente, como pode ser destacado o caso de Minas Gerais “O surgimento desses centros urbanos no sul e no oeste mineiros, por exemplo, se explica pelo rápido aumento do consumo produtivo das atividades agrícolas, decorrente da modernização da produção do campo. (GARCIA e NOGUEIRA, 2005: 14)”. O aumento desses centros urbanos é uma forma de apresentar resposta a demanda por inovação tecnológica ocorrida nessas regiões, além da demanda por um setor financeiro para administrar o grande fluxo de capital movimentado nas recentes atividades desenvolvidas.

São muitas as definições em relação aos elementos que caracterizam as cidades médias, o conceito fundamentalmente se refere à posição que as cidades médias ocupam na hierarquia da rede urbana e nas suas regiões, o papel que desempenha no circuito econômico

regional e a complexidade funcional adquirida pela cidade. De forma minimalista utilizam como critério apenas o contingente demográfico para caracterizarem as cidades médias sendo as cidades que possuem de 50.000, ou 100.000, e 500.000. O tamanho não pode ser a característica ulterior das cidades médias, mas antes ser mais um dos critérios para delimitar uma faixa de investigação.

Milton Santos (1985) utiliza do termo cidades intermediárias também para referir-se a cidades médias, considerando o papel econômico e social que essas cidades vem cumprindo. As cidades médias/ intermediárias normalmente são definidas por seu porte populacional, ou por características funcionais, ou ainda por cumprirem o papel de ser um elo de ligação entre os centros locais e os centros globais.

A categoria cidades médias se apresenta como uma problemática no âmbito da geografia urbana, constitui-se como sendo articuladora entre as grandes metrópoles e as cidades menores, localizadas em áreas de influência, são caracterizadas por patamares como: tamanho populacional, potencial econômico e qualidade de vida. As cidades médias não podem ser classificadas apenas pelo porte populacional, tendo relação com às funções que desenvolve principalmente com o papel que cumpre na rede urbana regional, nacional e internacional.

As cidades “intermediárias” caracterizam-se por oferecer: sistemas mais equilibrados e estáveis em seu território; maior facilidade de gestão e exercício da cidadania; maior identidade da população com a cidade, facilitada pela escala do assentamento; menores problemas ambientais; menores conflitos e custos sociais; e por outro lado, menor diversidade social cultural; menor poder de competitividade econômica e maior dificuldade de acesso aos fluxos de informação e capital (SANTOS, 1985: 248).

Apesar de todo esse desenvolvimento das cidades médias, o processo estabelecido dentro da rede urbana mantém a centralidade do poder nas grandes cidades. A tomada das decisões permanece nas grandes metrópoles e as cidades médias têm o papel de atuar como espaço de transmissão e de comunicação com as regiões. Dessa forma, a dominação burguesa se materializa no território, a ligação entre os diversos espaços contribui para a formação de uma massa urbana, cada região com inserções específicas, sendo necessário análise de cada caso de forma aprofundada.

Cidades como Juiz de Fora, Uberlândia, Governador Valadares, Ipatinga, ou, Montes Claros caracterizam-se por serem pólos regionais no comando de suas respectivas regiões em torno, estabelecendo uma vida de relações próprias. São os *centros* de suas regiões, os pontos da rede que estabelecem

o contato entre o mundo rural, sobretudo, e o restante dos outros centros urbanos. (GARCIA e NOGUEIRA, 2005: 3).

As cidades médias hoje cumprem funções centrais dentro do tecido urbano, realizando a ligação das cidades do interior com os demais centros urbanos, muitas pessoas hoje são atraídas para as cidades acreditando que a “qualidade de vida” nesses locais será melhor, mas essa não é a realidade colocada para a maioria da classe trabalhadora que busca trabalho nesses locais. Apesar de não estarem com um nível de desigualdade tão acentuado como os grandes centros urbanos, mantêm um relativo índice de desenvolvimento humano, sendo muito mais difícil a percepção das contradições presentes.

### 3.2 - A SITUAÇÃO DA POLÍTICA DE MORADIA EM JUIZ DE FORA

A história da luta por moradia é conhecida pela constante captura de recursos pelas classes médias e agentes privados, ao invés de atender, na escala necessária, aos trabalhadores que mais precisam. Embora essa tendência deva novamente prevalecer, há que se considerar o interesse político e eleitoral dos governos em atingir a base da pirâmide.

De um lado, os governos que querem que o subsídio favoreça o deslocamento do mercado imobiliário para faixas de baixa renda, em que obtêm maiores dividendos políticos, de outro o mercado quer aproveitar o pacote para subsidiar a produção para classe média e média-baixa, as quais obtêm maiores ganhos econômicos. Em ambos os casos, o mercado depende do governo para expandir a oferta e não do sistema privado de crédito, como nos países centrais. Ou seja, é um mercado que não possui uma estrutura capitalista clássica por acabar sendo alimentado pelos fundos públicos.

A história da luta por habitação e pelo reconhecimento da pauta pelo Estado como sua responsabilidade é recente, pelo menos até o período do governo Cardoso (1994-2002), no qual ocorreu uma lenta e desigual retomada de investimentos em diferentes programas. Com o colapso do Banco Nacional de Habitação (BNH) ainda nos anos 80, em conjunto com à crise econômica na mesma década, houve uma profunda redução de crédito e uma situação de dificuldades para todo o setor, incluída aqui a incapacidade do setor público atuar em qualquer das esferas de governo. O antigo modelo centralizado, no endividamento dos níveis de governo estadual e municipal e a própria estagnação econômica impossibilitaram programas alternativos de fôlego.

O governo de Fernando Henrique Cardoso retomou ações importantes com relação à

habitação. Dados os resultados, é difícil imaginar a remontagem de um “sistema nacional”, ainda que possam ser estabelecidas diretrizes gerais. É desse período a “Carta de Crédito”, o “Promoradia” (suspensão em 1998), o Plano de Arrendamento Residencial (PAR), notadamente com recursos do FGTS e (bastante menos) recursos fiscais.

Entretanto, as restrições aos tomadores de empréstimo (dificuldades de obtenção do crédito), as restrições macroeconômicas e a consequente dificuldade de financiamento para a baixa renda, levaram o governo de FHC a ações que não possibilitaram a aquisição de moradias. Foi um momento de grande impasse, em que os títulos de propriedade não são emitidos e assim preserva-se a situação de irregularização que a maioria das cidades vivencia. Cabe ressaltar, entretanto, que em 2001 foi aprovado o Estatuto da Cidade, que permitia alternativas de regulação do espaço público para as Prefeituras, requerendo para isto a formulação de um Plano Diretor que incorporasse os novos instrumentos e uma gestão da política urbana que garantisse sua implementação.

Pode-se destacar como um importante marco regulatório o Estatuto das cidades, ele permite a adoção de instrumentos de regulamentação do solo específicos e a promoção de iniciativas que possam gerar maior potencial de investimento em nível municipal, além da aberta preocupação com a ocupação “social” do espaço urbano e o interesse em mecanismos participativos.

O governo Lula herdou e ampliou iniciativas do período Cardoso, tendo como uma de suas prioridades estabelecer uma organicidade ao tema da habitação. Foi criado o Ministério das Cidades e seus programas, como o do Plano Nacional de Habitação (que foi utilizado como fonte de pesquisa para esse trabalho), novas regras de financiamento e a ideia de um “sistema nacional de habitação”. Municípios e Estados passaram a ser cobrados com relação à criação de órgãos para o desenvolvimento urbano e fundos de habitação receptores de recursos federais. Ampliou-se o uso do FGTS, foi estabelecido um conjunto de recursos fiscais a serem utilizados como subsídio à baixa renda; por outro lado, o caráter bancário do financiamento foi estimulado, ampliando o crédito pela via dos bancos privados e da própria Caixa Econômica Federal.

De acordo com o Plano Nacional de Habitação, “O montante de recursos foi construído em torno do tripé FGTS, Fundo Nacional de Habitação (FNH) e bancos”. Em 2005, fica estabelecido o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, com a finalidade de prover financiamento as menores faixas de renda. Ao mesmo tempo, aumenta-se a parcela de desconto do FGTS para financiamento.

A obtenção desses recursos por parte dos municípios envolve a produção de Planos

Habitacionais neste nível. Caberá aos municípios detalharem estratégias de ação e intervenção sobre a questão, formulando um diagnóstico e metas. Faz parte da estratégia geral a inclusão de Conselhos de Habitação como ferramentas auxiliares de gestão local e estruturadora da participação da sociedade.

As dificuldades do sistema como um todo, podem ser destacadas em quatro pontos. Em primeiro lugar, restrições macroeconômicas, as mesmas advindas da gestão Cardoso devido à política prioritária do governo federal, que garantia cortes de investimento na área social, em privilégio da garantia e manutenção da política internacional afinada com FMI e o Banco Mundial. Em segundo lugar, o acesso ao crédito pelas populações de renda muito baixa (menos de 3 salários mínimos), os programas não garantiam a inserção da grande parcela da classe trabalhadora que estava inserida nos subempregos ou mesmo não tinham condições de assumir qualquer tipo de despesa.

A classe trabalhadora não tendo acesso a bens básicos para sua própria reprodução aliada a própria gestão da Caixa que funciona de forma independente da lógica institucional do Ministério das Cidades, não consegue fazer com que as políticas públicas cheguem a quem delas mais necessita. E, por último, mas não menos importante, os desdobramentos locais e as dificuldades dos governos municipais em implementar planos e estabelecer suas linhas de ação institucionais e de participação local, principalmente partindo de um modelo econômico implementado que não busca garantir moradia digna a classe trabalhadora.

A política nacional para a habitação, gerida pelo Ministério das Cidades, confere muita importância aos projetos em nível municipal, inclusive para o acesso aos recursos do FGTS e/ou fiscais. Enfim, o governo federal vem erguendo um edifício institucional relevante e hoje em funcionamento, mas com essa política nacional persistem dificuldades e limitações de financiamento, restrições macroeconômicas e as dificuldades do próprio FGTS (fortemente dependente do nível de emprego).

De outro lado, o governo depende do mercado para implementar uma política social de maior alcance, pois o sucateamento dos órgãos públicos, das secretarias de habitação e das COHABS (Cooperativas de Habitação) é cada vez mais evidente e intencional, na maioria das vezes por questões política, os governos e o próprio capital impedem uma ação dirigida predominantemente pelo Estado.

O perfil de atendimento previsto pelo pacote revela, porém, o enorme poder do setor imobiliário em dirigir os recursos para a faixa que mais lhe interessa. O déficit habitacional urbano de famílias entre três e dez salários mínimos corresponde a apenas 15,2% do total, mas receberá 60% das unidades e 53% do subsídio público. Essa faixa poderá ser atendida em

70% do seu déficit, satisfazendo o mercado imobiliário, que a considera mais lucrativa. Enquanto isso, 82,5% do déficit habitacional urbano concentra-se abaixo dos três salários mínimos, mas receberá apenas 35% das unidades do pacote, o que corresponde a 8% do total do déficit para esta faixa.

No caso do déficit rural, a porcentagem é pífia, 3% do total. Tais dados evidenciam que o atendimento aos que mais necessitam se restringe, sobretudo, ao marketing e à mobilização do imaginário popular. No Plano Nacional de Habitação, o governo pretende dialogar com setores que apresentam interesses antagônicos dentro de uma mesma proposta, de acordo com os dados apresentados, vale-se que até 2023 serão necessários 31 milhões de novos atendimentos habitacionais. Os motivos destacados para a falta de moradias são fatores como o intenso processo de urbanização, baixa renda das famílias, apropriação especulativas de terra urbanizada e inadequação das políticas de habitação.

Todos esses motivos garantem uma análise superficial sobre o problema, não chegando nas discussões centrais, como a manutenção da concentração de terras e a especulação imobiliária existente no espaço urbano. Dessa forma é necessária uma política que inclua propostas de regulamentação e urbanização de assentamentos que hoje tem uma infraestrutura precária. São incipientes as políticas voltadas para a parcela da população que mais precisa, as famílias de baixa renda são excluídas da maioria das políticas de habitação do governo.

De acordo com dados apresentados no PAC (Plano de Aceleração de Crescimento), desde janeiro de 2007 já existe uma quantidade de recursos destinados para o setor de infraestrutura social e urbana, sendo reforçada com o lançamento da segunda fase do programa PAC. Destaca-se o papel estratégico do setor habitacional e da construção civil, como forma de garantir que o Brasil mantenha-se mais distante da crise econômica mundial que vem se abatendo na economia de vários países de dita economia sólida.

O fomento da construção civil aquece o mercado interno, gerando empregos e construindo no imaginário social a ideia da inclusão social e de desenvolvimento. Por ser uma política muito mais voltada para atender aos interesses do mercado, garantindo os lucros da burguesia nacional, assim afastando os impactos da crise da economia nacional. A previsão preliminar do PAC, afirma que serão liberados R\$ 278 bilhões para produção e financiamento do programa Minha Casa, Minha Vida no período de 2011-2014.

O PlanHab (2006) propõe estratégias e ações relacionadas à política urbana e fundiária. No plano estão expressos três fatores básicos. a) capacidade de ampliação e disponibilização de terra urbanizada bem localizada para a provisão de habitação de interesse

social; b) estratégias de estímulo à cadeia produtiva da construção civil e; c) fomento ao desenvolvimento institucional dos agentes envolvidos no setor habitacional, especialmente os setores públicos, municipal e estadual. Esse plano apresenta várias propostas viáveis, mas devido a orientação do governo que parte de uma dependência do capital privado e de periferização da pobreza, faz com que seja duvidoso sua realização.

A proposta de urbanização do município organiza-se partindo de um modelo de urbanização baseado na expansão horizontal e na ampliação permanente das fronteiras, na subutilização da infraestrutura. De um lado, a cidade se expande, avançando sobre as áreas rurais e extrapolando os perímetros urbanos, definidos em lei municipal, são feitos acomodatamentos de forma arbitrárias referentes às áreas que já foram ocupadas.

De outro lado, os vazios urbanos e imóveis vagos permanecem ociosos por vários anos, favorecendo a especulação imobiliária, tornando-se uma realidade marcada pela territorialização da pobreza, na qual a política pública na maioria das vezes contribui para fortalecer essa lógica. Assim, provoca uma desintegração sócio-territorial entre os bairros e as áreas centrais da cidade, dificultando as ligações entre bairros e elevando os custos de implantação da infraestrutura urbana.

Historicamente, no Brasil, a intervenção do Estado na questão habitacional nunca foi capaz de garantir o direito universal à moradia, realizando sempre atendimentos parciais e fragmentados. Os programas que se caracterizaram, por privilegiar uma pequena parcela da demanda, deixa a maioria da classe trabalhadora sujeita a buscar soluções de moradia num mercado especulativo, ou a recorrer a soluções totalmente informais, frequentemente caracterizadas pela precariedade. Mesmo no período do BNH que foi um importante marco de referência na política habitacional, por ser a única de abrangência nacional implementada durante várias décadas. Quando os recursos para financiamento foram fartos e a produção conseguiu atingir uma dimensão massiva, não se logrou viabilizar formas para atender a maioria da população.

Com a extinção do BNH em 1986, perdeu-se uma estrutura de caráter nacional e no período da redemocratização, ocorreu um esvaziamento da política federal. Até a criação do Ministério das Cidades, em 2003, o setor do Governo Federal responsável pela gestão da política habitacional caracterizou-se pela descontinuidade e ausência de estratégias nacionais para enfrentar o problema, que de certo modo, foi encarado de forma fragmentada por municípios e estados. Como já mencionado, uma parcela significativa da população urbana acabou “resolvendo” o problema através de processos informais, adquirindo lotes clandestinos, precariamente urbanizados, num mercado de terra especulativo ou ocupando



terras em assentamentos precários e auto-construindo suas moradias com materiais adquiridos a juros exorbitantes.

Dado o esgotamento da política habitacional implantada pelo BNH, que deixou de atender parcelas significativas da população por contar com os recursos expressivos originados na captação de poupança voluntária e compulsória, intensificou-se a necessidade de uma intervenção governamental com recursos oriundos de outras fontes. Vários municípios e estados, além da própria União, para fazer frente à situação, lançaram programas habitacionais financiados com fontes alternativas – em particular com recursos orçamentários – que, até então, eram pouco utilizados na provisão habitacional.

No âmbito federal, com recursos do FGTS, foram incluídos novos programas que, ao menos em sua concepção, deixavam de privilegiar unicamente o financiamento à produção. Dentre os programas criados no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso que tiveram continuidade (com adaptações) no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, inclui-se a criação de programas de financiamento voltados ao beneficiário finais (Carta de Crédito, Individual e Associativa), também já referidos anteriormente, que passaram a absorver a maior parte dos recursos do FGTS.

Dentre as modalidades de utilização da Carta de Crédito, destacaram-se o financiamento de material de construção e aquisição de imóveis usados, além da Carta de Crédito Associativa, que se tornou uma espécie de válvula de escape para o setor privado captar recursos do FGTS, para a produção de moradias prontas. Além destes, criou-se um programa voltado para o poder público, focado na urbanização de áreas precárias (Pró-Moradia), que foi paralisado em 1998, quando se contingenciou o financiamento para o setor público, ainda é um programa voltado para o setor privado (Apoio à Produção), que teve, ao longo do período, um desempenho pífio.

Em 1999, foi criado o inovador Programa de Arrendamento Residencial (PAR), voltado à produção de novas unidades para arrendamento, que utilizava uma variedade de recursos formados principalmente pelo FGTS, além de recursos de origem fiscal. No entanto, a implementação desses programas não significou interferir positivamente no combate ao déficit habitacional, em particular nos segmentos de baixa renda.

De maneira geral, pode-se dizer que se manteve, ou mesmo acentuou-se uma característica adicional das políticas habitacionais no Brasil. O atendimento privilegiado para as camadas de renda média em detrimento a uma política que garanta condições de moradia para grande parcela da classe trabalhadora, parcela essa a que o foi historicamente negado esse direito. O quadro de inobservância das efetivas necessidades habitacionais completa-se

com as restrições de ordem macroeconômica que limitaram o financiamento ao setor público, em particular ao Pró-Moradia.

O pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida, lançado em abril de 2009, com a meta de construção de um milhão de moradias, tem sido apresentado como uma das principais ações do governo Lula em reação à crise econômica internacional – ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção – e também como uma política social em grande escala.

O volume de subsídios que mobiliza é de R\$ 34 bilhões, o equivalente a três anos de Bolsa Família, para atender a população com renda familiar de zero a 10 salários mínimos. Por isso, o governo Lula tem destacado que o investimento, apesar de focado na geração de empregos e no efeito econômico anticíclico, tem um perfil distributivista, mas que também não tem a pretensão de resolver os problemas referentes a falta de habitação.

O Programa Minha Casa, Minha Vida objetiva construir dois milhões de unidades habitacionais. Cabe-nos tecer algumas críticas: Tal programa prevê subsídio total para as famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos, que corresponde a 90% do número de famílias que precisam dessas casas, isso mostra que o programa não atenderá a esse número, pois somente metade das casas estão previstas para essa grande parcela. Já as famílias com renda entre 6 e 10 salários mínimos (2,4% do déficit) serão beneficiadas com 25% das unidades habitacionais, isso mostra que o programa destinará uma boa parcela de casas para aqueles que recebem acima de 3 mil reais. Nisso o programa se mostra desproporcional já no desenho original.

O objetivo declarado do governo federal é dirigir o setor imobiliário para atender à demanda habitacional de baixa renda, que o mercado por si só não alcança, sendo esse o discurso do governo federal. Ou seja, é fazer o mercado habitacional, restrito no Brasil a uma parcela minoritária da população, finalmente incorporar setores que até então não tiveram como adquirir a mercadoria moradia de modo regular e formal.

Nos termos dos programas governamentais as “classes C e D” foram descobertas como “mercado” por quase todas as empresas nos últimos anos, mas ainda há limites concretos para o acesso a esse bem essencial a classe trabalhadora. Numa sociedade extremamente desigual e de baixos salários, para a expansão do acesso a mercadorias caras e complexas como a moradia é necessário muito mais vontade política e a priorização dos interesses da classe trabalhadora. Com o pacote habitacional e o novo padrão de financiamento, pretende-se avançar e ampliar as possibilidades de construção de moradias, alargados por meio do apoio decisivo dos fundos públicos e semi públicos, de modo que a

imensa demanda por moradia começa a ser regularmente atendida.

Para os mais pobres, o subsídio é alto (entre 60% a 90% do valor do imóvel) e o despejo é a política no caso de inadimplência. Com todas as limitações do programa pode-se considerar um avanço, apesar de não garantir moradia digna para a maioria da população que mais precisa. A lógica do programa é construir grandes conjuntos habitacionais, sem a preocupação de uma estrutura de equipamentos sociais que garanta uma infraestrutura adequada, as próprias moradias construídas seguem um padrão que não levam em conta o perfil dessas famílias, sendo em grande maioria construções de baixa qualidade. Também é comum que desde o início sejam construídas distantes dos centros e sem uma estrutura urbana adequada, territorializando essa parcela da população, de forma a minimizar as possibilidades de circulação dos pobres nos espaços urbanos.

Para os demais, que entram em financiamentos convencionais, mas também subsidiados, o governo estabeleceu um “fundo garantidor” para cobrir prestações em atraso e preservar o sistema. O índice de inadimplência é alto, considerando as limitações que a maioria dos trabalhadores tem para se comprometer com prestações de longos anos. O pacote consiste em uma política altamente seletiva e excludente.

Para as construtoras, a promessa é que “haverá para todos, grandes e pequenos”, como se manifestou um empresário da construção recentemente. Entretanto, para os sem-teto, o atendimento previsto é para apenas 14% da demanda habitacional reprimida. O déficit habitacional brasileiro é de ao menos 7,2 milhões de casas de acordo com os dados apresentados no plano nacional de habitação. Dos subsídios públicos disponibilizados, 97% dos recursos da união e do FGTS para a política habitacional são destinados à oferta e produção direta das construtoras privadas, enquanto apenas 3% é destinado a entidades sem fins lucrativos, cooperativas e movimentos sociais, fica claro a quem esse pacote serve essencialmente. O pacote não contempla a promoção estatal (projetos e licitações comandados por órgãos públicos), que deve seguir pleiteando recursos através das linhas existentes, com fundos menores, muito mais concorridos, e restrições de modalidades de acesso e de nível de endividamento.

Esse perfil de investimento já indica qual é o modelo claramente dominante e a aposta na iniciativa privada como agente motora do processo. A justificativa é a dificuldade do poder público (sobretudo municipal) na aplicação de recursos, forçando o governo federal a optar por uma produção diretamente de mercado. Desse modo, ao invés do governo federal atuar para reverter o quadro de entraves à gestão pública, acaba fortalecendo-a, assumindo a premissa de que a eficiência está mesmo do lado das empresas privadas.

A produção por construtoras, para a faixa de renda mais baixa, entre zero e três salários mínimos por família (até 1.394 reais), é por oferta privada ao poder público, com valores entre 41 e 52 mil reais por unidade. Dependendo do tipo de município e da modalidade de provisão (casas ou apartamentos). Uma produção “por oferta” significa que a construtora define o terreno e o projeto, aprova junto aos órgãos competentes e vende integralmente o que produzir para a Caixa Econômica Federal, sem gastos de incorporação imobiliária e comercialização, sem risco de inadimplência dos compradores ou vacância das unidades.

O acesso às unidades é definido a partir de listas cadastradas pelas prefeituras, nas faixas imediatamente superiores, de três a dez salários por família, ou de “mercado popular”, são previstas 600 mil unidades. Nesse caso a comercialização é feita diretamente pelas empresas e o interessado vai diretamente aos estandes de vendas ou aos cada vez mais concorridos “feirões da casa própria” patrocinados pela Caixa.

É dentro dessa lógica que a política municipal de habitação é construída em Juiz de Fora, quando se analisam os dados do município percebe-se que o plano municipal de habitação desenvolvido pelo conselho da habitação está diretamente na mesma lógica. Para compreender as dificuldades e os limites dos movimentos que lutam por moradia na cidade é fundamental compreender o processo histórico de desenvolvimento da cidade, é necessário refletir sobre a realidade de Juiz de Fora e principalmente os elementos que construíram a história do município, que é marcada pelo desenvolvimento industrial, guardando até os dias atuais resíduos desse período.

Durante um longo tempo, a cidade foi conhecida como a *Manchester Mineira*, após esse importante período de industrialização, a produção passa por grandes crises que fizeram com que essa realidade se alterasse. Como referência para compreender a realidade de Juiz de Fora, foi utilizado o Plano Estratégico de Juiz de Fora, o Plano Diretor e o Plano Municipal de Habitação de Juiz de Fora, os dados usados foram extraídos desses materiais.

De acordo com o plano estratégico o município passa por um momento de ingresso nos processos econômicos globalizados, por ter um considerável número de empresas internacionais e uma considerável produção industrial. Também pode ser constatado que o contingente populacional da cidade vem aumentando muito nos últimos anos, situação que contribui para a ampliação do espaço urbano. Uma expansão desordenada acarreta muitas das vezes a periferização da pobreza, agravando o problema habitacional de Juiz de Fora.

#### **Quadro 1 - Déficit Habitacional: Componentes e Estimativas – Juiz de Fora**

Componentes do Déficit →	Fundação João Pinheiro – Total de domicílios	Levanta-mento PMH/JF – Total de domicílios	Fundação João Pinheiro – 3 SM de renda familiar	Levanta-mento PMH/JF – 3 SM de renda familiar	Levanta-mento PMH/PJF – 3 SM renda familiar e <u>não próprios</u>
Déficit Habitacional Básico ↓	<b>10.169</b>	<b>10.525</b>	<b>7.590</b>	<b>6.199</b>	<b>4.701</b>
Coabitação	9.366	9.541	6.660	5.377	4.175
Domicílios rústicos	544	725	544 (2)	629	333
Domicílios improvisados	259	259	193	193	193
Déficit por incremento de estoque ↓	<b>ND</b>	<b>14.201</b>	<b>ND</b>	<b>9.971</b>	<b>8.769</b>
Coabitação	9.366	9.541	6.660	5.377	4.175
Domicílios improvisados	259	259	193	193	193
Ônus excessivo com aluguel (1)	ND	4.401	ND	4.401	4.401
Déficit por reposição de estoque ↓	<b>ND</b>	<b>11.977</b>	<b>ND</b>	<b>5.919</b>	<b>3.381</b>
Domicílios Rústicos	544	725	544	629	333
Depreciação (1)	ND	11.252	ND	5.290	3.048

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005; Pesquisa de Campo, Centro de Pesquisas Sociais/UFJF junho 2006.

1: Em função das características da base de dados do Censo 2000 IBGE, a Fundação João Pinheiro não trabalhou a categoria “ônus excessivo com aluguel” para os municípios. No caso da “depreciação” também não ocorreu o cálculo, “em função da dificuldade de obtenção de informações para os municípios” (FJP, 2005, p. 13).

2: O dado para “domicílios rústicos até 3 SM de renda familiar” não está disponível no *software* da Fundação João Pinheiro/Ministério das Cidades para Juiz de Fora. Para efeito de cálculo comparado, serão acrescidos todos os 544 domicílios rústicos encontrados no somatório até 3 SM, uma vez que o conceito para tais construções é muito mais provável nesta faixa que nas demais.

### **Quadro 2 - Déficit habitacional em Juiz de Fora – população EM GERAL até 4 SM de renda familiar RESIDINDO EM IMÓVEIS NÃO PRÓPRIOS**

	IMÓVEIS A CONSTRUIR				Ônus excessivo		Total déficit
	Coabitação	%	Improvisados	%		%	
até 1 SM	1135	21	79	41	1374	47	2588
1-2 SM	1892	35	97	50	1072	36	3060
2-3 SM	1892	35	17	9	412	14	2321
3-4 SM	504	9	0		82	3	587
Total	<b>5423</b>	100	<b>193</b>	100	<b>2940</b>	100	<b>8556</b>
	<b>IMÓVEIS A REFORMAR</b>						

	Rústicos	%	Depreciação	%		
até 1 SM	83	25	1318	22,35		1401
1-2 SM	167	50	1873	31,76		2039
2-3 SM	83	25	1873	31,76		1956
3-4 SM	0	0	832	14,12		832
Total	<b>333</b>	100	<b>5895</b>	100		<b>6228</b>

Fonte: Pesquisa amostral – Centro de Pesquisas Sociais /UFJF, junho de 2006.

**Categorias de ocupações do território urbano:**

(SDR\*) - Sem discriminação da renda familiar.

**Geral e Não proprietário:** resultados da pesquisa amostral aplicados ao conjunto da população da cidade.

**Não proprietário:** resultados da pesquisa amostral aplicados ao conjunto da população da cidade relativos a imóveis cedidos ou alugados.

**Inadequação em AEIS:** A inadequação aponta para a necessidade de complementação das condições da habitação e/ou da infraestrutura urbana.

**Coabitância:** Mais de uma família residindo em uma única unidade.

**Improvizado:** habitação em imóvel não destinado a este fim.

**Ônus excessivo com aluguel:** Famílias que comprometem mais de 30% de sua renda com aluguel.

**Irregularidade Fundiária:** Famílias sem título de propriedade dos imóveis que ocupam.

**Infraestrutura Incompleta:** Domicílios com carência nos serviços de água, esgoto, energia, ou pavimentação (qualquer um dos itens).

**Indicação de Remoção:** Habitações em situação de risco que necessitam ser construídas em outro local.

**Melhoria da habitação:** Imóveis que necessitam de algum tipo de reforma.

Os dados apresentados mostram um grande déficit habitacional, em linhas gerais são 10169 famílias que necessitam de moradia. Dentro desse total, podemos dividir também por renda, assim pode-se visualizar a parcela da população que é mais atingida pela falta de moradia, de 3 a 4 salários mínimos, encontram-se 587 famílias de acordo com os dados apresentados no plano municipal. Vemos que estes números triplicam quando analisamos a faixa de famílias que tem a renda entre 2 a 3 salários mínimos passa para 2321.

Os dados também apresentam diferentes modalidades que um programa de habitação deve atender, como coabitância que é a forma que uma grande parcela da população encontra como alternativa para sobreviver. As famílias vão se formando e não tendo onde morar vão dividindo o mesmo espaço, onde antes morava uma família, moram duas, três etc. São feitas obras de ampliação de forma totalmente irregular, mas sendo essa a única alternativa encontrada por uma grande parcela da classe trabalhadora. Dentro do plano de habitação existem categorias diferentes para pensar o problema da habitação, como móveis rústicos, improvisados e as áreas de especial interesse social.

Vem-se constatando um fenômeno urbano, no qual as cidades de porte médio passam por um grande processo de crescimento. Devido a concentrarem equipamentos sociais, culturais, e ainda preservar em certo nível de segurança que os grandes centros não oferecem mais. Na década de 1970, através da criação de um Programa para as Cidades de Porte Médio,

no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), manteve-se certo equilíbrio em relação ao desenvolvimento urbano e desenvolvimento social. Foi um período em que a elaboração das políticas sociais e os programas sociais visavam à difusão do processo de desenvolvimento, com base nos nós da rede urbana.

Indubitavelmente, a concentração de população em grandes áreas urbanas é marcante e tem se acentuado com os processos de internacionalização da economia, globalização e constituição de uma sociedade em rede, uma vez que esses centros constituem os principais nós das redes urbanas em níveis mundial e nacional (CASTELLS, 1996; SASSEN, 1991; VELTZ, 1996, apud BRANCO, 2006: 245).

Houve a preocupação do governo Federal em incluir algumas cidades médias no plano de desenvolvimento urbano, já prevendo a grande importância que estas têm dentro do processo de desenvolvimento econômico e social do país. Essas políticas, materializadas no II PND tinham como critérios de análise o tamanho populacional, dando uma centralidade a hierarquia urbana, tamanho econômico, características funcionais e a extensão física.

Com as alterações de ótica na política governamental nas décadas seguintes, ocorreu o privilegiamento do planejamento setorial, assim, uma descontinuidade na implantação e implementação de programas de planejamento territorial, em que a questão relacionada as cidades médias se insere. É de grande relevância compreender que o significado de cidades médias não está vinculado apenas à classificação por porte populacional ou territorial. O papel na rede urbana regional, nacional e internacional é central e as funções que são cumpridas pela cidade também devem ser analisadas utilizando diversas categorias para compreender a realidade.

Apesar das possibilidades presentes no Programa para as Cidades de Porte Médio serem reduzidas devido às diretrizes apresentadas pelo programa e a abrangência terem sido bem restringidas, o programa demonstrou uma preocupação do governo em relação as questões regionais. Em Minas Gerais, de 1975 a 1978 foram elaborados Planos de Desenvolvimento pela administração estadual que manifestavam uma preocupação referentes as cidades médias.

Andrade e Serra (2001) justificam que as cidades médias representavam uma alternativa espacial de crescimento por oferecerem uma complexa divisão do trabalho e uma infraestrutura produtiva considerável. Apesar das cidades chamadas milionárias continuarem concentrando o crescimento econômico nacional é necessário refletir sobre as novas tendências do sistema urbano.

Pode-se verificar que o aumento da importância das cidades médias e sua crescente participação na população urbana brasileira faz parte do mesmo processo que Santos (1993) denomina de desmetropolização, ou seja, enquanto as grandes cidades diminuem sua participação na população urbana, o contrário ocorre nas cidades médias. Entre 1950 e 1980 o índice de multiplicação de população urbana para as cidades milionárias foi de 3,11 (um acréscimo de mais de 2 milhões de habitantes) e aquele para as cidades entre 200 mil e 500 mil habitantes foi de 5,61 (SANTOS, 1993, p.122 e 123 apud GARCIA e NOGUEIRA, 2005: p. 2 e 3).

A cidade é uma totalidade dentro de outras duas totalidades – o mundo e a formação sócio espacial – sendo importante enxergá-la desta forma, independente do tamanho ou de sua localização. Compreende-la como o lugar da produção e reprodução da vida social, enfim, como o lugar da vida, abarcando o ser social em todas as dimensões da sua existência, além do trabalho e do consumo. A cidade permite, mais do que qualquer outro lugar, a coexistência dos diferentes, agregando uma multiplicidade de redes, de fluxos, de conexões e de projetos.

As análises do processo de urbanização recente do país, em geral, enfatizam a prevalência da metropolização e crescimento das grandes cidades. De acordo com os autores Amorim e Serra (2001, p.4), as cidades médias exercem funções características no sistema urbano que refletem diversos modos de produção, em suas diferentes fases deste sistema. Pode-se destacar funções consideradas como definidoras das cidades médias em pesquisas realizadas nas décadas anteriores, em decorrência do processo conhecido por *globalização*, “a de articuladoras privilegiadas nos ‘eixos ou corredores de desenvolvimento’, atuação que pode exercer nos sistemas de redes regionais ou nacionais de desenvolvimento” (AMORIM; SERRA, 2001, p. 28).

Tanto as pessoas dos grandes centros como as pessoas das cidades do interior vêm se deslocando para cidades de porte médio na busca de qualidade de vida. Quanto as pessoas de cidades pequenas buscam uma melhor infraestrutura, para acessar estruturas urbanas que não existem nas cidades de pequeno porte, como escolas, comércio dentre outros.

Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva a revolução demográfica dos anos 1950, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número – e da respectiva população – dos núcleos com mais de 20 mil habitantes e em seguida uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermediário. Para alcançarmos depois, o estágio de metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (cidades em torno de meio milhão de habitantes).



Existem três níveis de hierarquia urbana no país: um sistema metropolitano, um sistema de cidades médias e um sistema de cidades pequenas, já as metrópoles regionais passam a manter regularmente relações nacionais e mudam de qualidade.

Estamos face aos movimentos de ajuste do país, a uma nova divisão social e territorial do trabalho, que seleciona e transforma as funções metropolitanas ainda preservadas, impondo, simultaneamente, novas funções (e atributos) a cidades de diferentes tamanhos e, sobretudo, às cidades de porte médio inscritas nos processos de modernização – que, em grande parte, é transnacional – do campo. Trata-se da afirmação de formas de cooperação capitalista que se independizam de condicionantes do espaço herdado (SANTOS, 1996) e que estabelecem relações interurbanas capazes de construir metrópoles virtuais (RIBEIRO, 2006: 18).

O efeito do tamanho tem importante papel na divisão interurbana e também na divisão intraurbana do trabalho: quanto maiores e mais populosas as cidades, mais capazes são elas de abrigar uma extensa gama de atividades e de conter uma lista maior de profissões, estabelecimentos, desse modo, um tecido de inter-relações mais eficaz do ponto de vista econômico.

Essa importância crescente das cidades intermediárias ocorre também no Brasil, como se pode depreender da análise do crescimento da população urbana dos municípios, por categoria de tamanho populacional, no período 1970/2000, onde se verifica o aumento constante dessa categoria de centros tanto em número quanto em população. Essas mudanças nos convidam a fazer uma reflexão sobre as transformações no processo de urbanização no Brasil, sua configuração territorial, e especialmente sobre o papel das cidades médias e suas articulações no contexto regional, nacional e global. (SANTOS, 1985:245)

Sposito (2006) é uma das autoras que tem contribuído significativamente para o debate sobre as cidades médias, traz novas contribuições sobre a definição dessa categoria. Se utiliza de perspectivas geográficas, principalmente as que se referem ao consumo, é analisado o papel das cidades médias na divisão do trabalho e a função que desempenham e na garantia da relação dos centros de maior hierarquia, com as cidades de pequeno porte.

As cidades médias acabam por interligar-se com as cidades de pequeno porte através das novas necessidades da agricultura que hoje são cada vez mais científicas, globalizada, situação que intensifica as relações políticas, econômicas e sociais. As grandes empresas também passam por alterações que demandam mais equipamentos sociais e uma rede de fixos e fluxos cada vez mais complexa, possibilitando a circulação e a organização dos circuitos para atender a essa nova conjuntura que se instaura na década de 1990. “Quando um maior

número de circuitos produtivos e círculos de cooperação atravessam a cidade, mais ela precisa atender a suas redes técnicas – de transporte e de comunicação – para garantir uma circulação adequada às novas demandas (ARROYO, 2006: p. 82).”

Nos últimos três anos sua população cresceu em mais de 10%, tal crescimento é reflexo do novo fenômeno da migração nacional, visto que nas décadas anteriores a população que migrava em busca de melhores condições de vida rumava aos grandes centros urbanos. Porém, devido ao inchaço destes centros, as populações estão escolhendo as cidades de médio porte, como é o caso da cidade de Juiz de Fora como já afirmado anteriormente.

De acordo com Plano Habitacional de Juiz de Fora, que desenvolveu um aprofundado estudo sobre a infraestrutura do município, constatou-se que a cidade dispõe de uma infraestrutura de grande alcance e qualidade, apesar de haver locais precários. Desde os anos de 1970, a ampliação das redes existentes de energia, água, saneamento, limpeza, pavimentação e transporte público, ao lado do próprio crescimento mais recente da telefonia quase trouxeram a universalização de alguns serviços, em particular energia, água e limpeza urbana. O fato do grande volume de investimento público existente nos anos 1970 não ter se mantido nos anos seguintes, e uma preocupação continuada com a manutenção e ampliação das várias redes existentes, fez com que a cidade chega-se, ainda ao final dos anos 1990, com uma considerável malha de cobertura ao lado da oferta de espaços com reconhecida qualidade dos serviços, mas sempre havendo locais que se apresentam praticamente invisíveis para o poder público.

Em Juiz de Fora, já existem condições institucionais objetivas em funcionamento para acessar os recursos disponibilizados em nível nacional. O município possui Conselho Municipal de Habitação, Plano Diretor e em 2007 foi elaborado o Plano Municipal de Habitação, sendo estes instrumentos para pressionar a prefeitura para atuar na questão da moradia em Juiz de Fora. Foi criada a EMCASA em 1987, empresa responsável pela implementação e gestão da política habitacional do município, responsável por aplicar o recurso do Fundo Municipal disponível.

A EMCASA, em parceria com a prefeitura, é a responsável pela implementação dos projetos de regularização fundiária e construção de moradias populares. Em seu cadastro existem mais de 7 mil famílias, algumas delas aguardando há mais de 10 anos a efetivação dos projetos que nunca saíram do papel. Com a elaboração do Plano Municipal de Habitação, a cidade pode caminhar no sentido de atender às necessidades habitacionais de sua população. De acordo com o documento elaborado, se houvesse interesse político, a partir da proposta apresentada o município teria seus problemas habitacionais resolvidos ao longo de 14 anos.

Para analisar a política municipal, cabe destacar alguns horizontes legais e institucionais. A legislação brasileira já consagra o direito à cidade, ou melhor, à aceitação de uma função social para a cidade e sobre a propriedade. Essas garantias estão tanto na Constituição Federal, quanto no Estatuto da Cidade. Portanto, é relevante considerar que a resolução para a questão habitacional, e em particular a solução para habitação como interesse social direto, é uma meta a ser perseguida pela autoridade pública, os agentes públicos e a sociedade organizada. Definida uma linha geral para a política nacional de habitação, há que se considerar a necessidade de complementaridade entre as legislações federal, estadual e municipal para a consecução do atendimento relativo às demandas habitacionais.

Cabe recordar que a política habitacional não funciona isolada e não se basta em si. É uma política eminentemente social, inscrevendo-se no horizonte da intervenção pública objetivando a garantia do direito social à moradia e, por associação, diretamente relacionada a um direito historicamente negado a classe trabalhadora. Portanto, a questão que envolve o direito a cidade e a uma melhora na própria condição dos indivíduos e das famílias, notadamente da classe trabalhadora, com relação às suas condições reais (infraestrutura, oferta de áreas públicas coletivas no entorno) e as condições subjetivas (percepção de bem-estar e de acesso a bens nunca antes possíveis a classe trabalhadora).

Isto porque a política habitacional transcende a mera construção, ela precisa preocupar-se com o entorno, com equipamentos sociais coletivos, com o lazer e com o saneamento. Assim, indiretamente, conecta-se com a saúde preventiva, a organização das vias, a regularização fundiária e a toda a formação da estrutura socioeconômica da cidade.

O valor considerado para as estimativas do custo da regularização fundiária foi o estabelecido pelo Ministério das Cidades, para este fim nos Projetos de Regularização Fundiária Sustentável, que é de R\$200,00 por domicílio. Entretanto, conforme informação da EMCASA/PJF, a praticada em Juiz de Fora no período de 2003 a 2006, aponta um valor médio de R\$112,55 por unidade regularizada.

Desta forma, optou-se por considerar para efeito de cálculo do custo com regularização fundiária, o valor unitário de R\$156,27 que corresponde à média dos dois valores apresentados. O diagnóstico da situação habitacional de Juiz de Fora, com dados vindos do Cadastro Imobiliário de Juiz de Fora e a contagem realizada pelo CPS/UFJF em 2006, apontou uma estimativa de 40.586 lotes vagos na cidade. É importante destacar que esse estoque de lotes vagos encontra-se localizado em áreas infra-estruturadas, ou seja, urbanizadas, parceladas ou ainda não.

A existência de lotes vagos em regiões infra-estruturadas, é elemento que merece

destaque em Juiz de Fora referisse, há disponibilidade para melhor aproveitamento das áreas já urbanizadas do município. Isso significa que existe uma capacidade instalada e um investimento em urbanização que pode ser aproveitado de maneira mais intensiva para minizar déficit habitacional existente.

**Quadro 3 - Percentual dos recursos do Estado de Minas Gerais a serem aplicados no município de Juiz de Fora pelo FGTS:**

Variável	MG	Município de Juiz de Fora	% Município / Estado	Peso
Déficit habitacional em 2.000 (FJP)	443.352	10.169	2,29%	90
População urbana - 2.000	14.671.828	453.005	3,09%	10

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2004; Censo demográfico 2000, IBGE; CPS/UFJF, 2007.

**Quadro 4 - Previsão de aplicação dos recursos do FGTS para a população de baixa renda (em R\$ milhões):**

Ano	Orçamento anual do FGTS para habitação	% do FGTS destinado à população de até 3 SM	Valor anual do FGTS destinado à população de até 3 SM	% Destinado para o Est. De MG	Valor anual do FGTS destinado à pop até 3 SM Est de MG (A)	Valor do FGTS destinado à pop até 3 SM Juiz de Fora (2,07% de A)
2005	5.400,00	25%	1.350,00	8,66%	116,91	2,420
2006	6.273,00	25%	1.568,25	8,93%	140,04	2,899
2007	6.850,00	25%	1.712,50	9,19%	157,38	3,258

Fonte: Ministério das Cidades, Orçamento do FGTS; CPS/UFJF 2007

Historicamente pode-se evidenciar que a prefeitura de Juiz de Fora sempre priorizou investimentos em obras de infraestrutura física, antes que equipamentos públicos de alcance social, a educação e a saúde nunca foram prioridade dentro do processo de ampliação das redes. Os recursos, como mostra na tabela acima, também são bem reduzidos, sendo um problema de nível local, mas também estadual e nacional, o repasse de verbas públicas para atender a demanda não condiz com as necessidades apresentadas pela população. Não que o município estivessem em atraso profundo comparado a outras localidades, mas estava seguramente atrás da rede física, que garante a estrutura das cidades.

Os espaços com infraestrutura por serem espaços mais centrais, comumente não são pensados dentro do processo de desapropriação para atender a demanda por moradia no

município. Por serem espaços em que ocorre uma grande circulação de pessoas e com uma rede de fixos e fluxos considerável, tendem a ser lugares de alta especulação imobiliária, assim tornam-se espaço em que o capital exerce um grande domínio, situação que exclui qualquer possibilidade de uma ação estatal que contribuía para atender as necessidades dessas 10.169 famílias cadastradas nos programas habitacionais da prefeitura. A estrutura urbana cresceu vertiginosamente sem uma preparação e investimentos públicos adequados, o nível de investimento em infraestrutura não atendendo a esta expansão urbana desordenada contribui para a criação de espaços cada vez mais fragmentados. Até a geografia da cidade contribui para tão situação, em que não é possível identificar facilmente as grandes desigualdades sociais existentes no município, os vales contribuem para dificultar a visualização do território urbano, que é desenvolvido em áreas que demanda menos gastos públicos. O próprio processo de circulação construído parte da centralização dos equipamentos sociais, forçando o trânsito em espaços específicos.

A rede educacional do município recebeu nos anos 1970 um campus de uma universidade pública então regional e com características de formação técnica, enquanto a expansão da rede do ensino básico e médio ocorreu bem mais lentamente. Em relação a saúde, mesmo havendo hospitais reconhecidos como a Santa Casa, Juiz de Fora sempre dispôs de um número muito menor de atendimentos locais de cunho básico, um fato notório se consolidou e tem reflexos até os nossos dias: a ausência de leitos públicos em larga escala, sendo a grande maioria conveniada e, ainda hoje, a oferta de leitos em hospitais administrados pelo setor público naquilo que tange à maternidade é quase inexistente.

Parte desse fenômeno se explica pela prioridade conferida à rede física de energia, água e congêneres, que se justifica pelo jogo da política eleitoral que ocorre desde o processo de reabertura política no Brasil. Juiz de Fora tem sua história política marcada por um conservadorismo que sempre garantiu que uma mesma elite das famílias tradicionais da região permanesse à frente da direção política da cidade, foram poucos prefeitos que não estavam inseridos diretamente nessa lógica.

Com a Constituição de 1988, a sociedade brasileira vivencia um processo de efervescência política em que vários setores sociais estão organizados e buscando conquistas de direitos. Como exemplo, podemos destacar o amplo processo de luta dos diferentes profissionais que atuam no setor da saúde que se juntaram com organizações populares, a fim de garantir através de lei a universalização da saúde. Surge no primeiro momento o Sistema Único e Descentralizado de Saúde (SUDS), convertido ao início dos 1990 em Sistema Único de Saúde (SUS), na área da educação, também houveram conquistas, várias vinculações

orçamentárias conferidas à educação que garantiam mínimos investimentos nesse setor, um conjunto de medidas que são desenvolvidas na perspectiva de desenvolvimento de uma rede de proteção social.

Na área da assistência, tem-se a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), mais uma conquista da classe trabalhadora que passa a ter instrumentos jurídicos para lutar por políticas de assistência social. Nesta década, fruto dessa conquista cria-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que tem como proposta uma atuação regionalizada, que consiga abarcar regiões que antes não dispunham de nenhum tipo de política social. A rede de proteção social também ganhou instrumentos de ação para sua consolidação, ainda que muitos programas a ela associados estejam em pleno processo de desenvolvimento com destaque para o governo federal que tem como principal programa o Bolsa Família.

A pesquisa realizada no Plano Municipal de Habitação, afirma que as condições de infraestrutura de Juiz de Fora, de uma maneira geral, indicam que a oferta de serviços e condições básicas de habitabilidade pode não ser empecilho ao desenvolvimento de uma política habitacional preocupada em atender à demanda existente na cidade. Ao analisarem as condições de infraestrutura, de maneira geral, o plano de habitação afirma que “há um investimento feito na cidade, ao longo de sua história, o que permite um melhor aproveitamento das redes de água, esgoto, energia, transportes e de serviços com vistas à utilização de terras urbanizadas para fins habitacionais”.

O governo municipal não tem como prioridade uma política habitacional que trabalhe para atender as necessidades da classe trabalhadora, devido à moradia ser um bem que historicamente foi negado aos mesmos. O processo de desenvolvimento e crescimento das cidades ocorre de forma desordenada, restando para os trabalhadores as áreas mais impróprias e inadequadas. Considerando que as pessoas precisam encontrar um lugar para viver, os espaços que sobram normalmente são frutos de ocupações que foram realizadas de forma espontânea, mas também representam uma forma de resistência dessa parcela da população que vê suas possibilidades de integração social cada vez mais reduzida.

Juiz de Fora consolida-se como centro urbano intermediário, funcionando como Centro de médio porte, uma cidade média que possibilita um espaço de grande trânsito (comércio, exportação, serviços.), como polo regional na área de comércio e serviços, com destaque para as áreas de educação, saúde e cultura. A divisão territorial que é determinada pela divisão do trabalho de Juiz de Fora concentra indústrias na Zona Norte trazendo especificidades para região. Surgem novas centralidades, deslocando as atividades econômicas e de lazer do centro da cidade para a Zona Sul e cidade alta.

Pode-se verificar uma redução do número de empregos da indústria e maiores postos de trabalho nos setores de serviços, essa redução é marcada por uma grande queda na produção das indústrias têxteis dentre outras, que perdem sua capacidade de sobreviver no mercado que cada vez tem sua produção dominada por grandes empresas, processo desencadeado essencialmente pelo alto índice de importação quando comparado as exportações. O custo de vida vem ficando cada vez mais alto e as ações do poder público não vêm garantindo uma infraestrutura de qualidade, investindo pouco na área social. Hoje, Juiz de Fora conta com 93,5 km<sup>2</sup> de sua superfície ocupada pela mancha urbana, em algumas regiões mais densas, em outras com um índice baixo de urbanização conservando em seu entorno características rurais. Para compreender melhor essa situação da superfície realmente urbanizada da cidade.

Adotou-se como indicador deste mínimo de condições o índice de saneamento básico usado para fins de cálculo dos índices de qualidade de vida das Regiões Urbanas, em 1996, de acordo com uma metodologia recomendada pela ONU. De acordo com esta indicação apenas 4 dos bairros da cidade alcançam o índice 1,000 no quesito em pauta (Vale do Ipê, Alto dos Passos, Boa Vista e São Dimas), havendo 21 outros cuja pontuação é superior a 0,990, outros tantos entre 0,900 e 0,990 e 10 que estão entre 0,850 e 0,950. As 25 áreas restantes estão abaixo de 0,850, e os menores índices foram obtidos na RU Represa com 0,094 e em outras “áreas não identificadas”, cujo índice é apenas 0,083( Plano Estratégico de Juiz de Fora, 2007)

Desta forma, pode-se analisar melhor a real área urbanizada de Juiz de Fora, comparando à mancha urbana com a área urbana legal. De acordo com este raciocínio, a área realmente urbanizada de Juiz de Fora corresponde a 72 km<sup>2</sup>, coincidentemente 77% da mancha urbana, proporção idêntica a da área urbana legal não ocupada pela mancha urbana. Isto indica que, na verdade, apenas 17,7% da área urbana legal, que é realmente urbanizada. As ações em andamento, das iniciativas pública e privada, não são suficientes para reverterem a tendência de crescimento do déficit habitacional, dos loteamentos irregulares, da progressiva informalidade das novas construções e da habitação sub-normal, incluindo habitação em áreas de risco.

O poder público busca construir moradias populares, mas em áreas com dificuldade de implantação de infraestrutura e equipamentos, e ainda distantes dos locais de trabalho e/ou geração de renda, devido à ausência de uma política global de habitação. Também vem iniciando programas de urbanização de favelas e de áreas de habitação precária, mas ainda de forma muito incipientes. A inexistência de uma política de regularização das moradias sub-normais contribui para o agravamento da situação habitacional de Juiz de Fora.

A situação habitacional engloba vários casos e para delimitar melhor essas áreas o plano de habitacional de Juiz de Fora utiliza da nomenclatura áreas de especial interesse social (AEIS) que são “em geral áreas de favela, ocupações ou loteamentos irregulares, sem titulação, clandestinos, são consideradas todas as áreas de ocupação subnormal”, se caracterizam pela falta ou pela existência mínima de infraestrutura como água, luz, esgoto dentre outros, pela acessibilidade e habitabilidade, condição que fortalece a divisão econômica marcada no território.

Apesar de formarem um grande grupo, que inclui áreas que possuem características heterogêneas e específicas e possuem realidades únicas e complexas, as AEIS são marcadas por elementos que as identificam, como a condição social da maioria das pessoas que moram nessas áreas, essencialmente trabalhadores que sempre tiveram seus direitos usurpados, diante dessa realidade é necessário elaborar propostas de ações específicas para cada AEIS.

Foram identificados dois grandes grupos de assentamentos que se diferenciam pela forma com que se relacionam com o Poder Público, ou vice-versa. No primeiro caso podemos descrever as ocupações espontâneas, geralmente originárias de invasões, desprovidas ou em condições precárias de infra-estrutura, serviços e equipamentos básicos, algumas delas implantadas em áreas consideradas de risco de desabamento e/ou insalubridade. No segundo caso são os assentamentos já submetidos a algum tipo de intervenção por parte do Poder Público, seja em infra-estrutura, equipamentos ou que tenham tido sua situação fundiária regularizada, mas que ainda se encontram em condições precárias de habitabilidade. Nestes casos, as intervenções são pontuais e específicas para cada tipo de necessidade (Plano Municipal de Habitação, 2007).

O levantamento realizado pelo Centro de Pesquisas Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (CPS/UFJF)<sup>11</sup>, constatou que existem 144 áreas consideradas de Especial Interesse social, sendo que em 1996 haviam sido identificadas 75, em 2000 foram adicionadas mais 12 áreas e com a levantamento realizado pela secretaria de planejamento e gestão estratégica foram acrescentadas mais 32 áreas e por fim o CPS/UFJF identificou mais 25 áreas que totalizam os atuais dados.

A apreciação das condições de infraestrutura de Juiz de Fora, de uma maneira geral, indica que a oferta de serviços e condições básicas de habitabilidade pode não ser empecilho

---

<sup>11</sup> O diagnóstico sobre a questão habitacional apresentado pela equipe do CPS considerou as condições de infraestrutura e serviços da cidade: energia elétrica, água e saneamento, limpeza urbana, transporte, pavimentação, telefonia, correios, educação e saúde. As fontes articuladas para essa análise foram o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2000, os Planos de Desenvolvimento Local (PDLs), formulados para cada Centro Regional (CR), dados do Anuário Estatístico de Juiz de Fora, elaborado pelo CPS/UFJF em 2006, e dados do Levantamento Amostral elaborado pela equipe do CPS



ao desenvolvimento de uma política habitacional, preocupada em atender à demanda existente na cidade. Ou seja, a condensação de certas áreas urbanizadas, já segmentadas ou ainda não, dentro da mancha urbana da cidade, desde que precedido de rigoroso estudo do impacto causado por essa ocupação, uma possível alternativa de que a prefeitura municipal pode lançar mão para começar a atender o déficit habitacional.

**Quadro 5 – Déficit por Inadequação – situação específica das AEIS (SDR\*)**

Irregularidade fundiária	Infraestrutura incompleta	Indicação de remoção	Melhoria da habitação	
			Construção	Reforma
6999	6231	333	808	231

Fonte: CPS/UFJF, 2006.

**Quadro 6 - Número de domicílios nas AEIS conforme situação fundiária e tipologia da área de localização**

Tipo da AEIS	Situação fundiária				
	Não regulari-zado	Em regulari-zação	Regulari-zado	Parte regulari-zada	Remoção
<b>1</b>	<b>568</b>	34	878	670	
<b>2</b>	<b>2026</b>	303	1215	486	
<b>3</b>	<b>4405</b>	<b>469</b>	<b>643</b>	<b>714</b>	<b>333</b>
<b>TOTAL</b>	6999	806	2736	1870	

Fonte: CPS/UFJF, 2006.

A soma dos números nas células sombreadas do quadro oferece o total de domicílios em inadequação habitacional: 9158.

De acordo com os dados apresentados, 6999 domicílios estão situados em áreas que demandam regularização fundiária. Como já afirmado, hoje a prefeitura de Juiz de Fora não desenvolve nenhum projeto para a regularização dessas áreas. São 6231 domicílios que não possuem uma infraestrutura condizente com as necessidades básicas das pessoas que moram nessas áreas e 4405 domicílios que ao mesmo tempo precisam de infraestrutura e regularização fundiária.

É importante destacar que evidencia-se um grande investimento da prefeitura de Juiz de Fora na revitalização dos espaços centrais da cidade, espaços de maior circulação de pessoas, e bairros que essencialmente são formados por pessoas de classe média e de classe alta. O poder público estabelece uma ação diferenciada em relação aos problemas que ocorrem nos bairros que moram pessoas de poder aquisitivo mais elevado, e os bairros situados na periferia. As áreas mais pobres estão abandonadas pelo poder público.

O processo de circulação possui um caráter duplo, de um lado amplia as possibilidades de uniformizar as redes e interligar as diferentes esferas da produção e ao mesmo tempo atua como um agente de diferenciação de gêneros da vida. “A especialização espacial impõe uma intensificação de atos de comércio – de um comércio feito a distância – que se acompanha do reforço e da expansão do aparelho bancário, para bancário, comercial e administrativo, assim como de meios de armazenamento e de transporte (SANTOS, 1979, p. 116 apud ARROYO, 2006: p. 74).”

Com a expansão capitalista são criadas condições para que os lugares se especializem, deixando de existir a necessidade de produzir tudo que é necessário para a reprodução através da circulação é atendido as necessidades da reprodução da força de trabalho. Devido a rede construída nas cidades, a especialização da produção se torna cada vez maior, com a difusão dos transportes e das comunicações as distâncias parecem ser cada vez menores. Estabelece-se uma crescente especialização da divisão territorial do trabalho, ao passo que a economia local deixa de ser preponderantemente autárquica.

Esse processo crescente e acelerado com a incorporação de novas técnicas acarreta uma intensificação dos intercâmbios, que se dá em espaços cada vez mais amplos. Essa conjuntura influencia diretamente a questão habitacional por incidir na especulação imobiliária e no valor do solo, assim a diferenciação aumenta, gerando novas valorizações e desvalorizações.

Ainda tem-se 1826 domicílios que já receberam ações para a regularização fundiária, mas ainda são carentes de infraestrutura. Os dados também mostram 333 domicílios que estão indicados para serem removidos, muitos já moram nessas áreas há mais de 6 anos, construíram toda uma infraestrutura, e alheios a qualquer intervenção da prefeitura, conhecendo a presença do poder público apenas através da coerção, sem acessar políticas públicas e nem mesmo tendo como garantia que se forem despejados serão encaminhados para outras moradias.

**- Quadro 7 - Crescimento do número de domicílios nas AEIS identificadas**

CR	Nº de famílias PDDU 2000 / Listagem 2002	Nº de domicílios em 2006	crescimento últimos 6 anos +/- nº domicílios	% de crescimento últimos 6 anos +/- nº domicílios
NORTE	2.220	3.122	902	41
NORDESTE	828	2.043	1.215	147
LESTE	760	1.487	727	96

<b>SUDESTE</b>	2.204	2.491	287	13
<b>CENTRO</b>	192	599	407	212
<b>SUL</b>	1.632	2.063	431	26
<b>OESTE</b>	434	1.457	1.023	236
<b>TOTAL</b>	8.270	13.262	4.992	60

- Fonte: PDDU/PJF, 2000; CPS/UFJF, 2006.

De acordo com o Atlas Social do município (2005), 64% das pessoas têm seus direitos fundamentais violados. Com as restrições dos serviços essenciais como: água tratada, saneamento básico, habitação, saúde e educação. Neste quadro é possível evidenciar o processo de desigualdade territorial, as regiões da cidade que concentram uma maior infraestrutura, que possuem locais de sociabilidade e que em sua maioria tem como moradores a parcela da população com maior poder aquisitivo, logo concentram um menor percentual de áreas de AEIS. Já as áreas habitadas historicamente pela classe trabalhadora, são áreas que se concentram a pobreza, a desigualdade e a falta de condições de moradia adequada.

A cidade possui uma população residente de 550 mil habitantes e apresenta uma das cidades com maior concentração de renda do estado de Minas Gerais, foi identificado um crescimento de 142% da população de rua na cidade nos últimos 10 anos, de acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2008). As condições de fluidez e de porosidade territorial são determinantes para a confluência dos diversos circuitos produtivos, sendo fundamental para o processo de circulação que necessita ser rápido, transformar os produtos em mercadoria ou capital-dinheiro, quanto maior a complexidade dos lugares, mais o excedente se reproduz localmente.

Desta forma, o espaço é usado de forma seletiva, assim concentrando capital em determinadas regiões e nas mãos de uma pequena parcela da população. A capacidade de sua reutilização é seletiva, dado que depende do poder das empresas ali localizadas. Essa dinâmica não é específica das grandes cidades e das metrópoles, também está presente nas cidades médias, até mesmo, uma questão de diferenciação e caracterização.

Pela necessidade de rápida transformação do produto em mercadoria ou capital-dinheiro, isto é, nas condições atuais de reprodução, a capacidade maior ou menor de fazer circular rapidamente o produto é condição, para cada firma, de sua capacidade maior ou menor de realização, ou, em outras palavras, do seu poder de mercado, o que também quer dizer poder político (SANTOS, 1985, p.62 apud ARROYO, 2006: 76).

As grandes empresas possuem a capacidade de definir o destino dos investimentos, com todo processo de divisão do trabalho, a circulação diferenciada do excedente provoca uma hierarquização dos lugares, havendo uma constante disputa dos lugares mais rentáveis entre as empresas que dominam o mercado. “Como as formas de utilização do excedente são decididas ora pelas empresas, ora pelo Estado (que muitas vezes representa aquelas, e não a sociedade como um todo), essa hierarquia está em permanente mudança, em função das estratégias definidas por esses agentes (ARROYO, 2006: 77).”

De acordo com o Atlas Social de Juiz de Fora (2005), 14% da população, 75 mil pessoas, sobrevivem com menos da metade do salário mínimo. Outros 323.517 pessoas vivem na faixa de exclusão. A análise por faixa etária indica uma situação ainda mais preocupante: Apenas 18% das crianças de 0 a 6 anos moram em regiões consideradas “incluídas”. Cerca de 40% dos juizforanos sofrem com o déficit habitacional na cidade.

Cerca de 70% das pessoas habitam áreas conhecidas como Áreas de Especial Interesse Social, caracterizadas por apresentar carência nas condições de infraestrutura. É preciso que o governo municipal haja imediatamente, pois essas áreas vêm apresentando um crescimento considerável – entre 1996 e 2006 - houve um avanço de 60% nessas localidades, de acordo com levantamento realizado pelo Centro de Pesquisas Sociais da UFJF.

Conforme o Plano Municipal de Habitação elaborado pela Universidade Federal de Juiz de Fora e recentemente aprovado pelo Conselho Municipal de Habitação, atualmente existem mais de 200 áreas de ocupação sub-normal, onde há carência de água, esgoto, energia elétrica e irregularidade fundiária. Este número vem aumentando e este crescimento das áreas de ocupação sub-normal está diretamente ligado a ausência de política municipal de habitação efetiva.

Em 29 de novembro de 2009, o jornal local Tribuna de Minas, após mais de dois meses de investigações, confirmou as denúncias feitas dos Movimentos Populares da existência de várias ilegalidades nas políticas de habitação de Juiz de Fora, como obras superfaturadas, desperdício de dinheiro público e deficiência técnica de projetos. Dos 22 milhões de reais projetados para o Fundo Municipal de Habitação nos últimos cinco anos, apenas 4,14 milhões foram efetivamente aplicados, ou seja, apenas 14% do total.

Na mesma investigação do jornal Tribuna de Minas, apontou-se que entre janeiro e outubro de 2009 foram aplicados apenas 50 mil reais pelo Fundo Municipal de Habitação, demonstrando ineficiência da Empresa Regional de Habitação S/A (EMCASA). Enquanto isso as condições de indigência de milhares de juizforanos se multiplica, quadro que deveria

ser diferente caso esta política fosse efetivada.

**Quadro 8 - Déficit de habitações novas – pesquisa amostral para toda a cidade**

Renda Familiar	Coabitação		Improvisado		Ônus Excessivo		Total geral	Total não próprio
	Geral	Não Próprio	Geral	Não Próprio	Geral	Não próprio		
até 1 sm	1411	1135	106	79	1349	1374	2866	2588
1 a 2 sm	2057	1892	130	97	1052	1072	3239	3061
2 a 3 sm	1999	1892	23	17	405	412	2427	2321
3 a 4 sm	764	504	0	0	134	82	898	586
Total	6231	5423	259	193	2940	2940	9430	8556
acima de 4sm	3310		0		1461		4771	0
Total	9541		259		4401		14201	0

Fonte: CPS/UFJF, 2006.

A partir do diagnóstico realizado no Plano Municipal de Habitação, são construídas diretrizes gerais para resolver o problema habitacional em Juiz de Fora, são muitas as propostas, mas como questões gerais pode-se destacar: garantia a todos os cidadãos de Juiz de Fora o direito à moradia, para tanto o município terá como responsabilidade realizar uma revisão acerca da legislação urbanística, modificando quando necessário os padrões de parcelamento e edificação nas áreas descritas para esses fins, com o intuito de ampliar o acesso de mais pessoas ao mercado formal de habitação.

O planejamento da cidade deve englobar as favelas e os loteamentos irregulares a fim de que se incluam nos bairros onde estão situados; promover programas de assentamento para a população de baixa renda, requerendo a regularização dos títulos fundiários; desenvolver mecanismos condizentes com as necessidades, sendo organizados a partir de Planos Locais de Urbanização principalmente em áreas de Especial Interesse Social. Por fim, ter como prioridade a oferta de lotes urbanizados para fins de assentamento das populações de baixa renda e para pessoas removidas de áreas de risco, áreas não identificadas e outras de interesse público.

As alternativas apresentadas seriam grandes avanços para a política municipal de habitação, mas pouco vem sendo feito para atender a verdadeira necessidade da maioria da população. A questão que envolve o título da propriedade é um dos problemas centrais e não existem esforços nesse sentido. Mas como já havíamos afirmado anteriormente, a luta por moradia é diferente da luta por saúde e educação, é uma questão que envolve uma mercadoria diferenciada que é o solo urbano. É uma mercadoria indispensável, que possui pouca rotatividade na maioria das vezes muito caro para a classe trabalhadora, por ser muitas vezes

lucrativo ter imóveis contribui para o mercado manter a concentração garantindo assim os números da especulação imobiliária. A casa própria é uma mercadoria de grande valor de uso, e devido a ser uma mercadoria que apresenta uma menor oferta acaba sendo supervalorizada.

Como podemos perceber, as políticas sociais voltadas para atender às necessidades de moradia da classe trabalhadora nunca atenderam às necessidades reais, uma verdadeira solução para os problemas referentes a questão urbana, está muito a quem das iniciativas desenvolvidas pelo Estado ou dentro da sociedade na atual conjuntura. O desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a criação de moradias populares sempre demonstrou-se frágil e insuficiente para atender o tamanho déficit habitacional. A falta de moradia expressou-se primeiramente nos aglomerados urbanos, mas em um segundo momento, com o crescimento das cidades médias, estas também foram influenciadas e hoje contam com altos índices referentes à falta de moradia, ou de áreas de especial interesse social.

Como a luta por moradia está atrelada a questão da especulação imobiliária e a divisão social e econômica do território, não é um interesse do capital e nem do poder público sanar essa necessidade dos trabalhadores. Na maioria das vezes a moradia compõe as condições necessárias para a força de trabalho reproduzir-se permanece sendo arcada pelos próprios trabalhadores, que através de ações como os mutirões constroem suas casas em terrenos inapropriados para construção de moradias, na beira de córregos, em áreas que contam com a falta de saneamento básico. Os mesmos em terrenos abandonados que são ocupados por pessoas que não têm onde morar, que não possuem condições de pagar aluguéis nem mesmo em áreas pouco disputadas pelo capital.

### 3.3 - OS SUJEITOS SOCIAIS NA CENA EM JUIZ DE FORA.

Para analisar o processo de organização e luta por moradia em Juiz de Fora várias, formas foram encontradas para obter mais informações sobre a realidade dos movimentos na cidade. Foram realizadas diversas visitas a área de ocupação conhecida como Vila Barroso, além de um acompanhamento das atividades realizadas pelas diferentes organizações que atuam no local. Também foi feita uma leitura de toda documentação disponibilizada pelas lideranças dos movimentos presentes na área, Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

Através do relato das duas lideranças dos movimentos, pode-se evidenciar profundas diferenças entre ambos, com destaque para a diferença do período que estão realizando o

trabalho. Enquanto o coordenador do MNLM está na área há mais de 10 anos, realizando ações, a coordenadora do MTD está atuando na área há 2 anos. Com essa disparidade em relação ao tempo de existência dos movimentos nas áreas, a análise de ambas torna-se complicada, não tendo a intenção de realizar uma comparação entre o trabalho realizado, mas sim entre a concepção do movimento e suas propostas para a base que atua.

Com a entrevista feita com representante do Movimento Nacional de luta pela moradia (MNLM) de Juiz de Fora, P. S. dos R., morador de Juiz de Fora trabalhador na área de construção civil, com 54 anos, que está no movimento há 12 anos, foi construído o histórico da luta por moradia em Juiz de Fora.

O momento que a luta por moradia emerge em Juiz de Fora é um momento posterior a emergência dos movimentos sociais nos grandes centros do país. Os novos movimentos sociais surgem na década de 1980, e logo no período posterior antes mesmo de se consolidarem e construírem raízes sólidas, vivenciam profundas alterações na forma de se fazer a luta política. Passam por um amplo processo de institucionalização e de atuação essencialmente através da legalidade.

Todo o processo amplo de organização popular ocorrido em 1980 é canalizado para o processo democrático, efetivado com a constituição de 1988. Foram ainda muitas lutas para abrir os canais de diálogo com o Estado, para realmente fazer a nova constituição ter efeitos práticos. No entanto, a partir da vitória eleitoral de Collor, em 1989, frente a Luiz Inácio Lula da Silva, o candidato ligado às lutas sociais de resistência, a organização dos movimentos sociais urbanos começam a entrar em declínio.

Com o processo do ‘ajuste neoliberal’ e de reestruturação produtiva, a desarticulação dos trabalhadores se deu de forma bem rápida e acentuada, havendo impactos tanto políticos quanto econômico, caracterizado principalmente pela redução das alíquotas para importação, pelos programas de incentivo à ‘modernização’ tecnológica e pelas privatizações, questões que influenciam o mundo do trabalho e toda a organização da sociedade.

Tanto economicamente como politicamente, o Brasil vivencia uma grande ofensiva política, econômica e ideológica. Através da chegada do neoliberalismo, o projeto político democrático popular é derrotado, inicia-se um período de declínio dos movimentos urbanos, que passam por muitas alterações, avançam na relação com o Estado, sem saber oficialmente como proceder. Nesse momento, um dos únicos movimentos que segue crescendo e se afirmando em uma perspectiva que vislumbre a emancipação humana é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que se mantém realizando ações de enfrentamento e de denúncia contra o Capital e o Estado, em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Para analisar o novo momento político vivenciado no Brasil a partir da década de 1990, é necessário construir um paralelo entre os investimentos em privatizações e no setor financeiro/ investimentos, os serviços básicos essenciais e em políticas públicas. O que se observa especialmente é uma crescente queda nos investimentos em áreas prioritárias como, Assistência Social, Saúde, Habitação. Com a descentralização de responsabilidades mantém-se a falta de recursos para as políticas públicas, e as privatizações de serviços básicos de atendimento, às famílias de baixa renda são as mais atingidas. Podemos afirmar que acaba ocorrendo uma seleção dos mais pobres que vão ser atendidos pelas políticas públicas, ocorre um incentivo às ações filantrópicas e de voluntariado.

Na Presidência da República, entre 1995 e 2002, Fernando Henrique Cardoso (FHC) acelerou as privatizações dos serviços, a exemplo da telefonia (Telebrás), das empresas estatais (cuja maior expressão foi a mineradora Companhia Vale do Rio Doce, em 1997) e as quebras de monopólio estatal (como a da Petrobrás, no setor energético). FHC também foi protagonista de reformas administrativas no Estado, reformas trabalhistas e na previdência, com o governo de Collor as bases do neoliberalismo foram implantadas e com o Governo de FHC são efetivadas, causando um enorme impacto na perspectiva organizativa dos trabalhadores.

Para as prefeituras que são as responsáveis pela implementação das políticas sociais nos municípios, a lógica predominante é o desenvolvimento do papel empresarial dos governos locais. O governo do prefeito Custódio Mattos (1993-1997) e o governo de Tarcisio Delgado (1998-2001) atuaram diretamente dentro dessa proposta. Principalmente com a gestão de Tarcisio Delgado, responsável pela descentralização da gestão pública, criou-se no imaginário social, uma ampliação das possibilidades de democratização do gerenciamento sobre as ações do governo local. Mas na verdade essa proposta mascara a noção do conflito social presente na sociedade, o discurso da prefeitura é permeado por uma noção de parceria entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado, assim busca-se o não-conflito com a gestão municipal.

O discurso era de democracia e participação social, essa foi a melhor forma encontrada pelo Estado neoliberal para implantar sua proposta dentro da sociedade brasileira. Através do crescimento do terceiro setor, das terceirizações, e os próprios espaços de participação popular, os mesmos cumpriam um duplo sentido, ao mesmo tempo abriam espaço para o diálogo entre a sociedade civil e o Estado, mas também acabavam por legitimar as ações da prefeitura que buscava se exonerar das responsabilidades com saúde, educação, moradia, dentre outras. Por fim, a verdadeira finalidade prática-política com a descentralização é a



construção de mecanismos políticos- institucionais para o desmonte do Estado na garantia de políticas sociais.

Os movimentos que nascem nos bairros, através das primeiras ações, acreditam que haviam conquistado uma verdadeira democracia participativa, em que haveria possibilidade de conquistas através dos espaços criados com a Constituição de 1988, como os conselhos, Fóruns temáticos e os demais espaços cunhados de diálogo mais aberto entre o Estado e Sociedade Civil. Há um discurso recorrente sobre a participação popular, mas essencialmente nos moldes de uma consulta popular, situação que acirra e gera uma disputa entre representantes de grupos da sociedade civil, que na maioria das vezes não tem formação para entender o processo burocrático. Em sua maioria despreparados para exercer o seu papel dentro dos espaços conquistados de diálogo com a sociedade. Esse despreparo implica em limitações nas decisões da sociedade civil a respeito do que deve ser feito pelos governos, especialmente no caso dos municípios – conselhos municipais, Orçamento Participativo entre outras situações.

Nas palavras do Sr. P. pode-se evidenciar o processo organizativo vivenciado no município de Juiz de Fora, que esteve diretamente relacionado à conjuntura política do período, momento marcado pela organização das associações de moradores, que despontam dentro das instâncias como os conselhos de direitos, ou mesmo em espaços de reivindicação e diálogo da sociedade civil com o Estado.

*“A luta por moradia em JF começa com o Fórum da Moradia, era formado dentro do Centro de Defesa dos Direitos Humano, em 1998, composta apenas pela sociedade civil, indivíduos que sofrem com a questão da falta de estrutura urbana. Dentro desse processo foram se formando lideranças, organizando as associações de bairros. Grupos de diferentes bairros recorriam ao CDDH (centro de defesa dos direitos humanos), podemos citar como exemplo Borboleta, Ladeira”.*

De acordo com os relatos, não havia trabalho de base<sup>12</sup> nos bairros, nem nas áreas de ocupação urbana no município. As pessoas se juntavam no CDDH e discutiam sobre as questões nos bairros e seus grandes problemas, fazendo formação com essas lideranças, sobre direitos humanos e cidadania. Neste momento, a principal função do CDDH era justamente preparar os sujeitos da sociedade civil para lutarem por seus direitos no marco dos direitos

<sup>12</sup> Essa é uma terminologia muito utilizada pelos movimentos sociais, de acordo com material utilizado pelo MTD em uma de suas formações junto de lideranças dos bairros trabalhadores, trabalho de base é um processo onde as pessoas que manifestam indignação contra as injustiças e interesse pela libertação dos oprimidos se engajam e se qualificam como militantes, no nível político, ideológico, técnico e cultural. Sua finalidade é a incorporação da massa trabalhadora, de forma consciente, em ações protestos, de reivindicações e de luta que expressem uma posição de classe, interessada em alterar a correlação de forças, numa determinada conjuntura política. Diferentemente da elite que manipula a massa, o trabalho de base estimula, acompanha e contribui para que a massa se organize e participe como protagonista (Cartilha do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae CEPIS).

constituídos na década de 1980. Sr. P. relata que a atuação em conjunto com o CDDH se dava

*“Muito através de ofícios, auxílio jurídico, não intervia diretamente, mas contribuía no processo de organização da sociedade civil.”*

Este período é marcado pelo aumento de áreas em que se concentram trabalhadores altamente empobrecidos, ou em situação de miséria por não conseguirem se inserir no mundo do trabalho. A prefeitura não desenvolvia uma política efetiva para situação de falta de moradia, ou mesmo de áreas de submoradia. Neste período a cidade possui 75 áreas de especial interesse social, de acordo com a pesquisa do centro de pesquisas da UFJF, a prefeitura do período estava ainda criando espaços de diálogo com a sociedade civil, mas não havia um desenvolvimento efetivo de políticas sociais voltadas para a moradia. Assim como em nível nacional, Juiz de Fora vivenciava um momento de descentralização das políticas sociais e dos canais de diálogo. A política de habitação era gestada pela empresa EMCASA, sendo muito limitada, as ações voltadas para os moradores das áreas de ocupação, após esse período fica evidente como o problema da falta de habitação vai aumentando, juntamente com o crescimento da pressão popular em torno desse direito.

Ocorre um seminário que pode ser considerado o marco da criação do Fórum da Moradia de Juiz de Fora em maio de 1998, várias organizações participaram desse seminário, dando início à organização em torno da luta por moradia e por melhor estrutura urbana, participaram desse processo lideranças de bairros, militantes ligados aos partidos dos trabalhadores, estudantes envolvidos com o processo organizativo, ativistas da luta por moradia e trabalhadores ligados a prefeitura. Como grande vitória dessa articulação o Sr. P. destaca que

*“depois de um ano e meio de debate e luta conseguimos aprovar a lei 9697/27091999, que cria o conselho de habitação visando a participação da sociedade civil”,*

Como passo posterior, foi realizado o fórum intersindical da moradia, no ano de 2000, para realização da primeira eleição de representantes da sociedade civil para o Conselho Municipal de Habitação. É importante destacar os limites dos conselhos sociais e as dificuldades para reverter a situação referente a participação da sociedade civil. Apesar de também representar uma importante vitória na luta pela democratização dos processos de decisão, visto que existe um grande desinteresse público na criação dos mesmos. O Fórum da Moradia de Juiz de Fora com o processo de criação do conselho é extinto em 2002.

O Sr. P. destaca, como um momento de fundamental importância para a luta por

moradia no município, foi a chegada de militantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).

*“Chega uma assistente social chamada Angélica Gomes, que se apresentou como militante do movimento nacional de luta por moradia, ela falava que tinha ligação muito direta com o MST. Toda a experiência que ela tinha era do MST, falo que tinha vindo para cá para criar o movimento Nacional de Luta pela Moradia, que quem se identificasse estava convidado a participar. Até então não havia trabalho nos bairros, com a chegada dessa Militante eu assumo isso como compromisso, pensando que Juiz de Fora fosse a área mais específica de atuação. Começo a conhecer e estudar sobre o movimento, ela fala para que eu apresente uma área para trabalharmos”.*

A área escolhida para iniciar o processo de formação do movimento foi a ocupação denominada Vila Barroso, realizada um ano antes na BR- 040 no km 777 de forma espontânea, em um terreno da empresa Holcim (Brasil) S.A., esta ocupação está situada na região norte de Juiz de Fora uma das áreas que apresentam maior índice de vulnerabilidade social, em que se concentra mais de dez áreas de especial interesse social em que várias fábricas estão instaladas. Nesse momento começa a ser realizado trabalho de base na área, inicia-se o trabalho fazendo um processo de aproximação junto as famílias da ocupação urbana referida.

Dentro desse processo é feito o trabalho de identificação de lideranças, dessa forma, pessoas que estavam ali poderiam passar o histórico da luta e que estavam dispostas a lutar pelo direito de adquirir a casa própria. Esse trabalho acontece juntamente com um representante estadual do movimento que vem para Juiz de Fora, para contribuir nesse início de trabalho, foi apresentado para a comunidade qual era o objetivo do movimento a fim de tornar aquela área o primeiro espaço do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).

Nosso objetivo é contribuir para a transformação social, econômica e política do país, estabelecendo critérios que respeitem os direitos sociais da população algo desejado por todos aqueles comprometidos com a justiça, a igualdade e democracia. As ações em que estamos empenhados em resolver desde o início do processo, é prova que conjuntamente, sociedade civil organizada, poder público e iniciativa privada, podemos ser sujeitos deste processo de mudanças (documento de 2002 do MNLM).

Nos documentos fornecidos pelo movimento, é declarado que sua formação ocorreu em 1990, após o I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, contou com a presença de 13 estados, sua materialização se deu posteriormente a realização de grandes ocupações de terrenos funcionais apenas a especulação imobiliária nos grandes centros urbanos. O MNLM é mais articulado nos estados do sul do país, tem como principais parceiros e apoiadores a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Cáritas brasileira, Central de

Movimentos Populares. Hoje também tem parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e vínculo com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

O Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN) tem como proposta principal o objetivo de lidar com o déficit habitacional, através do incentivo à organização e articulação nacional dos movimentos de luta pela moradia desenvolvidos por sem-tetos, inquilinos, mutuários e ocupantes, unificando suas lutas pela conquista da moradia e o direito fundamental à Cidade. Partindo desses princípios e objetivos, o Sr. P inicia o trabalho junto com o representante do movimento que foi deslocado para o município para organizar os sujeitos que querem fazer a luta pela moradia.

*“A comunidade aprova a nossa participação junto na luta, começamos a formar comissões e grupos de trabalho que foram designados para limpeza do local, criando ali os princípios da ocupação, quais os objetivos, trabalhando com materiais do movimento”.*

Partindo da pedagogia dos movimentos populares, um dos primeiros passos do movimento foi justamente formar os moradores da área através de materiais muito simples, mas que se referiam a regras de convivência para a comunidade. A proposta era justamente trazer questões mais gerais e os próprios moradores deveriam inserir suas questões específicas, assim envolvendo as pessoas e contribuindo no processo de participação e decisão da comunidade. Os princípios constituídos foram:

Princípios da ocupação:

- 1) Democratização das decisões e tarefas;
- 2) A comissão e a substituição dos mandatos;
- 3) Ética na relação entre os moradores;
  - a- Contra, agressão física, verbal, calúnia ou difamação;
  - b- Corrupção;
  - c- Perseguição Política;
  - d- Contra a acumulação e especulação imobiliária;
  - e- Proteção dos direitos da mulher, criança e adolescente;
- 4) Independência política;
- 5) Mobilização como método de luta.

A partir de 2004, pode-se considerar um momento de maior divulgação sobre a chegada do MNLN e sobre a questão da luta por moradia no município. O lançamento oficial do movimento foi feito nesse espaço, foram convidadas outras comunidades, além de Vila

Barroso, todos que quisessem fazer parte poderiam contribuir. Nesse período mantêm-se apenas os mesmos que iniciaram o processo de organização, não havendo aproximação de novos sujeitos, mas com um maior apoio político das outras organizações populares, partidos políticos de esquerda como partido dos trabalhadores (PT) e vários sindicatos do município com destaque para o sindicato dos professores da rede municipal e o sindicato dos bancários.

Uma das primeiras ações do movimento foi realizar um levantamento jurídico, no qual foi encontrado um processo de reintegração de posse. Nesse período havia 63 famílias, muitos trabalhadores rurais que vinham para realizar trabalhos temporários, outras em processo de despejos próximos que viram ali a possibilidade de permanecerem na área e alguns especuladores nas palavras de Sr. P. “*estavam lá só para tirar proveito*”.

É importante destacar que no período de consolidação do movimento no município, o Brasil já vivenciava uma crise organizativa da esquerda. Se os anos 1980, foram marcados por uma grande efervescência política, denominada pelos movimentos de ascenso dos movimentos sociais. Nos anos 1990, o que foi visto foi uma profunda crise organizacional, em que o trabalho popular nos bairro passa a ser praticamente inexistente. A própria igreja que até então era um dos principais atores desse cenário, começa a assumir outras prioridades.

Mas a consolidação dos movimentos enquanto estruturas da sociedade civil foi um projeto que, nos anos 90 será reconhecido como não realizado embora seja apontado não como um fracasso, mas sim como um projeto utópico dentro do cenário político dos anos 70 e 80, quando o Estado era visto como um inimigo (...) (...) Foi um período de muitos estudos e seminários sobre o poder local pois vários dirigentes de movimentos se tornaram dirigentes de órgãos públicos (GOHN, 1997:286)

O horizonte dos movimentos sociais e das organizações populares passa a ser dado pelos limites das leis constituídas, a questão eleitoral passa a ter uma grande centralidade. O estímulo para implementação de políticas compensatórias por parte do Fundo Mundial Internacional (FMI), Banco Mundial, BIRD, dentre outros, fomentam a criação de organizações não governamentais e programas assistencialistas, situação que contribui em grande parte para a esquerda organizada ser absorvida por práticas e organismos assistencialistas, que abandonam o cenário do confronto de classes. Tal conjuntura facilita e reforça as propostas reformistas que ampliam a dependência em relação as prefeituras e governos de estado.

O crescimento enorme do associativismo institucional, particularmente nas entidades e órgãos públicos, os quais cresceram muito em termos numéricos ao longo dos anos 80, absorvendo grande parte da parcela dos desempregados do setor produtivo privado; o surgimento de grandes centrais

sindicais; o aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares especialmente no setor da moradia e, fundamentalmente, o surgimento e o crescimento, ou a expansão, da forma que viria a ser quase que a substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs Organizações Não governamentais. (GOHN, 1997: 285)

Com o processo de intervenção do MNLM e com o passar do tempo sem vitórias concretas, as pessoas foram deixando a área de ocupação. Essa situação foi constatada principalmente depois do processo de cadastramento realizado com ajuda de estagiários da UFJF. Foi feito um levantamento socioeconômico, com o intuito de levantar as demandas concretas dos moradores da área. Foram buscadas formas paliativas para as pessoas sobreviverem na ocupação, a primeira medida foi o caminhão de água. De acordo com Sr. P.

*“Foi uma festa receber água, sendo uma grande conquista para área onde as crianças tomavam banho no copo. O processo de confiança veio através dessa primeira conquista.”*

A principal questão que envolvia e aproximava os moradores perpassava as questões jurídicas, foi formada uma comissão composta por homens e mulheres e eleita por eles mesmos para tratar também de pautas de interesse da comunidade. A participação do movimento também se dava dentro do conselho municipal de habitação de Juiz de Fora. A forma utilizada pelo MNLM para intervir nesse espaço era através da tribuna livre, para realizar denúncias referentes às situações que o movimento tinha conhecimento, sempre representando Vila Barroso, a área prioritária de desenvolvimento das ações do MNLM. Foi elaborado um estatuto da Associação Habitacional de Juiz de Fora, aparentemente o movimento pretendia possuir um registro de pessoa jurídica, mas que não foi oficializado, mesmo já existindo um estatuto. Destacando um artigo do documento

Parágrafo Único: Com vistas à solução do problema habitacional, deverá a Associação organizar mutirões para o desenvolvimento de um programa habitacional, contratar financiamento com agentes financeiros, para posterior repasse às famílias mutirantes cadastradas e selecionadas e que venham a ser contemplado com as unidades construídas, oferecer garantias na contratação desses financiamentos, organizando, gerenciando e administrando todo o empreendimento

Neste trecho do estatuto da associação o movimento pretendia se oficializar perante o Estado, deixa claro o caráter assumido pelo movimento de atuar diretamente vinculado ao poder público, construindo a possibilidade de mesmo que seja através de uma aliança tática com setores privados ações que visam atingir seu objetivo que ao que parece. O movimento tem como objetivo único e central a conquista de moradias e a disputa por recursos públicos. Também é importante destacar a análise realizada pelo autor Francisco de Oliveira (2006)

sobre o papel dos mutirões.

O mutirão é uma espécie de dialética negativa em operação. A dialética negativa age assim: ao invés de elevar o nível da contradição, ela o rebaixa. Elevar o nível da contradição significaria atacar o problema da habitação, pelos meios do capital. Rebaixar o nível da contradição significa atacar o problema da habitação, pelos meios da exploração do trabalho dos pobres trabalhadores (OLIVEIRA, 2006:74).

A construção de moradia, a partir da proposta dos mutirões, tem como significado a apropriação da força de trabalho dos trabalhadores sem nenhuma remuneração. A parcela dos trabalhadores que não possui emprego e não consegue ser absorvido formalmente pelo mercado, acabam contribuindo com o processo de acúmulo de capital sem vender sua força de trabalho formalmente, seu trabalho não é remunerado mas influencia diretamente no valor pago aos trabalhadores formais.

Neste período o movimento nacional de luta pela moradia existia em 13 estados, desenvolvendo atividades estaduais e nacionais, de acordo com relato do Sr. P.

*“havia troca de experiências e suporte das cidades próximas que tinham o movimento, como Santos Dumont, Conselheiro Lafaiet, Barbacena, isso tudo em 2002 para 2003.”*

Em 2004, dois anos após o início do movimento, a militante do MNLN que veio com a tarefa de organizar o movimento vai embora. O coordenador estadual do MNLM, M. L. permanece dando suporte, mas apenas um único militante orgânico do movimento permanece no município dando continuidade com as atividades. É notório como essa situação impacta decisivamente nas ações desenvolvidas até então, a pouca participação incide em um processo de desmobilização das pessoas da base.

No período de 2005 a 2007, continua o acompanhamento jurídico por parte do movimento, através das articulações com setores de esquerda da cidade. É elaborado um relatório social, que registra uma diminuição da quantidade de famílias de 63 para 37 que realmente continuam acreditando na possibilidade de serem incluídas ao projeto de construção das casas, mas com a demora muitas famílias vão desistindo. Houve a proposta aos moradores de serem assentados em uma outra área que a empresa destinaria através de um documento realizando essa doação para as famílias serem realocadas. Através de uma tentativa de doação de um terreno próximo a área ocupada esperava-se resolver o conflito, mas o projeto não foi efetivado devido a pouca capacidade de mobilização e desarticulação do movimento o processo é inviabilizado.

A área de atuação do MNLM permanece apenas em Vila Barroso, mas já havia o conhecimento por parte do movimento de várias outras áreas em situação semelhante no município, as ações do movimento se dão através da participação no conselho de habitação como ouvinte e nas audiências públicas sobre a questão da habitação no município.

Sempre tendo o Estado como mediador entre os proprietários da terra e o movimento, o coordenador do movimento relata que

*“a prefeitura não tinha interesse, não cumpria seu papel de negociador, não dando apoio, sempre buscando um processo conciliatório. Inclusive a empresa estava se demonstrando querendo negociar, inclusive doar as terras para as pessoas que estavam lá, com cada mudança de governo era um posicionamento diferente, e o processo quase reiniciava.”*

Hoje, o movimento atua muito mais realizando um suporte nas áreas, tendo uma atuação muito mais institucional, em conselhos de fiscalização das políticas públicas do município, sempre agindo em conjunto com outras organizações que surgem no processo de luta por moradia no município como o Comitê Central Popular<sup>13</sup>, MTD, e outras.

Uma importante análise do coordenador do MNLM é

*“Há uns seis anos atrás não havia interesse dos empresários em construir casa para os mais necessitados, não se via como uma coisa que dava dinheiro. Agora podemos ver um grande interesse e inclusive um investimento, antes era muito mais difícil ver a construção de casas populares, sempre atendendo em quantidade e com pouca preocupação em qualidade.”*

Esse processo descrito pelo Coordenador do MNLM, trás claramente a reorganização do capital em torno da construção civil, se antes não havia investimento em moradias populares e os principais compradores de imóveis eram apenas pessoas da classe alta e média, agora o Estado subsidia a construção de moradias populares, e o mercado financeiro garante que os trabalhadores se endividem á longo prazo. A exemplo a implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida, a partir do governo Lula, o mercado da construção civil passa por uma grande mudança, são muitos investimentos públicos para esse setor, são realizadas

---

<sup>13</sup> O Comitê Central Popular tem suas raízes na década de 1990 com a articulação de movimentos, entidades, associações, sindicatos, pastorais e partidos da classe trabalhadora que inicialmente se organizavam na Comissão Permanente de Construção do Grito dos Excluídos em Juiz de Fora. Em 2007, durante a avaliação do Plebiscito Nacional pela anulação da privatização da Vale do Rio Doce, o grupo percebeu a necessidade de continuar em luta, nascendo assim o Comitê Central Popular, com a proposta de organizar várias lutas populares em Juiz de Fora permanentemente. Seu objetivo maior é de unificar as lutas existentes na cidade, ampliando o horizonte das pautas específicas em uma luta que contribua para a construção de uma sociedade sem classes (documento produzido pelo CCP 2009).



construções em larga escala, em muitas das vezes sem a infraestrutura social básica.

A análise realizada de forma mais aprofundada sobre o processo de organização da luta por moradia em Juiz de Fora, evidencia grandes dificuldades que o MNLM vem enfrentando no município. Hoje ele é o único representante do movimento na cidade, acompanha uma área de ocupação há mais de 10 anos, e mesmo assim os moradores da área não se reconhecem como integrantes do movimento. Através de visitas e da narração do próprio Coordenador, foram observadas grandes alterações ao longo do período, muitas famílias que fizeram parte da ocupação que ocorreu há mais de 10 anos, já não estão mais lá, muitos desistiram, foram buscar outras formas de sobreviver e de realizar a conquista pela casa própria.

Diferente do início da ocupação que havia apenas a presença do MNLM, hoje encontram-se várias organizações atuando no local, pode-se identificar uma grande presença da igreja evangélica, além de trabalhos realizados um por grupo espírita. No período eleitoral sempre acontece uma presença grande de políticos em busca de votos. Há dois anos o Movimento dos trabalhadores desempregados (MTD) vem realizando trabalhos em torno da luta por moradia e há pouco tempo estão centralizando seus trabalhos junto dos jovens que residem no local. Além de todas as dificuldades de organização popular, o movimento ainda tem que conviver com uma grande incidência de tráfico de drogas e mais todas as questões de convivência e a situação de extrema pobreza vivenciada pelos moradores.

Existem espaços coletivos que foram construídos ao longo desse período, um galpão dos movimentos, uma área aberta que funciona como uma praça. Hoje, a maioria das construções é de alvenaria e muitas casas possuem luz, a construção das casas foi feita de forma independente, questão que reforça a tese de Oliveira cujo processo de autoconstrução é uma das principais formas da classe trabalhadora adquirir casa própria, portanto é através da apropriação da força de trabalho de forma não remunerada, torna-se possível rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho remunerada.

A principal atividade desenvolvida pelas pessoas que moram no local é a catação de materiais reciclados. As condições da área demonstram o absoluto descaso da prefeitura, o processo de ocupação ocorreu há mais de 10 anos e hoje as condições ainda são muito precária, com característica de uma área de extrema pobreza. A fragmentação dos movimentos e a atuação de diversos sujeitos na área contribuem para dificultar um processo organizativo.

Em novembro de 2008, o CCP organizou o Primeiro Encontro dos Movimentos Sociais de Juiz de Fora, que encaminhou como pauta central para os próximos anos a luta pela

moradia. Para sua melhor organização, o Comitê formou duas comissões internas: a Comissão de Formação e Mobilização e a Comissão de Luta pela Moradia. A segunda ficou responsável por materializar as ações desenvolvidas nas áreas de ocupação de Juiz de Fora e buscar um arcabouço de informações concretas sobre a realidade institucional dessas áreas, esse espaço de articulação realizado pelo Comitê Central Popular estava presente o MNLM.

Uma das formas de se concretizar tal objetivo foi através da participação nas discussões realizadas no âmbito do Conselho Municipal de Habitação, apesar deste não se apresentar como um espaço prioritário para as ações do CCP, mas se apresentou como um importante local para realizar os primeiros contatos com lideranças populares que já realizavam a luta no município.

A principal forma de atuação do CCP se dá pelo trabalho de base realizado nas áreas de ocupação e de submoradia, fomentando não só a mobilização das comunidades, mas também a politização destas. É importante ressaltar que as Comissões são formas para organizar as ações do Comitê e não para dividi-lo, sendo assim as Comissões caminharam juntas na organização do processo de mobilização do município.

O CCP a partir do 1º Encontro dos Movimentos Sociais de Juiz de Fora, iniciou seus trabalhos sobre moradia utilizando-se da metodologia de Educação Popular freiriana, problematizando, junto às comunidades, a situação habitacional do município. Diante dos trabalhos desenvolvidos foi observada a necessidade de se construir as Assembleias Populares locais<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> A Assembléia Popular (AP) surge, em 1999, da necessidade da retomada do trabalho de base abandonado pela esquerda brasileira, o que levou a uma grande apatia dos movimentos sociais nos últimos anos, gerando um vazio entre as gerações das décadas de 70 e 80 em relação a geração da década de 90, tinham como perspectiva um horizonte maior de transformação em que se existia uma disputa de projeto político dentro da sociedade. A geração atual tem seu horizonte rebaixado quando muito limitado às próximas eleições.



Foto 1- Encontro dos Movimentos Sociais de Juiz de Fora

A centralidade assumida pela institucionalidade e ao processo eleitoral, juntamente com o acirramento do conflito entre o capital e o trabalho fez com que a esquerda brasileira e os movimentos sociais vivenciassem um profundo processo de descenso, fragmentação da esquerda. Essa opção não se refletiu para uma maior organização popular e para uma maior elevação do nível de consciência da população. Beto (2006) descreve claramente a situação política vivenciada pela esquerda brasileira na década de 1990 que impacta de forma profunda nos anos 2000.

A queda do muro de Berlim afetou toda a esquerda mundial, inclusive o PT. E coincidiu com a derrota de Lula para Collor e seu projeto – também vitorioso – de adequação do Brasil ao paradigma neoliberal do Consenso de Washington. A poeira levantada pela queda do muro ofuscou o horizonte utópico do PT. A perspectiva socialista obliterou-se. De certo modo, a busca do poder ficou restrita à mera disputa de cargos eleitorais, sem que houvesse

o respaldo consistente de um projeto novo de nação. Aos poucos, a política de princípios cedeu espaço à política de resultados. À medida que esta ganhava corpo, os quadros do partido deslocavam-se da base social, os núcleos de base desapareciam, a formação política minguava, as tendências paroquializavam os espaços conquistados e o partido deixava de ser ferramenta de transformação da sociedade para tornar-se quase que somente a via de acesso de seus quadros ao poder. O pragmatismo produziu a troca da ideologia pelo marketing de campanha, e cada vez mais se debateu menos o projeto alternativo de nação. (BETO, 2006, p.254).

O CCP percebe que, entre outras coisas, é necessário que se construa uma maior autonomia popular, arquitetando assim a capacidade das próprias comunidades descobrirem quais são seus principais problemas, olharem para eles e buscarem as soluções por conta própria, materializando o Poder Popular<sup>15</sup>. Sendo assim, a ferramenta Assembleia Popular, dentro de uma perspectiva de construção coletiva, tem a tarefa fundamental de formar e consolidar novas organizações, colocando em movimento quem ainda encontra-se em estado de inércia. Dirige-se diretamente aos trabalhadores, iniciando o diálogo sobre questões específicas do cotidiano que os atinge diametralmente, ampliando as discussões para questionar a estrutura do capital.

Dentro de tal perspectiva, foi realizada no dia 29 de novembro de 2009 a I Assembleia Popular de Moradia, onde estiveram presentes mais de 100 moradores de áreas de ocupação, compartilhando suas realidades e propondo ações concretas que contribuíssem para a melhoria nas condições de vida dessas pessoas. A metodologia utilizada na Assembleia teve a intenção de dar “voz ao povo”; ocorreram grupos de discussão que possibilitaram a construção coletiva das pautas para o ano de 2010. As bandeiras de luta foram: lutar pela regularização fundiária, saneamento básico, luz, transporte, água, creches e escolas, frentes de trabalho e renda. As questões levantadas vão muito além da luta por moradia, representam um conjunto de medidas necessárias para melhoria dos serviços nos espaços urbanos, considerando que as cidades se formam dentro da lógica da carência.

---

<sup>15</sup> Podemos entender como Poder Popular “todas as atividades e lutas que o povo desenvolve, com autonomia e sem depender do Estado ou do poder econômico, são manifestações do Poder uma greve, uma ocupação de terra, moradia, fábrica, uma manifestação, uma marcha, assim como a construção de movimentos e organizações autônomas e independentes do Estado e do poder da capital, são manifestações da construção do Poder Popular. (Cartilha nº 21 da Consulta Popular)



Foto 2 – Ocupação da Câmara Municipal de Juiz de Fora

Para se manterem organizados, os moradores propuseram de acordo com o que consta em documento aprovado na referida assembleia.

Reuniões constantes nas ocupações; unidade entre as ocupações, tendo os moradores das outras áreas como companheiros, com o intuito de construir uma organização forte; trocar experiências e conquistas; construir um espaço de formação política; dizer não às promessas feitas por políticos interesseiros; criar a Comissão Permanente da Assembleia Popular de Juiz de Fora.

A ação político-pedagógica popular “deve superar uma certa impaciência histórica, uma certa postura elitista arrogante, uma certa prática ortodoxa, mecanicista, vanguardista e burocrática que tem levado a militância a distanciar-se das massas trabalhadoras.” (CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE, 2008, p.34).

O Comitê Central Popular propõe-se a ser uma organização de novo tipo, com ideais que nascem da prática social, na luta de classe, nas experiências científicas, com a possibilidade de contribuir no processo organizativo no município. Posterior a esse processo organizativo ocorrido em 2009 e através do contato dos militantes da comissão de luta por



moradia do CCP, é fundado o Movimento dos Trabalhadores desempregados (MTD). De acordo com a coordenadora do MTD de JF, A. N. S., 27 anos, advogada, e educadora popular.

*“Em JF o movimento surgiu da necessidade de conferir maior organicidade a comissão de moradia do CCP, que já atuava nos bairros da periferia envolvendo famílias de baixa renda composta principalmente pelos desempregados estruturais, que são caracterizados como os trabalhadores com baixa escolaridade, qualificação e experiência profissional, já que o MTD lida com pessoas, cuja a sobrevivência material é algo sempre urgente é necessário para crescimento e sobrevivência do movimento, enquanto ator de conscientização social e transformação reivindicar e alcançar conquistas concretas.”*

A avaliação dos militantes envolvidos nesse processo era que a luta por moradia havia se desenvolvido de tal forma que era possível organizar um movimento, este grupo de militantes realizava profundas críticas a proposta estratégica e tática do MNLN, apesar de manter uma articulação com o movimento.

*“O MTD se relaciona unicamente com o MNLN e com o centro Comunitário muito ligado a Igreja evangélica com as demais organizações que realizam trabalho no local, não nos relacionamos, sabemos da existência de diversas outras com projetos de assistencialismo o que em alguma medida confunde a atuação dos movimentos sociais naquela área. Essas organizações basicamente realizam doações em atividades pontuais o que acredito não caracterizar uma ação permanente na área, hoje o MTD vem realizando um projeto junto aos jovens da área de ocupação que também é acompanhado pelo MNLN, com o objetivo desse trabalho formar novas lideranças comunitárias.”*

De acordo com depoimento feito pela coordenadora, pode-se perceber que a chegada do movimento ao município perpassa a análise feita previamente nas áreas de ocupação, partindo da questão do trabalho como elemento central.

*“A questão do desemprego é tratada de forma frágil, pelas organizações, partidos e sindicatos. Principalmente porque o desempregado não é visto como um sujeito que participa e tem voto nas organizações sindicais e não tem condições de contribuir financeiramente por isso sua voz nessas organizações muitas vezes não são escutadas como o desemprego é algo estrutural ao sistema capitalista, alguns movimentos de desempregados foram se organizando realizando lutas anticapitalistas e classistas, na América Latina o principal desses movimentos foi o dos piqueteros na Argentina.”*

Um estudo sobre a relação entre o capital e o trabalho, traz questões sobre a relação entre o capitalismo, o Estado e o desemprego e sobre as tendências gerais advindas da complexa articulação entre o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Em particular no caso brasileiro, passando essencialmente pela crise de 2008, em que o fenômeno do desemprego assume uma maior relevância para os movimentos sociais e para a própria realidade brasileira, já que é um elemento que perpassa todo o contexto político, econômico e social do país. Diante de todo o processo de alteração na forma de organização do trabalho

também é necessário pensar nas formas diferentes de organização dos trabalhadores, que antes se articulavam apenas através dos espaços das fábricas e agora têm os espaços do cotidiano também como território de excelência para construir os movimentos sociais.

Devido à dispersão espacial que se encontramos trabalhadores desempregados os movimentos, associações e comitês buscam organizá-los a partir dos seus locais de moradia que são os bairros de periferia urbana onde se concentram os desempregados mais empobrecidos e submetidos a contratos de trabalho flexível, instável e precário que lhes impõe uma intensificação do trabalho, e uma flexibilização dos direitos. De acordo com a coordenadora do MTD

*“Só que no momento que é feito trabalho de base com essa parte da classe trabalhadora, essas organizações passam a discutir não só para discutir apenas questões referentes ao mercado de trabalho, se por um lado contribui para um enraizamento da organização nos bairros a atuação se restringe na mobilização das reivindicações do bairro e do direito a moradia entendido não somente como acesso a casa própria, mas a toda estrutura para viver dignamente.”*

Cria-se uma identidade de morador e não de trabalhador, ainda que desprovido de emprego é um trabalhador que muitas vezes não se vê representado por organizações como os sindicatos, mas que nos locais de moradia também são marcados pela divisão social do trabalho. Além das demandas locais direcionam o embate com o Estado, camuflando as relações de dominação de classe que também marca o território. “Com a ideologia integradora, que desejava para a luta de classes fazendo de cada operário um proprietário fora de seu trabalho. (CASTELLS, 1983: 199)”.

De acordo com documentos repassados pela coordenação do MTD, o movimento surge da experiência dos piqueteros na Argentina, seu exemplo motivou a organização dos desempregados no Rio Grande do Sul, liderado por militantes próximos do MST e da Consulta Popular cuja maior pauta foi a constituição de uma subcomissão na assembleia legislativa no Rio Grande do Sul, pautando o diagnóstico do desemprego e propondo políticas públicas para questão. Propondo a criação de frentes emergenciais de trabalho que garantissem cesta-básica, auxílio financeiro e vale transporte. Tendo como marco de sua criação quanto 300 militantes ocuparam uma área próxima a GM (General Motores), em 2000.

Em 2003, o MTD expande-se pelo Brasil, não sendo necessariamente protagonizado pelo grupo formado no Rio Grande do Sul, situação que causa grandes diferenças no todo do movimento. Hoje o Movimento dos Trabalhadores Desempregados está presente em 12 estados, a coordenadora do MTD relata que

*“o maior desafio é de unificar o movimento no sentido da construção de um movimento nacional de massas, surgido verdadeiramente na periferia com caráter sindical, proletário, classista e revolucionário.”*

É importante destacar que a fala da coordenadora do movimento propõe um claro posicionamento de classe, apesar de estarmos em um período de desmobilização da classe trabalhada, momento em que se torna cada vez mais difícil mobilizar as massas. O MTD mantém uma leitura de esquerda, mesmo sabendo o tamanho do desafio que tem pela frente, na contra mão da maioria das organizações e movimentos sociais urbanos constituídos em décadas anteriores. Ainda para completar A.N.S. coloca

*“Devido a falta de perspectiva de alternativa para a sociedade o MTD segue afirmando uma radicalidade, mesmo com as dificuldades internas vivenciadas na atual conjuntura”*

Uma primeira ação relatada pela militante foi uma reunião forçada com a prefeitura de Juiz de Fora no dia 8 de março de 2010. O movimento realizou uma mobilização com mais de 300 pessoas e sete áreas de especial interesse social, na qual o prefeito da cidade no momento era do PSDB, o mesmo apresentou propostas de projetos de urbanização e prometeu atender algumas reivindicações apresentadas em poucos dias. As propostas eram obras emergências de urbanização, que foram efetivadas apenas em duas das áreas apresentadas como demandas presentes, uma dessas áreas é a ocupação chamada de acordo com A.N.S., como “Afeganistão, Marrocos ou Vila Barroso” que atualmente é a única área acompanhada pelo MTD.



Foto 3 – Manifestação após a ocupação da Câmara dos Vereadores de Juiz de Fora



Um passo importante para a constituição e reconhecimento do MTD em Juiz de Fora foi o acompanhamento de uma ocupação denominada *Recanto das Estrelas*, próxima a área de ocupação denominada *Vila Barroso*, essa ocupação foi realizada pelos moradores da zona norte da cidade. Esses moradores ocuparam um terreno de propriedade da prefeitura que estava sendo utilizado como depósito de restos dos mais diversos produtos.

Devido à especulação imobiliária e a co-relação de força entre as classes sociais, em que uma conquista de um terreno para um movimento social em processo de luta seria um contra-exemplo para os demais trabalhadores. Dificilmente o movimento teria uma conquista de forma mediata, ainda devido as fragilidades internas se torna mais difícil enfrentar tão conjuntura. Em menos de dois meses a área foi despejada pela prefeitura, demonstrando assim a não efetivação do direito da função social da propriedade. A coordenadora relata:

*Mesmo com a justa reivindicação dessas famílias muitas vezes chefiadas por mulheres, a prefeitura junto com a guarda municipal, polícia militar e poder judiciário realizaram uma reintegração de posse, de madrugada sendo por tanto inconstitucional, ilegal e elitista, demonstrando dessa forma a criminalização e reação sob o surgimento do MTD.*

Dando continuidade a luta das famílias que estavam se aproximando do MTD, houve um acompanhamento dos militantes sobre as reivindicação da comunidade que haviam sido despejada, eles assumiram como bandeiras de luta permanente: o direito a abrigo, direito aluguel social e direito a inscrição nos programas de habitação. Depois dessa grande derrota do movimento, os militantes enfrentaram muitas dificuldades por ainda possuírem uma frágil articulação e inserção junto das famílias, além de uma grande limitação referente quantidade de militantes do movimento no município. Mas apesar de todas essas dificuldades muitas das famílias que faziam parte do movimento conseguiram as casas no programa Minha Casa Minha Vida, tanto que o MTD considera uma Vitória.

*“Uma vitória concreta das comunidades organizadas pelo MTD foi a garantia de oferta de financiamento de moradia própria pelo programa nacional minha casa Minha vida que em nossa cidade está construindo mais de 2 mil casas populares, em seu planejamento tático o MTD de JF, confluuiu que grande parte dessas famílias de diversos bairros serão vizinho por serem removidas para o maior conjunto habitacional, chamado parque das águas onde já estão sendo entregues casas a 900 famílias. A partir dessa aproximação territorial o MTD buscará dar um salto na sua atuação ao ampliar a bandeira de condições dignas de moradia pra as condições dignas de trabalho com o projeto de construir um curso preparatório para escolas técnicas. Para isso já iniciou os trabalhos discutindo com a juventude as pautas do movimento que são terra, teto, educação e trabalho”.*

É importante colocar que o MTD é um movimento, que está em processo de consolidação, mas enfrenta grandes dificuldades para organizar desempregados, ainda a

comunidade não se compreende como base do movimento. A própria comunidade ainda não tem tanta referência nos militantes, o processo de organização da luta por moradia é frágil. Os membros do movimento têm muitas dificuldades em conseguir acesso às informações e principalmente na participação das decisões tomadas pelo poder público local, mesmo participando a mais de três anos do conselho municipal de habitação.

Os militantes orgânicos do MTD são jovens ligados à Consulta Popular que vêm se dedicando em formar o movimento na cidade, realizando ações periódicas, aprovando projetos para atuar de forma mais efetiva na área. Apesar de enfrentarem todas as dificuldades de serem jovens que estão iniciando um processo organizativo do MTD, têm pouca experiência de trabalho popular. Em sua maioria são jovens vindos do espaço universitário que se formaram e se dedicam a esse trabalho, possuem propostas muito avançadas para o tamanho do movimento, sendo um grande desafio colocado para organização.

Já o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), apesar de possuir um histórico maior e já desenvolver trabalhos na cidade há mais de 10 anos, passa por grandes dificuldades organizativas, possui apenas um militante orgânico na cidade, não tem uma articulação nacional que subsidie a prática do movimento.

Ambos os movimentos não realizaram ações como ocupar um terreno da cidade, o MTD e MNLM iniciaram seu trabalho organizativo a partir de áreas ocupadas espontaneamente por trabalhadores que realmente não viam outra possibilidade de conseguir um espaço para morar. Após o processo de ocupação espontânea que os movimentos chegaram na cidade, isso tem reflexos no próprio processo organizativo dos movimentos. Nesse sentido, os ocupantes muitas vezes têm dificuldades em se sentirem parte do movimento, causando impactos sobre a construção da identidade das organizações nas comunidades trabalhadas.

O processo de organização popular perpassa momentos de altos e baixos, existem limites concretos e objetivos para participar de práticas organizativas e muitas vezes não havendo vitórias concretas, as pessoas se desmobilizam. A questão central colocada na área são famílias que estão ali há dois, três, dez anos, em constante eminência de despejos, em grande situação de vulnerabilidade, já participaram de diferentes processos organizativos e pouco avançaram em conquistas reais para o local.

Mas é importante destacar como a resistência dessas famílias permanece, mesmo depois de mais de 10 anos em uma área que o poder público continua fingindo não os ver. Mesmo sendo ameaçados de serem despejados, continuam no local, em sua maioria por não visualizar outra possibilidade de conquista de seu sonho de possuir uma casa própria. O

processo de resistência na área está diretamente atrelada a existência dos movimentos sociais que estão ali presentes, mesmo que a maioria dos trabalhadores ali residentes não se reconheçam como integrantes dos movimentos sociais, estes ao longo de todo esse tempo, participaram de inúmeras atividades e possuem uma confiança nos militantes que ali atuam e principalmente um histórico de participação em lutas e ações na cidade reivindicando seus direitos.

Através da fala de alguns moradores, percebe-se que são mais conscientes da situação e demonstram uma grande admiração pelos movimentos, mesmo não se vendo como parte, devido a pouca atuação. Quando se pensa no MNLM, este movimento já está no local há muito tempo, mas suas ações acabam por não envolver a comunidade, a lógica de uma representação externa a comunidade predominou ao longo de todo o período de atuação e mesmo agora com o MTD, ainda são muitas as barreiras para serem desconstruídas, ainda é pouco tempo de trabalho e o movimento apresenta grande dificuldade de realizar um trabalho contínuo na área. Apesar de todos os limites apresentados, os moradores da área tem referência nos militantes desses movimentos, cobram ações e principalmente a presença dos movimentos na ocupação, em suas falas sempre colocam os movimentos como organizações fundamentais no processo de resistência da ocupação.

Por fim, a análise sobre o processo de luta por moradia em Juiz de Fora, sempre se mostrou frágil e incipiente, mas com grandes possibilidades de se desenvolver. Como pode ser notado, apenas uma parcela muito pequena de militantes se debruçou sobre o trabalho de organização popular referente à luta por moradia. Diante da situação e os dados apresentados, o município se mostra como um terreno fértil para o desenvolvimento e organização de movimentos sociais urbanos. Esse é um desafio posto para a esquerda do município, principalmente se a maioria das organizações apontam a questão da habitação como um problema central, esse é o momento de avançar no processo organizativo dessas áreas.

Até então os movimentos que lutam por moradia desenvolvidos em Juiz de fora, tiveram muita dificuldade de realizar um trabalho contínuo nas áreas. O processo de construção não partiu de uma análise mais profunda dos casos, ou mesmo um estudo sobre o processo de organização das políticas sociais voltadas para atender a demanda habitacional do município. Os movimentos sociais de Juiz de Fora sempre tiveram dificuldades em estruturar pautas específicas e concretas, que realmente atendam às necessidades dos moradores das áreas de ocupação.

Outro limite apresentado se refere a poucos militantes que fazem parte dos movimentos, enquanto o MNLM desenvolve uma ação muito ligada à institucionalidade, com

pouca prática em realizar mobilizações, o MTD acaba por não priorizar as pautas concretas e a própria luta por políticas sociais, tem sua ação voltada para o trabalho com as famílias, sempre buscando realizar mobilizações e um processo de auto-organização da comunidade, situação que também dificulta ganhos reais para área, que deixa de lutar pelos seus direitos e passa a buscar soluções próprias para seus problemas.

As políticas públicas desenvolvidas no município nunca tiveram o objetivo de sanar o déficit habitacional, são focalizadas e fragmentadas, desenvolvidas dentro da lógica neoliberal, voltada para atender aos interesses do capital. As reivindicações por políticas sociais para atender à demanda habitacional hoje são concentradas dentro do conselho municipal de habitação, apresentadas essencialmente pelas associações de moradores, o MNLM não consegue intervir de forma qualificada para disputar esse espaço, mesmo porque não conseguem realizar um acompanhamento sistemático sobre os debates em curso.

Contudo, isso torna-se cada vez mais difícil o desenvolvimento dos movimentos sociais, diante de uma conjuntura em que o projeto hegemônico do capital está cada vez mais fortalecido. Os trabalhadores vivem em um quadro de perda de direitos, o espaço urbano é cada vez mais disputado, sendo mais difícil ter acesso a moradia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todo estudo realizado, foi possível identificar questões centrais para o processo organizativos dos movimentos sociais que lutam por moradia. A partir de um esforço para utilizar o método de compreensão da realidade elaborado por Marx, foi feito um resgate histórico sobre o processo de formação das classes sociais no Brasil e na América Latina. Além de uma análise a respeito da formação das cidades que diz muito sobre como as classes sociais foram ocupando o território brasileiro, sempre atendendo aos interesses do capital em detrimento aos interesses dos trabalhadores. Ao pensar que o Brasil já nasce como um país dominado por interesses do capital, a partir de um processo de urbanização e industrialização desigual e dependente, podemos compreender como foi estabelecida a divisão social e territorial no país.

Mesmo após a constituição do Estado de direitos, a maioria da classe trabalhadora não internalizou as conquistas, não por não ter capacidade de compreensão, mas sim pela manutenção da centralização do poder nas mãos de poucos. A histórica má formação das classes sociais influencia até hoje o processo de organização popular, os trabalhadores não se veem como sujeitos de direitos. São “domesticados” por uma postura altamente autoritária do Estado, não possuem salários dignos, tendo como principal preocupação a necessidade de sobreviver, por estarem na maioria das vezes inseridos em subempregos, empregos informais ou mesmo compondo o exército industrial de reserva, que podemos também entendê-los como desempregados. Mesmo muitos dos trabalhadores formais recebem salários baixos, situação que instaura uma lógica de pauperização para toda a classe trabalhadora que tem apenas sua força de trabalho para sobreviver.

A superexploração do trabalho é uma questão que marca o desenvolvimento do país, muitos trabalhadores foram atraídos para as cidades com a ideia de buscar melhores condições de vida. Na maioria das vezes incentivados pelo Estado, assim ao longo da formação das cidades e da urbanização brasileira podemos perceber momentos em que o crescimento urbano apresenta altos índices, sempre em momentos em que o capital mais demandava mão-de-obra barata. Os salários sempre foram muito baixos e a classe trabalhadora não possui condições de adquirir moradia própria. Como já afirmado anteriormente, a moradia é um bem essencial para a reprodução da força de trabalho, mas os salários nunca foram compatíveis com essa realidade.

Aos trabalhadores foram reservadas as áreas mais precárias, com menos equipamentos sociais e quando possível as mais distantes do espaço de circulação da classe dominante. Em determinados momentos, podemos até mesmo referir-nos às políticas de expulsão de populações de áreas que antes não eram de interesse do capital, mas quando a especulação imobiliária desperta seu interesse, rapidamente retiram os trabalhadores do local cobiçado, através de pressões políticas, econômicas e sociais. Na produção das cidades fica claro a emergência das desigualdades e da territorialização da pobreza em determinadas regiões, a ocupação do território deu-se de forma desordenada em que os mais pobres nunca foram ouvidos, ou mesmo tiveram a opção de escolher onde gostariam de construir suas vidas, porque o espaço destinado a eles são sempre os inadequados para se morar. Através da presença dos movimentos sociais nas áreas torna-se muito mais forte a criação de pertença dos moradores, devido a todo trabalho de territorialização realizado, cria-se uma unidade em torno dos moradores ou mesmo um sentimento de resistência na comunidade sendo esse um dos grandes ganhos com a presença dos movimentos sociais.

Diante da pluralidade das questões que envolvem o direito a cidade, podemos justificar a heterogeneidade dos movimentos sociais que lutam pela moradia, estando de acordo com a caracterização de Gohn (1997) acerca dos movimentos sociais urbanos. Para ela, os movimentos sociais que emergem da sociedade civil possuem uma composição heterogênea, representam um avanço em relação a períodos anteriores, por serem um dos responsáveis pelo aprofundamento da construção de espaços de intervenção popular que contribuem para a elevação do nível de consciência das pessoas.

Dialogando com Lojkin (1981), apesar de toda a fragilidade dos movimentos sociais urbanos, mesmo vivendo esse processo de desmobilização e enfraquecimento das lutas de classe, os movimentos são fundamentais para uma gestão mais democrática das cidades. São espaços em que o processo de conscientização em relação aos direitos sociais ocorrem, contribuem para fortalecer a necessidade da luta para fazer valer os direitos sociais, esses espaços são centrais para construir na prática uma alternativa possível de rompimento da sociedade que temos hoje.

Os movimentos sociais possuem a capacidade de criar uma identidade coletiva, mesmo que não seja homogênea, mas em torno de reivindicações como a questão de moradia. Se apresentando como uma alternativa organizativa para os trabalhadores que não possuem sindicatos ou partidos políticos de referência. Os movimentos que lutam por moradia representam uma resposta não apenas à carência de moradia, mas também ao desemprego,

questão que justifica a pauta prioritária do MTD no município, a questão da luta por moradias populares.

Um dos grandes desafios colocados é viabilizar e engendrar nas bases dos movimentos uma autoconsciência coletiva que faça cada trabalhador avançar da luta referente aos problemas imediatos para assumirem reivindicações mais gerais. Essa percepção está clara na fala da coordenadora do MTD, mas não está presente na liderança e nem nas propostas do MNLM. São muitos os desafios que a organização popular ainda terá que enfrentar e os movimentos sociais presentes em Juiz de Fora mesmo ainda sendo muito incipientes são fundamentais no processo de conscientização dos trabalhadores que residem nas periferias e nas áreas de ocupação.

A experiência de Juiz de Fora mostra que para trabalhar com as áreas de ocupação urbana será necessário muito mais dedicação e priorização dessa demanda da classe trabalhadora que é a moradia. Apenas através de um trabalho contínuo será possível avançar em formação política e em organização popular efetiva para em um futuro construir lutas de massa.

Apesar dos várias organizações sociais de Juiz de Fora indicarem que a moradia é uma prioridade, as ações desenvolvidas ainda permanecem sendo pontuais. As ações realizadas ainda não correspondem as necessidades, são muitas as possibilidades, mas sem um trabalho frequente com claros objetivos fica cada vez mais difícil avançar na conquista da tão sonhada casa própria e na construção de movimentos sociais que contribuam para um processo de emancipação humana.

Com o quadro descrito ao longo desse trabalho, afirmamos haver 144 áreas de especial interesse social, em que o déficit habitacional é de mais de 10 mil casas, mostra que Juiz de Fora é um campo fértil para organização desses trabalhadores a partir da pauta da moradia, mesmo reconhecendo que a conjuntura está cada vez mais desfavorável para vitórias da classe trabalhadora é necessário um maior empenho para alavancar um processo organizativo consistente.

Apenas através de um trabalho constante de formação, organização e luta será possível consolidar um trabalho de enraizamento dos movimentos e para isso é necessário tempo. São muitos elementos que influenciam o processo organizativo e se a construção das classes sociais no Brasil se deu de forma débil, é necessário paciência para desconstruir séculos de opressão e coerção pelo Estado e pelas classes dominantes.

Estamos de acordo com Francisco de Oliveira, quando delega a tarefa de decifrar os sentidos da atualidade sem perder as referências do passado, assim buscar as conexões que

permitam atualizar a tarefa crítica de recolocar a política no patamar mais adequado. Isso significa a impossibilidade da própria constituição das classes como identidade e representação, daí a importância da organização dos movimentos sociais através da construção de lutas concretas, para além da institucionalidade, assim avançando em conquistas concretas, realidade que forja a consciência coletiva.

Por fim, ainda que tenhamos vivido um processo amplo de mudanças de ordem política, essas foram superficiais. A existência dos movimentos sociais que lutam por moradia, nos apresenta um quadro no qual os processos de vulnerabilidade permanecem hegemonizando a organização popular urbana, questão que só poderá ser resolvida com o despertar dos sujeitos sociais.



## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. A., SERRA R. V. *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- Atlas social do Município de Juiz de Fora, 2005.
- BETTO, F. *A mosca Azul: reflexão sobre o poder*: Editora Rocco. Rio de Janeiro. 2006
- CARTILHA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE- CEPIS, 2008.
- CASTELLS, M. *A questão Urbana*. Paz e Terra, 1987
- COSTA, J. F. *A ética democrática e seus inimigos o lodo privado da violência pública*. Documentos fornecidos pelo Comitê Central Popular, 2010
- Documentos fornecidos pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados, sem data.
- Documentos fornecidos pelo Movimento Nacional de luta pela Moradia, sem data.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS: relume Dumará, 1995
- DURIGUETTO, M. L. Ofensiva do capitalismo, despolitização e politização dos conflitos de classe. ABEPSS: *Revista Temporalis*, n. 16, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Sociedade Civil e democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GARCIA, P. A., NOGUEIRA, M. *A inserção das cidades médias mineiras na rede urbana de MG*. 2005
- GOHN, M. G. *Teorias dos Movimentos Sociais Paradigmas clássicos e contemporâneos*. Editora Loyola. 5º edição, São Paulo. 1997.
- HARVEY, D. *Espaço e debate*. Ano III, 1982. Nº 6.
- HOLANDA, S. B. *Raiz do Brasil*. Companhia das letras. 3º edição. 1997
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em Tempo da Capital Fetice*. São Paulo: Cortez, 2007.
- IANNI, O. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LEFEVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEHER, R., SETÚBAL M. (org). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo, Cortez, 2005.
- LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins. 1981
- MARTINS, J. de S. *A sociedade vista do abismo*. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. São Paulo: Hucitec, 2002.

- MARX, K. *O capital critica da economia política*. Civilização brasileira . RJ. 2008
- MENEGAT, E. M. Questão Social e segregação sócio-territorial: termos indissociáveis da crise do modelo de urbanização ocidental. *Libertas*. Juiz de Fora. 3 volume, 2006.
- Ministério das cidades, 2006 (dados sobre o déficit habitacional).
- Ministério de desenvolvimento social, 2008.
- MOISÉS, J. A. Lições de liberdade e de opressão, Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982
- MOREIRA, Ruy. *Território, territórios*. Ensaio sobre o ordenamento territorial. Editora Lamparina. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2007.
- OLIVEIRA, F. de. O. da V. *Novos Estudos*, São Paulo: Cebrap. 2006
- \_\_\_\_\_. *Socialismo em discussão*. São Paulo: Cortes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?*
- \_\_\_\_\_. *O elo perdido classes e identidade de classe na Bahia*. Ed.1º. 2003
- \_\_\_\_\_. O Estado e o Urbano.
- PINTO, M. B. *Movimentos Sociais e a construção da cidadania*. Tese de Doutorado em História – PPG-História -UFF 2005.
- Plano Estratégico de Juiz de Fora, 2007.
- Plano Municipal de habitação de Juiz de Fora, 2006.
- RAMOS, M.H. R. Políticas urbanas, conselhos locais e segregação sócio espacial. In: *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- RIBEIRO, A C. T. Cidade e capitalismo periférico em direção à experiência popular. *Margem Esquerda ensaios marxista* n. 12. Boitempo, 2008.
- RIBEIRO, A C. T. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: Souza, Maria Adélia A. de. *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Territorial, 2003
- RIBEIRO, A C. T. *Urbanidade e vida Metropolitana*. Rio de Janeiro: jobran,1996.
- SANTOS, M. *A urbanização Brasileira*. edição 5º, São Paulo: EDITORA, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão – Coleção espaços - 2. Ed.- São Paulo: Nobel, 1993.*
- \_\_\_\_\_. *O território e o saber local: Algumas categorias de análise*. Cadernos IPPUR, ano XIII, n.2 agosto/dezembro de 1999. In: RIBEIRO, A.C.T. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In SOUZA, M.A. (org) *Território brasileiro*. Usos e abusos. Editora Territorial, Campinas, 2003.
- \_\_\_\_\_. SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5a.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O Espaço Dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países

subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

Site oficial do MTST. [www.mtst.info/](http://www.mtst.info/) acesso realizado em 03 de abril de 2012

SOARES, L. T. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, Coleção Questões da Nossa Época; v.78, 2000.

SPOSITO, E. S., SPOSITO M. E. B., SOBARZO, O. ORG. *Cidades Médias produção do espaço urbano e regional*. Editora Expressão Popular. 1º edição. São Paulo, 2006.

SPOSITO, M. E. B. Whitacker A. M. Org. *Cidade e Campo*. Relações e contradições entre urbano e rural. 2º edição. Editora expressão popular. SP 2010

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa.*/ E. P. Thompson; tradução Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1987. Volume 2.

VERRI, B. W. Os movimentos por moradia e a questão urbana. *Margem esquerda ensaios marxistas*. Nº 12, Boitempo, 2008.